

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

RODRIGO UDO ZEVIANI

RELAÇÕES CIVIS E MILITARES ENTRE BRASIL E ESTADOS
UNIDOS DURANTE O GOVERNO DUTRA (1946-1950): COOPERAÇÃO,
RESISTÊNCIA, TENSÕES

MARINGÁ

2009

RODRIGO UDO ZEVIANI

RELAÇÕES CIVIS E MILITARES ENTRE BRASIL E ESTADOS
UNIDOS DURANTE O GOVERNO DUTRA (1946-1950): COOPERAÇÃO,
RESISTÊNCIA, TENSÕES

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em História,
do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz

MARINGÁ

2009

RODRIGO UDO ZEVIANI

RELAÇÕES CIVIS E MILITARES ENTRE BRASIL E ESTADOS
UNIDOS DURANTE O GOVERNO DUTRA (1946-1950): COOPERAÇÃO,
RESISTÊNCIA, TENSÕES

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em História,
do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual de Maringá, sob a
apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (UEM)

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)

Prof. Dr. Angelo Priori (UEM)

Dedico este trabalho

A minha esposa, Malen, meus pais Laucidio e Elza, minha irmã Regiane. A vocês, meu amor, apreço e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Como dono deste espaço, sendo cristão, agradeço a Deus. Ele me deu inteligência e força quando precisei. Agradeço a minha esposa que teve paciência para entender que os estudos exigem de nossa mente e corpo. Aos meus pais, vocês são minha fonte de inspiração. Lutaram para fazer de mim um homem e minhas vitórias são o espelho do caráter que se dedicaram para formar em mim. Nunca poderei agradecer plenamente. Agradeço ainda ao Edson, parceiro que colaborou na pesquisa dos microfilmes. Como não poderia esquecer, agradeço ao meu orientador Sidnei, que teve paciência comigo, me ajudou em minhas limitações. Os erros aqui contidos não serão responsabilidade deste homem que foi incansável em ler e corrigir o que escrevi. Sidnei, espero que você possa continuar incentivando várias pessoas a se dedicarem aos estudos como você fez por mim. Aos professores Francisco Ferraz e Angelo Priori pelos conselhos. A minha amiga Claudinéa que me ajudou muito com os documentos. Muita gente acreditou em mim. Agradeço a todos. Nunca terei recursos para pagar o que recebi. A melhor maneira de demonstrar minha eterna gratidão será sempre o serviço, abnegado, apaixonado e dedicado.

A invencibilidade depende de cada um, assim como a
vulnerabilidade do inimigo depende dele mesmo.
Sucede que quem é hábil no guerrear sabe como se
tornar invencível, mas não consegue, com certeza absoluta,
tornar o inimigo vulnerável.
(Sun Tzu)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a perspectiva do corpo diplomático estadunidense sobre o Brasil, tanto em aspectos civis quanto militares durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). As elites político-militares do Brasil tinham propósitos bem definidos à época que visavam a modernização e o desenvolvimento do país. Para tanto, essas elites sabiam que para realizarem seu projeto seria necessária uma aproximação com os EUA. Entretanto, tendo em vista a Guerra Fria no âmbito internacional, colaborar com o desenvolvimento do Brasil não era uma prioridade para os estadunidenses. Consideramos ainda o fato de que governo dos Estados Unidos não desejava o desenvolvimento de uma potência regional. As elites brasileiras levaram adiante seu projeto de desenvolvimento, mas tiveram dificuldades no cumprimento de suas metas pré-estabelecidas. Na perspectiva da diplomacia estadunidense, o projeto das elites brasileiras se apresentou como um risco maior a hegemonia sobre o Brasil do que a esquerda brasileira.

Palavras-chave: Elites político-militares; Diplomacia; Hegemonia; Forças Armadas; Brasil; Estados Unidos.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the perspective of the U.S. diplomatic corps on Brazil, both in military as civilian aspects during the government of President Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). The political-military elites of Brazil had clearly defined goals at the time aimed at the modernization and development of the country. Thus, these elites knew that to realize his project would require a rapprochement with the U.S.. However, in view of the Cold War in an international context, working with the development of Brazil was not a priority for Americans. We considered the fact that the U.S. government did not want the development of a regional power. The Brazilian elite led development on your project, but had difficulties in fulfilling their pre-established targets. In view of U.S. diplomacy, the project of the Brazilian elite is presented as a greater risk to the hegemony of Brazil than brazilian left.

Keywords: political-military elites, Diplomacy, Hegemony, the Armed Forces; Brazil, the United States.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 Capítulo 1: O contexto hitórico das relações Brasil-EUA (1945-1950).....	28
2.1. O Contexto Interno Brasileiro.....	29
2.1.1 O anticomunismo tupiniquim e seus desdobramentos no governo Dutra.....	38
2.2. O Contexto Externo Brasileiro	51
3. Capítulo 2: Brasil e EUA: Relação e Perspectivas	61
3.1 Estados Unidos e Brasil, perspectivas.....	64
4. Capítulo 3: Forças Armadas brasileiras – Perspectivas estadunidenses	81
4.1 As Forças Armadas do Brasil – Processo Histórico e Hegemonia	82
4.2 Projeto Desenvolvimentista: Equipamentos e Suprimentos.....	91
4.3 A Escola Superior de Guerra, expectativas brasileiras e estadunidenses.....	100
4.3.1 A ESG: Perspectivas brasileiras.....	101
4.3.2 A ESG: Perspectivas estadunidenses	105
5. Considerações Finais.....	112
6. Referências Bibliográficas.....	114

Introdução

Nesta pesquisa nos propusemos discutir a perspectiva do corpo diplomático estadunidense sobre a política brasileira durante o período do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) com enfoque específico no campo das Forças Armadas. Muito já foi dito sobre este tema e não é nosso propósito esgotá-lo aqui. Ao longo da pesquisa, reunimos informações que discutem o conceito de hegemonia dos EUA sobre o Brasil a partir da definição dos interesses das elites político-militares brasileiras¹. Essas reflexões se completam com pesquisas recentes feitas no mesmo segmento no que diz respeito à visão que diplomatas, secretários de Estado e mesmo personagens do mundo dos negócios dos EUA alimentaram sobre o Brasil dentro do período que pretendemos abordar. Para compreender como se deram as relações entre militares brasileiros e o corpo diplomático-militar estadunidense, é interessante analisar o contexto político e militar interno e externo de ambos os países. Escolhemos o governo Dutra por se tratar de um momento histórico em que as Forças Armadas brasileiras estavam atravessando um processo de reestruturação notável e ainda por se tratar um período que carece de uma quantidade e qualidade maiores de pesquisa.

O recorte temporal que escolhemos para nossa pesquisa (1946-1950) abrange os primeiros momentos da bipolarização mundial em torno do comunismo, tendo como seu principal representante e líder a URSS, e o capitalismo, tendo como seu principal representante e líder, os EUA. Os soviéticos saíram vitoriosos da Guerra, no entanto, pobre. Fora realizado pela União Soviética um imenso esforço durante a guerra para derrotar as forças do Eixo, de maneira que agora lhe restava apenas reconstruir-se.

Pedro Motta Lima, diretor do jornal Comunista “Tribuna Popular” no Rio de Janeiro, teria, segundo fontes do governo estadunidense, partido para Buenos Aires em fevereiro de 1946. Lá, ele teria escrito alguns artigos para o Jornal “La Hora”. Em um desses artigos, Motta Lima teria escrito, segundo a fonte, que a perseguição aos comunistas teria começado com o discurso do ministro inglês Winston Churchill, tese corroborada por vários historiadores, demarcando assim o início da Guerra Fria. No entanto, o

¹ Utilizamos para compreensão do termo “elite”, a perspectiva de que é um grupo que pretende controlar o poder (o conceito de hegemonia será tratado adiante) e fazer parecer ao povo em geral que a vontade dessas elites é compatível com o desejo nacional. Não se trata apenas de um grupo político, mas também de militares e empresários que tinham interesse direto nas ações econômicas adotadas para o Brasil.

próprio Motta Lima, teria afirmado no periódico argentino, que as perseguições a Prestes não teriam um caráter estrangeiro. Sobre isso retomaremos mais adiante. Por se tratar de uma introdução, é importante sabermos que sobre a questão da Guerra Fria, existe uma farta historiografia e que esta se difere em seu cunho teórico.

Nossa intenção é demonstrar que no que diz respeito ao tema comunismo, o Brasil tinha seu próprio viés de combate a esta doutrina. No que diz respeito às Forças Armadas, foram responsáveis pela doutrinação do país em torno da ideologia de salvação nacional, propondo um projeto de desenvolvimentismo, este sim, perigoso ao olhar da diplomacia estadunidense que, percebera nesse posicionamento ideológico das elites nacionais brasileiras, algo que poderia oferecer maior risco a sua hegemonia sobre o Brasil.

Hegemonia estadunidense: um debate interpretativo

A influência dos EUA sobre o Brasil neste momento deve ser analisada com cuidado, pois essa não ocorreu diretamente. Era projeto entre as elites civis e mesmo militares brasileiras que o Brasil atravessasse um processo de industrialização. Necessitaria para isso de grandes investimentos, que, por sua vez, foram procurados nos Estados Unidos. Entretanto, conseguir qualquer financiamento por parte dos estadunidenses seria um desafio, tendo em vista sua preocupação com o desenvolvimento político e econômico da Europa no combate ao comunismo. Assim, notamos que durante o período da Segunda Guerra Mundial o Brasil esteve procurando conseguir tirar o máximo de proveito possível da relação com os Estados Unidos, pretendendo conseguir o desenvolvimento de suas Forças Armadas bem como de seu parque industrial. É importante observar que houvera durante algum tempo a tentativa brasileira de barganhar uma maior ajuda estadunidense quando os brasileiros ameaçaram uma maior aproximação com os alemães. Entretanto, muitos historiadores observam que a aliança com os EUA não estaria ameaçada. Segundo TOTA, “Alguns

hábeis e sensíveis assessores de Roosevelt, responsáveis pela política externa americana, estavam atentos aos conflitos de nossa política.”²

Essa relação entre brasileiros e estadunidenses pode aparentar muitas vezes uma subserviência brasileira aos interesses dos Estados Unidos, o que, entretanto, não parece ser verificável, pois o Brasil seguia um caminho de interesse peculiar. Conforme Antonio Pedro Tota, que trata da questão de uma sedução bem sucedida dos EUA sobre o Brasil, os brasileiros teriam algum proveito com essa aproximação. Entretanto, isso não significa que os estadunidenses não tentariam uma hegemonização econômica, política e, inclusive cultural sobre os brasileiros.

[...] O Brasil era visto como um importante parceiro do Hemisfério. Americanizar o Brasil, por vias pacíficas, era, pois, tido como o caminho mais seguro para garantir essa parceria.

A americanização da nossa sociedade quebraria possíveis resistências à aproximação política entre EUA e o Brasil. A Política da Boa Vizinhança de Roosevelt era o instrumento de amplo espectro, para a execução do plano de americanização.³

Planejamento e execução precisam ser separados. É plenamente possível concordar que os EUA tinham planos de americanizar o Brasil, mas se eles conseguiram, o quanto conseguiram e a que custo (se) conseguiram, é outro assunto, não desvinculado desse e de suma importância para que não se crie um imperativo categórico. É como se os EUA tivessem planejado e o Brasil, inocentemente e acriticamente tivesse simplesmente aceitado todo o projeto de “americanização” de sua sociedade. Através da própria documentação da diplomacia estadunidense, pretendemos demonstrar que o processo não foi simples, e, em muitos momentos, frustrou aos estadunidenses pelo fato de os brasileiros simplesmente não se adaptarem aos paradigmas dos Estados Unidos.

Esse argumento se confirma através de um fato peculiar nas relações militares entre os dois países. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o Nordeste brasileiro fora utilizado por tropas estadunidenses como uma base de reabastecimento no caminho para

² TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 27.

³ Op. Cit., p. 19

a África. Os militares estadunidenses acreditavam que as recomendações dadas por eles para a construção dessa base haviam sido integralmente assimiladas pelos brasileiros. Mas, segundo Sonny Davis⁴, os estadunidenses estavam errados. Nada mudou no pensamento brasileiro no sentido de oferecerem o território nordestino sem uma moeda de troca, e pouco tinha sido feito pela defesa do solo nordestino. Os militares estadunidenses demonstraram falta de conhecimento da história político-militar brasileira. O chefe da JBUSMC⁵ era desafeto de Dutra, então ministro da Guerra, e, para piorar, Dutra era admirador da política militar alemã. Como podemos notar desde já, falar de dominação dos EUA sobre o Brasil torna-se mais complexo ainda quando se trata de Forças Armadas, em um contexto de vivo nacionalismo e de busca intensa pela satisfação dos anseios particulares do alto escalão das Forças Armadas brasileiras, que, historicamente, trazem em si o ideal de grandeza nacional. Uma vez afastado o perigo de uma nova guerra, as elites político-militares brasileiras focaram-se no ideal de desenvolvimentismo nacional.

Muitos historiadores já abordaram questão do anticomunismo no Brasil antes da Guerra Fria. Isso só vem a corroborar com a documentação diplomática do Departamento de Estado dos Estados Unidos a qual tivemos acesso.⁶

Entre os grupos de esquerda no contexto que pesquisamos, havia certa tendência em valorizar a proximidade do governo brasileiro com os EUA. No que diz respeito à diplomacia estadunidense, é possível perceber uma inclinação a exercer tal influência. Ou seja, de um lado estadunidenses temiam um avanço do comunismo no Brasil,

⁴ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado. P. 33

⁵ Joint Brazil – United States Military Commission (Junta Brasil-Estados Unidos de Comissão Militar) : Com sede no Rio de Janeiro, essa junta acabou formalizando o nascimento de uma aliança entre Brasil e EUA. Em Washington estava sediada a JBUSDC (Junta Brasil-Estados Unidos de Comissão de Defesa)– Joint Brazil – United States Defense Commission de onde fluiu assistência financeira , material e técnica, cuja função era empreender estudos e fazer recomendações em assuntos de defesa mútua.

⁶ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of the State Relating to Internal Affairs of Brazil 1945-1949; M 1492 – Rolo 10 – fotograma 0167: Communistic Activities 1946 – PARTE 1: Novembro de 1945 –

(...)“Fonte F aconselhou em 30 de setembro de 1945, que vários oficiais do exército, incluindo o general Cristóvão Barcelos, afirmaram publicamente que repelirão qualquer “atividade extremista”.” (Tradução livre do autor)

[...]Source F advised on September 30, 1945, that various army officials, including General Cristóvão Barcelos, have publicly made statements to the effect that they will repel all activities whatever of the “action of the extremists”. Com relação aos historiadores que trabalham a questão do anticomunismo brasileiro anterior à Guerra Fria podemos citar Edgar Carone; Nelson Werneck Sodré; Rodrigo Patto Sá Mota; Marly Vianna; Gilberto Calil, Carla Rodeghero, dentre outros.

afirmando em várias oportunidades que as liberdades concedidas aos comunistas eram excessivas. Por outro lado os comunistas alegavam que era o Estado estadunidense que tinha poder excessivo sobre as decisões brasileiras. Aqui nos questionamos se o governo brasileiro jamais teria perseguido a comunistas se não fosse pela Guerra Fria. Quando encontramos fontes no acervo do Departamento de Estado dos EUA e mesmo sua embaixada, bem como em toda a bibliografia especializada que mostram um anticomunismo anterior até mesmo à Segunda Guerra Mundial, tendemos a pensar na possibilidade de um comunismo peculiar, no que diz respeito ao Brasil, no âmago de suas razões.

Procuramos contar ainda com o fato de que o próprio presidente da República do período que abordamos (1946-1950) fora ministro da Guerra, militar de carreira, e de ideais claramente desenvolvimentistas, levando em consideração sua ação política e mesmo econômica, o que nos ajuda a compreender alguns parâmetros sobre o pensamento político-militar brasileiro da época.⁷ É importante ainda observarmos que dentro das próprias Forças Armadas ocorriam neste momento um conjunto de tensões e disputas entre a chamada elite militar e alguns grupos minoritários, entretanto muito importantes de esquerda. Essas disputas dentro das Forças Armadas culminaram com a vitória das elites político-militares, entretanto é importante observarmos o papel que esses grupos de esquerda militar tiveram no contexto da caserna. É importante salientar que a esquerda militar não pressupõe que estes militares fossem comunistas, mas sim que defendiam um desprendimento dos interesses estadunidenses em função de uma tendência de maior autonomia Estado brasileiro (e suas Forças Armadas) nas tomadas de decisões internas.

Em 1946, George Frost Kennan, diplomata estadunidense que já havia trabalhado na embaixada soviética (1933-1937) envia para Washington o que seria conhecido como o “grande telegrama” no qual afirma a necessidade de criar-se por parte dos EUA, um

⁷ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of the State Relating to Internal Affairs of Brazil 1945-1949; M 1492 – Rolo 10 – fotograma 0165 - Ainda neste documento intitulado – Atividades Anticomunistas no Brasil – Breve história da oposição ao Comunismo no Brasil – o relatório expressa o papel de Dutra para o anticomunismo no Brasil: At the same time ex-Minister of War, General Gaspar Dutra, was taking precautionary measures to prevent Communist penetration into the armed forces. A bulletin issued by the Ministry of War in november, 1944, and directed to the armed forces mentioned the omnipresent peril of Communism. “Ao mesmo tempo o ex-Ministro da Guerra, General Gaspar Dutra, tomou medidas cautelares para prevenir a penetração do Comunismo dentro das Forças Armadas”. (Tradução Livre do autor)

programa de contenção às idéias comunistas, estas sim, o maior perigo oferecido pela URSS, tendo em vista que após a Segunda Guerra Mundial a situação econômica e militar soviética era caótica. Mais tarde, Kennan escreve um artigo para a revista *Foreign Affairs*, sob o pseudônimo de Mr. X, no qual propõe o processo de resistência ao corpo ideológico comunista a longo prazo.⁸

Com a morte de Roosevelt, Truman assume o poder nos EUA (1945-1953) e a política externa norte-americana atravessa então sensíveis mudanças. Com Truman na presidência, a política com relação ao bloco soviético se alterou sensivelmente. Foi durante a administração deste presidente que a Doutrina Monroe, até então restrita ao contexto da América Latina, passou a ter um caráter global. O foco dos EUA estava completamente voltado para a Europa e a necessidade de refrear o avanço do comunismo, uma doutrina que, sob o entendimento estadunidense, era muito sedutora e, por isso, altamente perigosa. A Europa virou um verdadeiro campo de guerra ideológico. URSS e EUA procuraram criar zonas de influência. A União Soviética havia, ao longo da guerra, conquistado territórios até o interior da Europa Ocidental. A Conferência de Yalta negociara a devolução de parte desse território, mas os EUA não estavam satisfeitos com o resultado ainda. Aos Estados Unidos cabia manter o comunismo o mais afastado possível de seus domínios. Para colaborar nesse projeto fora elaborado ainda o Plano Marshall, um pacote de ajuda econômica na reconstrução dos países afetados pela guerra. Entretanto, as condições impostas para o recebimento da ajuda eram inaceitáveis para os soviéticos, pois implicava numa subordinação aos estadunidenses e recusa dos seus interesses de Estado. A URSS esperava que a crise econômica da Europa levasse a cada um dos países deste continente a buscar no comunismo uma solução para o problema.

Como estava o Brasil nesse contexto? Único país da América do Sul a ter participado ativa e diretamente do esforço de Guerra na Europa, o Brasil pretendia ser a referência e potência do hemisfério sul da América. No entanto, levando-se em consideração o processo histórico de aproximação dos EUA com o Brasil, desde 1941 com a construção da base estadunidense em Natal, o Brasil pretendia barganhar status e poderio bélico com o governo estadunidense. O corpo diplomático dos Estados Unidos

⁸MUNHOZ, Sidnei J. *Contenção (Doutrina da)*. in.: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2004.

não estava alienado para essas questões, ou seja, sabiam que o Brasil pretendia testar a elasticidade da paciência e dos acordos possíveis para entregar o Nordeste para que os militares estadunidenses instalassem suas bases. Contudo, o definitivo alinhamento de Oswaldo Aranha ao eixo norte-americano irritou aos militares que pretendiam manter a dúvida na mente dos EUA sobre o lado que o Brasil apoiaria na guerra, mesmo que já tivessem decidido posicionar-se ao lado dos Estados Unidos. O objetivo era barganhar a maior quantidade de benefícios industriais e bélicos que fosse possível até o posicionamento irreversível e definitivo do Brasil ao aliado estadunidense. Essa dúvida era pertinente tendo em vista que o próprio ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, era declaradamente pró Alemanha. Havia no seio das lideranças governamentais brasileiras a expectativa de que o favorecimento aos propósitos norte-americanos pudesse proporcionar certo tratamento diferenciado dos EUA para com o Brasil. Ou seja, o apoio brasileiro aos norte-americanos era imbuído de um interesse nacionalista. No entanto

Foi possível constatar que quanto mais o país cedia aos desígnios do grande aliado, aparentemente mais respeito perdia. Assim, quando os EUA perceberam uma ação de aliado quase incondicional, do Brasil, passaram a ceder muito menos às reivindicações do país.⁹

Assim, podemos notar que as relações entre Brasil e EUA estavam se tornando menos simples a cada dia. Os interesses brasileiros e norte-americanos não eram idênticos durante a Segunda Guerra Mundial, e nada indicava que poderiam se tornar equivalentes depois. Nossa perspectiva é que mesmo o apoio dado aos EUA e a “americanização consentida” tinham um propósito muito maior por parte das lideranças nacionais de alcançar o projeto de grandeza nacional e continental.

Internamente, Getúlio Vargas fora retirado do poder, em 1945, após pelo menos, oito anos de ditadura desde o início do Estado Novo. Desde fins de 1944 já havia no Brasil certa pressão ao redor de Vargas para o fim do regime ditatorial. A volta dos praças da FEB em 1945 aceleraram o processo de democratização, tendo em vista que seria difícil

⁹ McCANN, Frank D. *Brazil, the United States, and the World War II: a Commentary Diplomatic History*, v3, n.1 (Winter 1979) in.: MUNHOZ, Sidnei. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*, in.: Diálogos vol. 6; Maringá: UEM/DHL.

sustentar uma ditadura no Brasil tendo combatido este modo de governo na Europa. De acordo com DO VALE (1978), fora Dutra quem alertara ao presidente Getúlio Vargas da necessidade de serem conclamadas eleições e da necessidade de uma nova constituição imediatamente à sua volta da guerra. A imprensa ganhara paulatina liberdade e as críticas ao governo tornaram-se cada vez mais freqüentes. Partidos Políticos foram sendo estruturados, no caso do PCB, reaberto, presos políticos libertos, dentre eles Luís Carlos Prestes. Tendo em vista o crescente processo de democratização e a expectativa de uma nova constituição, surgira no país um movimento denominado “queremista”, cujo objetivo era “querer a manutenção do presidente Vargas” na presidência. Temendo a possibilidade da manutenção de Getúlio no poder, Dutra liderou sua deposição em 29 de outubro de 1945. As eleições deveriam realizar-se a 2 de dezembro deste ano.

A partir de 29 de outubro, assumiu a presidência da República por convocação das Forças Armadas José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal até 31 de janeiro de 1946, quando assumira o presidente eleito no que podemos chamar do pleito mais amplo e democrático até então experimentado pelo Brasil.

O general Eurico Gaspar Dutra fora o vencedor das eleições presidenciais. O Brasil era agora governado por um militar que, até um passado nada distante, não escondia suas tendências germanófilas. Havendo sido ministro da Guerra até então, o presidente Dutra representava uma nova era dentro das Forças Armadas. Uma era em que os militares pretendiam implantar uma política voltada para o desenvolvimento da nação.

As relações entre Brasil e EUA eram consideravelmente boas. O Brasil fora um dos grandes fornecedores de matéria-prima para os Estados Unidos no início da Guerra. Mas o governo brasileiro queria mais. Era desejo das elites nacionais um papel de maior destaque no campo das relações internacionais. No entanto, o processo de envio de tropas brasileiras para a Europa foi muito conturbado. Os estadunidenses resistiram muito à idéia de permitir que os brasileiros constituíssem uma força militar na América Latina, o que poderia, mais tarde, colocar em risco seu projeto de hegemonia no continente. Houve divergências entre os dois países, o que surpreendeu muito aos norte-americanos que esperavam um maior acatamento às suas idéias.

Pudemos observar também que apesar de na documentação diplomática dos Estados Unidos o comunismo ser um tema recorrente, raramente este é tratado como um elemento que estivesse fora de controle das autoridades brasileiras. No entanto, para um país que desejava o fim do comunismo no Hemisfério Ocidental, o anticomunismo brasileiro parecia oferecer certa parcimônia aos vermelhos. Em 20 de janeiro de 1948, um periódico estadunidense – Evening Star, de orientação popular e esquerda política – teria afirmado que a resistência dos comunistas e suas manifestações agressivas em virtude do fechamento do partido seriam uma atitude lógica mediante a ação do governo. Contudo, mais adiante o editorial parece ter chamado a atenção do embaixador brasileiro que menciona outra opinião expressa no editorial. Escreve o embaixador ao ministro Raul Fernandes que

Continuando, diz o editorial que o efeito dessa drástica ação – fechamento do Partido Comunista - será esperado com interesse e que, certamente, o comunismo fez notáveis progressos no Brasil, sendo um fator de perturbação, do ponto de vista político e econômico. [...] o atual governo está tentando enfrentar os problemas econômicos e sociais do país, mas ainda há muito que fazer.¹⁰

Notavelmente o editorial diz que o comunismo teria feito progressos no Brasil mesmo em janeiro de 1948, cerca de oito meses após o cancelamento das atividades do partido. Ainda segundo o editorial, o Brasil tinha campo fértil para o desenvolvimento das ideologias comunistas e que para destruir o campo fértil da esquerda, o governo teria que trabalhar com reformas estruturais na sociedade. Se por um lado o editorial enfatizou a questão do comunismo, por outro, a última frase da citação nos possibilita refletir que a ênfase do governo estava em enfrentar problemas de ordem econômica e social, o que sinaliza uma inclinação ao progresso e modernização nacional.

No que diz respeito ao governo estadunidense, este tentava uma aproximação maior com o Brasil. Em um Memorando emitido pela Secretaria de Estado dos EUA ao Departamento de Assuntos Inter-Americanos em 20 de dezembro de 1948, o senhor Woodward propõe a renovação do convite de visita do Presidente Dutra aos EUA. A

¹⁰ AHI – nº 119/500.1 - Editorial do “Evening Star” sobre comunismo no Brasil ao ministro das Relações Exteriores – Raul Fernandes – Washington, 20 de janeiro de 1948. O editorial fora escrito em 13 de janeiro de 1948.

proposta fora aceita pela Secretaria de Assuntos Inter-Americanos e concordou com uma proposta de Woodward de enviar em anexo um relatório no qual se expressa a opinião de que Dutra voltaria aos EUA como uma das principais figuras responsáveis por haver restaurado a democracia no Brasil.¹¹ De acordo com o documento “Presidente Dutra retornará aos Estados Unidos como uma das principais figuras de restauração da democracia no Brasil.” (Tradução Livre do autor). Haja vista que o registro do partido Comunista fora cassado em maio de 1947, algo que nem o governo norte-americano fez.¹²

Hegemonia estadunidense no Brasil? Um tema para estudo

Apresentamos certas limitações da hegemonia dos Estados Unidos e, em certo sentido, muitas vezes uma contrariedade política que os próprios estadunidenses não esperavam encontrar entre as elites brasileiras. Não queremos discutir o papel de relevância exercido pelos EUA na política brasileira, mas sim a sua extensão em alguns casos, especialmente durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Temos razões para crer que o Brasil seguiu um caminho particular com relação a questões delicadas para os Estados Unidos, como a questão dos comunistas por exemplo. O corpo diplomático dos Estados Unidos esteve durante muito tempo intrigado com a postura do governo brasileiro com relação a problemas como este que pareciam tão resolvidos dentro do eixo de influência estadunidense. No entanto, seguir um caminho diferente, não implica chegar a objetivos diferentes. Segundo Carla Rodeghero:

¹¹ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of the State Relating to Internal Affairs of Brazil 1945-1949; M 1492 – Rolo 18 – Office Memorandum: “President Dutra will return to the United States as one of the principal figures of restoration of democracy in Brazil.”

¹² De acordo com MUNHOZ: “*Há opiniões divergentes quanto à influência do governo norte-americano na decisão de cassar o registro do PCB. De um lado, em 1948, Truman manifestou-se contrário a que se colocasse nos Estados Unidos o Partido Comunista na ilegalidade, alegando que (nos EUA) existiam leis repressivas “contra pessoas que tentam depor o governo”. Além disso teria afirmado que tornar ilegal um partido político seria contrário aos princípios americanos*” Citação extraída de documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty, pasta 51-3-5. 600.1 (22). Carta Telegrama da Embaixada do Brasil em Washington, endereçada ao Ministério das relações Exteriores, datada de 14 de maio de 1948. MUNHOZ, Sidnei J. *O Brasil entre os EUA e a União Soviética na gênese da Guerra Fria* in: Zhebit, Alexander (org). *Brasil-Rússia: história, política e cultura*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, p. 61.

Vê-se da parte dos norte-americanos uma crítica ao fazer anticomunista desses grupos brasileiros (...) Se, para eles, essa atuação parecia descontínua e sem resultados práticos, para alguns brasileiros, ela era vista como sendo mais dura que o necessário.¹³

Notamos em várias ocasiões que existia certa preocupação do Estado estadunidense com relação ao direcionamento que tomava a política brasileira, contrariando as perspectivas e interesses dos EUA. As fontes do corpo diplomático norte-americano são normalmente mencionadas, entre os próprios documentos, por letras e poderiam estar infiltradas na imprensa, exército e alto escalão do governo. A imprensa brasileira foi grande fornecedora de informações para o corpo diplomático estadunidense e reportagens inteiras eram enviadas à Secretaria e ao Departamento de Estado dos EUA em Washington.

Observando a documentação diplomática em questão, comparando-a com a bibliografia levantada, notamos que os estadunidenses acreditavam ter hegemonia, no mínimo ideológica, sobre o Brasil, mas se assustaram ao perceber que suas determinações enfrentavam resistências no país quando essas passavam por cima dos interesses de determinados grupos elitistas no Brasil. Grande parte dos debates ocorridos entre estadunidenses e brasileiros envolvia o contexto das Forças Armadas. Os brasileiros almejavam um “Plano Marshall” para o país, tendo em vista sua participação na guerra e o esforço econômico e logístico que o Brasil fez para colaborar com os aliados no conflito. Os estadunidenses priorizavam a Europa e o tal projeto de ajuda econômica nunca apareceu de maneira efetiva. Outro ponto de discordância entre os dois países envolvia a questão do fornecimento de armas durante o período da Segunda Guerra Mundial e a proteção do Nordeste. Para o governo dos EUA, quem deveria fazer a proteção das bases no nordeste brasileiro eram soldados estadunidenses, o governo brasileiro por sua vez entendia ser essa uma questão de soberania nacional e não queria permitir forças estrangeiras protegendo seu território.

¹³ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar Norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Alguns historiadores discutem ainda os grandes problemas que o corpo diplomático norte-americano enfrentou ao enviar para o Brasil muitos diplomatas que sequer falavam o português, o que gerou alguns incidentes diplomáticos.¹⁴

Considerando as Forças Armadas como uma instituição política e politizada, entendemos que dentro de seu próprio núcleo ocorre um reflexo dessa política nacional. Tanto no aspecto de haver uma tendência de cunho nacionalista peculiar quanto um anticomunismo de mesma vertente, particular em seus desígnios. Entre os documentos diplomáticos do Departamento de Estado estadunidense encontramos o corpo diplomático dos EUA no Brasil atento a medidas de Dutra como ministro da Guerra, criando mecanismos para filtrar o exército e impedir a penetração, principalmente, de comunistas nas Forças Armadas.

Assim, pretendemos mostrar que o Brasil estava aliado aos EUA no que diz respeito ao anticomunismo, mas não necessariamente subjugado aos EUA nessa questão. Nos perguntamos por várias vezes se haveria perseguição aos comunistas no Brasil se não fosse pela influência dos EUA. Percebemos através de documentos e bibliografia que houve um embate em torno da presença norte-americana ao redor dos projetos que existiam entre os militares. No entanto, pensando um projeto elitista de cunho nacional, os militares brasileiros chegaram muitas vezes a discordar abertamente da interferência estadunidense neste projeto.

Pensando Hegemonia no contexto da Guerra Fria

Sobre a questão da Guerra Fria, Sidnei Munhoz destaca cinco modelos teóricos como os mais importantes para o estudo da Guerra Fria: a ortodoxia estadunidense, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e o corporatismo.¹⁵ Centralizamos nossa análise a partir da teoria revisionista que surgiu ao final da década de 1950. Analisando a política interna e externa de Estados Unidos e União Soviética, os revisionistas concluíram que a URSS não poderia ser considerada culpada pelo início

¹⁴ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms*.

¹⁵ MUNHOZ, 2004.

da Guerra Fria. Para os teóricos dessa corrente de análise da disputa entre soviéticos e estadunidenses, após a Segunda Guerra Mundial duas potências emergiram no mundo liderando um determinado conjunto de países que estavam vinculados aos seus interesses. Enquanto para os soviéticos o objetivo seria a reconstrução do país e criar um grupo de aliados que pudessem proteger-se mutuamente. Assim, para os revisionistas, a URSS não apresentava um perigo imediato ou mesmo real à segurança do Ocidente. Os Estados Unidos, por sua vez, caracterizaram-se por uma política muito mais agressiva e expansionista. Conhecer o debate interpretativo da Guerra Fria torna-se importante uma vez que se torna possível conhecer o ponto de vista estadunidense sobre a Guerra Fria, bem como o da URSS e assim poder analisar melhor as fontes que temos em mãos.

Com relação ao conceito de hegemonia, recorreremos a perspectiva de Gramsci para uma análise do pensamento estadunidense sobre o anticomunismo no Brasil e mesmo com relação às elites nacionais e seu projeto progressista para o país. A utilização do conceito de hegemonia como bojo teórico possibilita a análise de diversas instituições, tendo sido o Estado, juntamente com suas Forças Armadas, as instituições abordadas em nossa pesquisa. Pensamos que Antonio Gramsci nos ofereça, através de sua perspectiva teórica, suporte suficiente para refletirmos sobre o governo Dutra e as estruturas do Estado que estavam a serviço deste governo. O conceito de hegemonia nos possibilita pensar as relações externas e internas no Brasil e ainda abre precedentes para análise de muitos outros aspectos que fogem de nosso alcance e objeto. Para que o Estado levasse até a opinião pública os seus interesses de demonizar o comunismo e legitimar suas ações antidemocráticas, era necessário que mecanismos de formação da opinião da população estivessem a serviço do Estado. Dentre essas instituições temos privilegiado as Forças Armadas e, mais especificamente o Exército em nossa pesquisa.

Para compreendermos melhor o conceito de hegemonia, é importante compreender como Gramsci a concebe. Partindo de um pressuposto marxista, Gramsci compreende o bloco histórico dividido em estrutura, de fundo econômico e a superestrutura, que diz respeito à parte social e política basicamente. Para este pensador a hegemonia das elites sobre a opinião pública não ocorre de forma natural, assim, para que possam ser hegemônicas sobre as classes inferiores, é necessária uma intelectualidade orgânica,

intermediária que seja a formadora de uma consciência ideológica uniforme sobre esse grupo específico. Segundo Hugues Portelli

O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas intelectuais[...]¹⁶

É importante ressaltar que para este intelectual italiano, a intelectualidade não deve ser pensada como um bloco indistinto, ou seja, além das diferenças ideológicas, surgem diferenciações no processo de formação dessa intelectualidade. Como afirma Gramsci

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. [...]¹⁷

Assim, compreendemos que para este pensador, uma intelectualidade poderia ser forjada, construída em um dado momento em função de um modelo econômico, ou seja, ao redor de uma indústria surgida no contexto do mundo capitalista, geraria ao seu redor uma intelectualidade específica. Mas, para Gramsci, essa não é a única intelectualidade. Ele continua:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.¹⁸

¹⁶ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed., 2002.

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. – vol. 2. Rio de Janeiro: Cortez, 2006, p. 15.

¹⁸ Op. Cit., p. 16.

Um segundo grupo de intelectuais seria então aquele formado dentro de um processo histórico, cujo controle do conhecimento e formação da cultura esteve ao seu encargo. Entretanto, o exercício da hegemonia é um processo complexo que lida com ideologias e procedimentos da intelectualidade e mesmo com ideologias e procedimentos da opinião pública. Com relação a uma ditadura talvez possa parecer que seria uma forma de governo hegemônico, uma vez que um Estado ditatorial assim se pretende. Segundo Gramsci, o afastamento do bloco ideológico, a ausência de intelectuais que criem a “atração espontânea” acabam criando terreno fértil para a utilização da “força”, ou seja, a hegemonia torna-se débil e apela-se a um Estado policial, ditatorial, repressor.

Assim, temos observado que para Antonio Gramsci, os intelectuais são fundamentais para um governo que deseje exercer hegemonia. De acordo com Portelli,

Os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhes assim consciência de seu papel, e a transformam em concepção de mundo que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil.¹⁹

Assim, podemos compreender que os intelectuais cumpririam um papel fundamental no processo de coerção do sobre a sociedade civil. A função básica dos intelectuais é “exercer a direção ideológica e política de um sistema social, homogeneizar a classe que ele representa”. De acordo com Luciano Gruppi,

[...] o conceito de hegemonia em Gramsci é apresentado em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.²⁰

Para Gramsci, a análise da sociedade era um fator que estava ao alcance do conhecimento. Utilizando como ponto de partida o marxismo, esse pensador de

¹⁹ Idem nota 9.

²⁰ GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

esquerda italiano tinha por princípio que a hegemonia era um elemento chave na compreensão das relações entre estrutura e superestrutura e que ambas relacionam-se entre si através de um grupo que represente os interesses do estado, os chamados intelectuais. Assim, não existem apenas a economia e a política, mas também um grupo intermediário que é responsável por garantir a hegemonia de determinada classe na gestão do Estado ante a sociedade utilizando a ideologia como sua arma. Dessa maneira, a ideologia seria um instrumento da hegemonia. Afinal, para garantir o domínio sobre a opinião pública, era fundamental controlá-los de tal maneira que não oferecessem um risco à manutenção da superestrutura.

Entretanto, no pensamento marxista, com a ditadura do proletariado, deveria ocorrer também a hegemonia do proletariado, ou seja, a ditadura seria a prática e a hegemonia seria o argumento de manutenção do controle da massa proletária, realizado através da ideologia. O consenso ideológico almejado pelo Estado é possível em grande parte graças às instituições que fornecem o arcabouço para o controle e consenso do público. No caso de nossa pesquisa, sobre o presidente Dutra perseguir as agremiações de esquerda por força do governo estadunidense, não cremos que o arcabouço ideológico para combate aos comunistas tinha origem exógena, pois era fornecido por grande parte das Forças Armadas brasileiras, de maneira geral, por uma parcela considerável da imprensa, pela Igreja Católica, enfim, por instituições que, historicamente, tinham razões claras para entrar em discordância com o modelo comunista.

É importante compreender que o conceito de teoria em Gramsci é definido como a combinação entre consenso e força. Assim, uma ditadura militar excederia o exercício da força não tendo mais o apoio incondicional e irrestrito da população, ainda que essa não reaja de maneira concreta, portanto, perdendo assim o poder hegemônico sobre a sociedade civil.

Levantamos a hipótese de que o governo Dutra não desencadeou a repressão aos comunistas por mera subordinação às diretrizes emanadas dos EUA. De fato, as raízes do anticomunismo brasileiro eram muito mais antigas. Assim, quando a aliança das forças anti-fascistas ruiu ao final da II Guerra Mundial e as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética se deterioraram na segunda metade de 1945 e no ano seguinte, o governo brasileiro haveria se sentido muito mais à vontade para retomar a repressão

aos comunistas e a outras forças de caráter progressista. No que diz respeito ao contexto interno, podemos considerar que houve uma elite orgânica, historicamente construída que tinha intrinsecamente um projeto de desenvolvimento nacional. Ao combinarmos nossa documentação com a Bibliografia sobre o assunto, observamos que, no que diz respeito às relações internacionais, o Brasil seguia um caminho particular e autônomo com relação à reprimenda aos grupos de esquerda. O corpo diplomático norte-americano acreditava ter um grau de influência sobre o governo brasileiro que, através de nossa pesquisa, não se confirma, além de muitos diplomatas acreditarem que os comunistas estavam espalhados e existiam em quantidade tão grande no Brasil que ameaçavam o poder central. Essa suspeição também não tem comprovação empírica. Os comunistas, por sua vez, exageravam a influência dos EUA sobre o Brasil. Assim, compreendemos que havia um jogo de poder e, em meio a essa disputa entre comunistas brasileiros e estadunidenses, o governo brasileiro seguia um rumo particular, nunca ameaçado por comunistas, nunca controlado pelos Estados Unidos. Ao longo dessa pesquisa, procuramos apresentar a hipótese de que as Forças Armadas brasileiras se pretendiam hegemônicas no Brasil através de um projeto de desenvolvimentismo nacional que, com o passar do tempo, se tornou, no que diz respeito as relações entre brasileiros e estadunidenses um problema maior para a diplomacia dos EUA do que os comunistas brasileiros.

As Fontes

Como já temos mencionado, utilizamos como fonte base dessa pesquisa parte do acervo do National Archives Record Administration – NARA – que se trata do arquivo da documentação produzida pelo corpo diplomático dos EUA no Brasil entre 1946 e 1950²¹. E ainda utilizamos, para fins de conferência e comparação das informações, documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty do mesmo período. Tivemos acesso a documentação do Departamento de Estado estadunidense através do Laboratório de Estudos do Tempo Presente - UEM (LabTempo), ligado ao Departamento de História

²¹ O acervo do NARA que temos acesso corresponde ao período de 1945 a 1952, entretanto, para os fins dessa pesquisa fizemos um recorte temporal para abordar diretamente o governo do presidente Dutra.

da Universidade Estadual de Maringá que recebeu essa documentação em microfimes em 2003 e desde então temos alçado mão em nossas pesquisas desse material.

Através dessa documentação, podemos ter uma idéia da postura que secretários de Estado, diplomatas, embaixadores, e muitos outros membros do corpo diplomático dos EUA no Brasil tinham em relação à política interna brasileira. É notável que muitos documentos que tivemos acesso estejam hierarquizados conforme a importância dada ao assunto pelos próprios diplomatas que produziam a documentação. Sobre esse processo algumas observações são importantes. Primeiramente, é preciso compreender que esses diplomatas trabalhavam para uma “empresa” que tinha naquele momento suas prioridades, assim, era fundamental a esses funcionários, corresponder em estudo e fornecimento de informações aquilo que interessasse ao governo estadunidense. Assim, podemos entender que se o presidente norte-americano queria informações sobre comunistas no Brasil, esses diplomatas precisavam encontrar informações que satisfizessem aos interesses do seu empregador mesmo que no seu âmago chegassem a ser muito mais produto de interpretações que muitas vezes não se aproximavam da realidade sobre o tema. Dessa forma podemos ressaltar o segundo item que é necessário ser observado na análise das fontes. Boa parte dos diplomatas tinha sua própria ideologia e sua forma de enxergar o comunismo, não apenas o comunismo em si, mas também o governo brasileiro. Muitas vezes, como veremos, o corpo diplomático estadunidense julgou o anticomunismo brasileiro a partir das perspectivas dos Estados Unidos, sem qualquer cuidado ou análise cultural que pudesse dar equilíbrio a compreensão do governo norte-americano.

Sobre as informações contidas nos documentos diplomáticos estadunidenses, trata-se de relatos do cotidiano político, econômico ou mesmo social do Brasil²². No entanto, essa documentação também está carregada de opiniões, observações e críticas sobre o *modus operandi* da política brasileira com relação, principalmente, à postura brasileira diante da “ameaça” comunista, um tema recorrente nas análises do corpo diplomático dos EUA no que diz respeito a assuntos civis.

²² É válido lembrar que mesmo tendo acesso à documentação do NARA, muitos arquivos ainda aparecem velados nos microfimes, cujo acesso permanece restrito.

A Organização da Dissertação

Organizamos a pesquisa de maneira a contextualizar as relações entre Brasil e Estados Unidos dentro do período histórico abordado (1946-1950). No primeiro capítulo apresentamos o contexto interno brasileiro para compreender os personagens que chegaram ao poder e suas tendências ideológicas, o que facilita a compreensão das ações tanto civis quanto militares. Assim, nesta primeira parte abordamos o tema do anticomunismo característico do Brasil sem, contudo deixar de abordar os interesses e projetos almejados pelo governo brasileiro nos anos que se seguiriam.

No segundo capítulo desdobramos as perspectivas que diplomatas e militares brasileiros e estadunidenses tinham sobre “o outro”. É importante pensar que brasileiros e estadunidenses tinham projetos próprios que envolviam um ao outro e que no momento em que desejaram realizar seu planejamento encontraram resistências. Não se trata apenas de um capítulo que mostra discordâncias diplomáticas de ambos os países, mas também possibilita compreender as ações brasileiras e estadunidenses partindo do pressuposto de que pretendiam executar o que planejavam, o que afeta diretamente os interesses um do outro.

Por fim, no terceiro capítulo, conduzimos o debate de interesses de brasileiros e norte-americanos para o contexto das Forças Armadas. Este se torna o palco principal de nossa pesquisa tendo em vista que as Armas brasileiras pretendiam-se o grupo salvador do país, responsável por proteger de “ideologias estrangeiras”, mas também de conduzir o país ao progresso e desenvolvimentismo nacional. Um dos mecanismos utilizados na concepção do projeto de desenvolvimento e segurança nacional foi a Escola Superior de Guerra, responsável por amalgamar a elite intelectual, política e militar do país com o intuito de conduzir a nação ao ideal de desenvolvimento e progresso.

Enfim, é possível constatar que a documentação nos oferece condições de refletir sobre o papel das elites brasileiras no governo do presidente Dutra, mas nos oportuniza também pensar as perspectivas que a diplomacia estadunidense tinha a respeito dessas mesmas elites e do governo brasileiro.

Capítulo 1

O Contexto Histórico das Relações Brasil-EUA (1946-1950)

A Segunda Guerra Mundial proporcionou um aumento substancial da proximidade entre Brasil e EUA. Apesar de a guerra estar concentrada na Europa, e, no caso dos EUA, também no Japão, o Brasil recebeu certos cuidados especiais, não por alguma preferência norte-americana, mas por claro interesse e necessidade de estabelecer uma base no Nordeste brasileiro. No entanto, o corpo diplomático norte-americano não estava preparado para enfrentar as necessidades e barreiras que foram impostas pelos brasileiros, o que acabou exigindo um pouco mais de cuidado no processo de estabelecimento do projeto estadunidense.

Para compreendermos melhor o processo de construção das relações entre Brasil e EUA, vamos considerar o contexto interno de ambos os países para enfim chegar ao momento em que aprofundaram as relações internacionais entre ambos. Antes de abordar o contexto interno brasileiro, é importante esclarecer que nossa análise procura enfatizar o caso de especificidade do anticomunismo no Brasil.²³ De acordo com GAIO, Sodré desenvolve uma luta ideológica na qual sua tendência seria, através do processo histórico brasileiro, demonstrar que o Brasil trilha um caminho autônomo. Essa tendência acompanha o momento histórico que analisamos nesta pesquisa. Segundo GAIO

A luta ideológica mencionada por Sodré é aquela cujos primeiros sinais se manifestaram no Brasil desde o período do Governo Dutra – tornada inclusive como política de governo por esse Presidente tanto na política externa como na interna – que era a Guerra Fria, intimamente ligada ao imperialismo. Estudando suas repercussões no campo cultural brasileiro, que segundo o nosso autor assumia aqui no Brasil aspectos particulares, mas cujas características principais estavam ligadas a uma crítica generalizada ao marxismo e à importação de teorias – modas passageiras – e cuja função era destruir tudo o que antes havia sido realizado no Brasil.²⁴

²³ Para Gaio, Nelson Werneck Sodré é um modernista.

²⁴ GAIO, André Moysés. *Uma Teoria da Independência – História e Revolução na Obra de Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado. Pág. 90.

Como podemos notar, apesar de tendências marxistas, Sodré observava o caso brasileiro particularmente tendo em vista a construção histórica da nação. Sodré foi um acirrado combatente da importação de modelos externos para a compreensão da sociedade brasileira, que, como dissemos, é e deve ser analisada de maneira particular. GAIO ainda afirma que

Para Nelson Werneck Sodré, o processo da Revolução Brasileira referia-se ao capitalismo de transformações que ocorrem em nosso país na fase atual convencionou-se denominar Revolução Brasileira. As referidas transformações ocorrem numa época que os distingue, qualitativamente, das que ocorreram em outras épocas e em outros países, aqueles que se apresentam hoje com uma economia capitalista plenamente realizada. Uma coisa foi, realmente, a revolução burguesa, isto é, a liquidação de velhas relações de produção e sua substituição definitiva por relações capitalistas, quando o capitalismo estava em sua fase ascensional, muito distante da fase imperialista do capitalismo. Por isso mesmo o processo das transformações é diverso, e são diversos também seus resultados.²⁵

Sodré procura resgatar a particularidade brasileira. Partimos deste pressuposto para observar o anticomunismo brasileiro de uma perspectiva peculiar. As preocupações que os comunistas causavam ao governo brasileiro eram distintas em gênero e grau das preocupações que causavam a diplomacia estadunidense, portanto, a ênfase no combate, na perspectiva dos EUA muitas vezes poderia parecer incompatível com o que estes esperavam do Brasil por este estar na sua zona de influência hemisférica. É importante também destacar que Sodré compreendia a dependência econômica brasileira ao imperialismo estadunidense. Nossa pesquisa caminha na direção de demonstrar que os EUA tiveram dificuldades com setores da política nacional brasileira, mas especificamente as elites político-militares. Também enfatizamos que os comunistas brasileiros eram observados de duas perspectivas distintas, a brasileira e a estadunidense, e apesar de ambas serem agressivas aos comunistas, se apresentavam distintamente em seus métodos e objetivos.

1. O Contexto Interno Brasileiro

²⁵ GAIO, André Moysés. *Modernismo e Ensaio Histórico*. São Paulo: Cortez, 2004, P. 63.

No que tange à política nacional, Getúlio Vargas estava no poder desde 1930 e depois do golpe de Estado de 1937, atitudes repressivas como o cancelamento das legendas partidárias e a censura na imprensa denotam o avanço do autoritarismo no cenário político brasileiro.

Com a volta dos militares da FEB para o Brasil em 1945 e a queda dos regimes autoritários na Europa, era necessário repensar a continuidade da política nacional. É difícil precisar se Vargas apoiava uma reabertura do Regime ou se entendia ser esse um processo inevitável e ao qual acreditava ser muito difícil resistir. Osvaldo Trigueiro do Vale publicou em 1978 um diálogo entre Dutra, então ministro da Guerra e egresso da Europa antes mesmo que os praças da FEB, e Vargas, no qual Dutra teria afirmado ser paradoxal lutar na Europa pelo fim dos totalitarismos enquanto que no Brasil havia uma ditadura.²⁶ É preciso considerar que do Vale tinha certa empatia pelo então ministro da Guerra. Dutra fora um admirador do Estado Nazista, tinha claras tendências germanófilas que não fazia questão de esconder. Entretanto, após o alinhamento definitivo brasileiro às potências aliadas, Dutra volta-se para os estadunidenses.

No processo de democratização iniciado por Vargas, foram forjados dois partidos políticos, o PSD e o PTB, e outros partidos conseguiram a sua legalização, como o PCB. Paulatinamente o Brasil preparava-se para o que viria a ser o mais amplo processo eleitoral que havia conhecido até então. Desde o início do Estado Novo, em 1937, o Brasil não contava com a presença de partidos políticos, mas, dadas as circunstâncias ao final da Segunda Guerra Mundial, era insustentável a presença política de Getúlio Vargas na presidência da república. Assim, com o processo de reabertura política e as eleições, o Brasil passava a reviver a impressão do retorno da democracia. Mas Vargas não recebera apenas pressão interna. Segundo MUNHOZ, Adolf Berle Jr., embaixador norte-americano no Brasil,

²⁶ DO VALE, Osvaldo Trigueiro. *Dutra e a Redemocratização do Brasil*. 1978, p. 18. – Presidente, cheguei da Europa em viagem de inspeção às tropas e de consulta ao pensamento político de meus companheiros de armas. Ouvi generais, altos comandos, coronéis. E tomei com eles um compromisso, que ora me desincumbo. Ao aqui chegar o procurar imediatamente como agora o faço, e dizer-lhe com toda franqueza que a oficialidade achava injusto que os brasileiros morressem nos campos da Itália para implantar a democracia, na França, na Áustria, na própria Itália e Alemanha, quando aqui no Brasil não havia democracia. – Diálogo entre Dutra e Vargas após a chegada de Dutra da Guerra na Europa.

[...] em um almoço em sua homenagem, realizado no Sindicato dos Jornalistas, em 29 de setembro de 1945, - Adolf Berle Jr. - discursou defendendo a democratização do país e criticou qualquer alteração no processo eleitoral em andamento.²⁷

Mas os comentários de Berle pareceram não causar um impacto positivo entre os brasileiros. De acordo com STANLEY HILTON, o embaixador supervalorizou seu papel ao intervir nos assuntos internos da política brasileira. O fato de o discurso de Berle não ter sido bem recebido, sinaliza que a “intelectualidade” estadunidense ainda precisava de reparos, ou seja, ainda não exercia solidamente seu papel de hegemonização sobre a intelectualidade brasileira. Berle pareceu haver percebido o mal-estar provocado por seu discurso. De acordo com Hilton

Berle, entretanto, parece ter sido incomodado por dúvidas quanto à conveniência de sua intervenção, e, talvez como parte de uma compreensível necessidade psicológica de justificá-la, começou a ampliar a natureza do desafio que estava tentando enfrentar. Assim, em uma carta a Truman e um telegrama ao Departamento de Estado, em 1º de outubro, comentou que os quemistas pretendiam desencadear um golpe de Estado no dia 3 – no máximo, uma história pouco provável, em vista da firme oposição do Exército a qualquer perturbação do programa de redemocratização, mas uma história tenazmente defendida por Berle enquanto sugeria que seu discurso havia bloqueado esse plano de golpe.²⁸

Se por um lado a imprensa de oposição a Vargas ficou extasiada com o discurso, o mesmo não se pode dizer do próprio Vargas que se irritou com a intromissão estadunidense nos assuntos brasileiros. Se de maneira geral as relações entre Brasil e Estados Unidos eram boas, muitas vezes a diplomacia estadunidense arriscava o bom relacionamento interferindo em assuntos que as elites políticas brasileiras julgavam ser de foro exclusivamente nacional. HILTON ainda descreve o impacto negativo da intervenção de Berle descrevendo a reação da diplomacia brasileira. Segundo HILTON

Em 1º de outubro o chanceler Leão Velloso enviou um telegrama ao embaixador Carlos Martins Pereira de Souza, em Washington a respeito de Berle. “O motivo de sua atitude é por enquanto obscuro, não se sabe até que

²⁷ MUNHOZ, Sidnei. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, vol. 6, Pág. 47.

²⁸ HILTON, Stanley. *O Ditador e o Embaixador*. Rio de Jenrio: Record, 1987. P. 95

ponto ele estava autorizado por esse governo a manifestar-se”, Leão Velloso informou. “Está claro que em alguns setores da oposição o discurso foi bem acolhido. A impressão geral, porém, é deplorável, vendo-se em suas palavras o propósito, sem precedentes na História do Brasil, de intervenção na nossa vida interna.²⁹

Se na opinião do embaixador seu discurso teve resultados positivos, o mesmo não parece haver provocado tal resultado entre as elites políticas brasileiras que compreenderam a atitude de Berle como gesto intervencionista. Independentemente do discurso do diplomata estadunidense, as eleições tomaram seu curso previsto. Outra era o candidato governista, recebera relativo apoio de Vargas, mesmo havendo a insegurança de que Getúlio realmente abandonaria o poder. A desconfiança em relação às eleições ficava por conta do movimento “queremista” que desejava a manutenção de Vargas no poder. Esse processo de democratização abalou as estruturas do governo do presidente Getúlio que foi obrigado, por um golpe palaciano, a deixar o poder antes da conclusão planejada de seu mandato. José Linhares, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, convocado pelas Forças Armadas a ocupar a presidência neste período de transição³⁰, concluiria o mandato até que o general Eurico Gaspar Dutra, vencedor das eleições, assumisse o poder.

Segue-se então um debate que temos acompanhado em muitas pesquisas recentemente e que pretendemos abordar a seguir. Trata-se da expressão “democratização” para o governo de Dutra.

Na documentação diplomática estadunidense encontramos opiniões divergentes sobre o caráter das atitudes políticas de Dutra. De um lado, Truman é estimulado pelo Officer of Inter-American Affairs a entender Dutra como um dos principais responsáveis pela consolidação da democracia brasileira. Por outro, de Moscou, na União Soviética, os periódicos dão conta de caracterizar o presidente brasileiro como um ditador de viés nazista. Neste confronto de opiniões, cruzamos as informações documentais diplomáticas do Departamento de Estado dos EUA com a bibliografia levantada. Para uma análise mais eficiente do processo, observamos a ascensão de Dutra a partir do sufrágio que o elegeu presidente da República.

²⁹ Op. Cit. Pág. 96.

³⁰ 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946 foi o período que José Linhares ocupou a presidência da República.

É comum entre os historiadores entender que o processo eleitoral que elegeu o general Eurico Gaspar Dutra como presidente, foi o mais amplo já visto até então no Brasil. Segundo Munhoz,

No processo de abertura, iniciado ao final do governo ditatorial de Vargas, Dutra se opôs à concessão da anistia política e à legalização do Partido Comunista. No entanto, nota-se uma rápida mudança de posição em meados de 1945. Respondendo a uma carta de Átila Soares, datada de 13 de abril, em que o missivista relata os contatos que efetuara com Prestes, Dutra respondeu que era favorável à organização legal do PCB. Afirmou ainda que o partido deveria se organizar e possuir vida própria como qualquer outra agremiação política.³¹

No mesmo processo eleitoral em que Dutra fora eleito, Fiúza, candidato do Partido Comunista recebera cerca de dez por cento do total de votos, uma considerável soma³². Prestes, maior ícone comunista do Brasil fora eleito senador por seu partido.

Segundo documento emitido pelo Foreign Service em janeiro de 1946, a oposição a Dutra estava fragmentada, o Partido Trabalhista tinha o seu apoio disputado por outras agremiações partidárias, inclusive Integralistas e Comunistas. Na avaliação do primeiro secretário da Embaixada dos EUA, o Partido Comunista alcançara certo sucesso nas eleições de 1945. Ainda segundo o secretário, Prestes teria

“expressado satisfação no retorno da influência do PC nos EUA e exaltou aos norte-americanos por terem colocado o Partido Comunista em equivalência de oportunidades”. (Tradução livre do autor)³³

O líder do PCB ainda teria dito que

³¹ MUNHOZ, Sidnei. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, vol. 6, Pág. 48.

³² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: paz e Terra, 2003. - “Muito surpreendente foi a relativamente grande votação do candidato comunista, Fiúza (a saber um candidato não comunista pois Prestes acreditava que o Brasil ainda não estava preparado para um governo comunista) que recebeu 10 por cento do total nacional. Nas eleições para o Congresso, o PSD ganhou 42 por cento dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26 por cento (77 cadeiras), o PTB, 10 por cento (22 cadeiras), e o PCB, 9 por cento (14 deputados e um senador).” Pág. 90.

³³ LabTempo – UEM; NARA Secretaria de Estado dos EUA – M 1492 – Rolo 14 – fotograma 0027: 09/01/1946 – He expressed satisfaction in the return to the influence of the Communist party in the United States and praised it for purging its ranks of opportunists. NARA – Communistic Activities, Parte 1.

“Dutra seria responsável por qualquer retrocesso no processo de redemocratização que já havia sido alcançado, declarando com ênfase que o povo resistiria vigorosamente a qualquer retrocesso nessa conquista”.
(Tradução livre do autor)³⁴

Vinton Chapin, o primeiro secretário da embaixada dos EUA no Brasil, em nossa perspectiva, tendia a mostrar que apesar da força do argumento de Prestes, os grupos de esquerda estavam enfraquecidos, divididos por dentro, mas que o Partido Comunista gozava de liberdade política no país. Ainda no mesmo documento, Chapin afirma que “Relatórios indicam que os Comunistas, embora aparentando um otimismo, continuam a estar de alguma maneira, desencorajados com relação às suas projeções num futuro imediato.” O secretário ressaltou ainda que as alianças dos comunistas com os Trabalhistas tinham se quebrado e que os Trabalhistas teriam se unido ao PSD.

Entretanto, conforme o próprio Chapin, se de alguma maneira os comunistas demonstravam satisfação pelo bom momento que viviam, não deixavam então de estar preocupados com a possibilidade de recrudescimento do governo Dutra. Chapin representa o grupo de diplomatas estadunidenses que observavam a ação comunista e anticomunista no Brasil. Esses diplomatas eram ainda responsáveis por manter o governo dos Estados Unidos informado de qualquer coisa que ocorresse no Brasil. Muitas vezes essas informações eram perpassadas por interpretações unilaterais e tendenciosas dos eventos que tomavam lugar no cotidiano brasileiro. Essa observação se torna importante na medida em que cada um destes diplomatas dependia da qualidade do seu trabalho para chamar a atenção do Estado norte-americano para suas qualidades como funcionário, de maneira que este ponto tem relevância na qualidade da informação que pudesse chegar aos Estados Unidos.

Enfraquecida ou não, a esquerda havia alcançado expressivos resultados nesse novo momento de democratização do país. Os comunistas elegeram catorze deputados para a Câmara Federal e um senador: Luís Carlos Prestes. Para um partido enfraquecido, até

³⁴ LabTempo – UEM; NARA Secretaria de Estado dos EUA – M 1492 - Rolo 14 - fotograma 0028: ...Prestes again took the opportunity to eulogize the Party on the part which it played in the events culminating with the removal of President Vargas from office on October 29-30 of last year. He noted the “reactionary” support which had been given to Dutra and stated that the latter would be responsible for any retrogression in the redemocratization program which had already been achieved, declaring with emphasis that the people would vigorously resist any backward step in this regard.

que os comunistas estavam em franco crescimento. A reabertura política reanimara a esquerda, e a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial tornara o Partido Comunista bastante popular.

No entanto, o presidente que no passado recente havia demonstrado tendências germanófilas e era conhecido desafeto dos comunistas aos poucos voltaria a mostrar a sua face repressiva. Desde janeiro de 1944 o Brasil já negociava a retomada de relações com a União Soviética, consolidada após a Conferência de Yalta, em maio de 1945. Entretanto, ao longo de 1946, uma série de incidentes diplomáticos entre esses dois países foi gerando uma celeuma cada vez mais insustentável para a permanência das relações.

Dutra, paulatinamente dava sinais de que os comunistas não teriam vida fácil em seu governo. Conforme Pedro Pomar,

O Conteúdo profundamente antipopular e os estreitos limites da democracia liberal, na economia e na política, mostraram-se de corpo inteiro no período Dutra. Nele, o instituto democrático do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só “regulado” pela legislação outorgada pelo próprio governo, como o Decreto-lei número 9.070, que Dutra editou em março de 1946 a pedido da burguesia industrial, com a finalidade de proibir as greves e punir os trabalhadores desobedientes. “[...] “destaque-se que a repressão governamental ao movimento operário propriamente dito começou já em 1946, com a edição do decreto-lei antigreve número 9.070 e a prisão de líderes grevistas. [...] Foi a resposta de Dutra a uma maciça onda de greves vitoriosas que teve início antes mesmo de sua posse na presidência da República, em 1º de fevereiro.³⁵

Percebe-se no trecho destacado a afinidade de Dutra com o segmento burguês industrial da sociedade brasileira. Não se trata apenas de uma aproximação com fins econômicos, o que fica evidente com a desastrosa política econômica deste presidente. Trata-se de uma aproximação ideológica como veremos adiante. A aproximação do governo com a burguesia é parte de um processo que visava ao desenvolvimentismo e o progresso nacional brasileiro. Portanto, se os comunistas apresentavam-se como um entrave aos objetivos dessa elite representada pelo próprio presidente, estes deveriam ser retirados do caminho.

³⁵ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Democracia Intolerante, A: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)* – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado. 2002. P. 21 e 24.

Em 23 de maio de 1946, uma manifestação comunista no Largo da Carioca no Rio de Janeiro terminou em dura repressão. A manifestação fora proibida por órgãos policiais locais no Largo da Carioca e, segundo a documentação diplomática estadunidense³⁶, a imprensa teria divulgado nos dias 22 e 23 do mesmo mês a proibição da polícia e a sugestão de realizar a manifestação em Ipanema. Segundo o que diz o memorando do Charge D’Affairs, uma fonte confiável informara que Prestes haveria tido conhecimento da proibição antes da mobilização do grupo, mas resolvera desobedecer declaradamente a ordem expressa do presidente. O resultado foi catastrófico. A própria documentação diplomática do Departamento de Estado dos Estados Unidos informa que o resultado do enfrentamento girava em torno de 38 feridos e uma morte confirmada.

As últimas informações de fontes relevantes da Polícia revelaram esta manhã que 38 estavam feridos e uma morte tinha sido definitivamente confirmada. Embora a Polícia acredite que existam 2 mortos, eles não podem confirmar o segundo. Entre os feridos havia um membro da Polícia Militar e um da Polícia Especial. (Tradução Livre do autor)³⁷

O incidente não teve repercussão positiva para Dutra que segundo a imprensa haveria ficado o dia seguinte até altas horas da madrugada com sua liderança de governo para pensar numa reposta para o povo do incidente ocorrido no Largo da Carioca.

Em 07 de maio de 1947 o Superior Tribunal Eleitoral cancelou o Registro do Partido Comunista com aval da presidência. A alegada acusação para tal era a de que o partido estava sendo comandado de fora, a partir da URSS, o que segundo o Superior Tribunal Eleitoral era ilegal. Segundo Pomar, Dutra teria implantado um “terrorismo de Estado”, tornando a democracia algo cada vez mais duvidoso no país. Há, em outro pólo da

³⁶ LabTempo – UEM; NARA – Memorandum for the Charge D’affarirs – M 1492 – Rolo 14 –fotograma 0726.

³⁷ LabTempo – UEM; NARA – Memorandum for the Charge D’affarirs – M 1492 – Rolo 14 –fotograma 0729. “The latest reports from reliable Police sources this morning reveal that 38 were wounded and one death has been definitely confirmed. Although the Police still believe there were 2 deaths, they cannot officially confirm the second. Among the wounded was one member of the Military Police and one member of the Special Police”.

Os números apresentados no documento são incertos e a própria embaixada explica o motivo de terem dados distintos; segundo o próprio memorando, as fontes diferentes são a causa do conflito nas informações do próprio serviço norte-americano. A diplomacia estadunidense contava com informantes entre os policiais e os manifestantes.

discussão, não só a certeza de que Dutra praticara uma continuidade da ditadura típica do estado Novo, como a associação do presidente brasileiro ao regime fascista alemão. A imprensa soviética trata, tendenciosamente, ao presidente Dutra, já em fins de 1946 como um nazista: “A Literary Gazette de quatro de outubro faz um longo e cruel ataque difamador ao Presidente Dutra do Brasil intitulado “Hitler o Aperfeiçou”. O artigo afirma que

Para o povo brasileiro aquele foi um dia – o da eleição de Dutra - de infortúnio nacional. Voltaram ao caminho da escravidão. Sete oitavos da nação estão estagnados no analfabetismo. E agora a sociedade está sendo privada de suas poucas liberdades democráticas conquistadas durante a guerra. [...] O Deputado João Amazonas – comunista com passagem pela URSS -, em carta enviada ao Parlamento brasileiro caracterizou o Presidente do Brasil como “ditador a serviço do imperialismo e do fascismo”.³⁸

Para Pomar

O ataque sistemático aos setores organizados da classe trabalhadora e a tentativa de negar ou abolir os direitos por ela conquistados sob o Estado Novo ou formalmente inscritos na Constituição Federal de 1946 fizeram lembrar o modo como a República Velha tratava a questão social. [...] O conteúdo profundamente antipopular e os estreitos limites da democracia liberal, na economia e na política, mostraram-se de corpo inteiro no período Dutra. Nele, o instituto democrático do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só “regulado” pela legislação outorgada pelo próprio governo[...] (Tradução livre do autor)³⁹

Desde 1946 o governo Dutra foi dando sinais cada vez mais claros de que não toleraria a resistência ao seu comando. Aliado às classes burguesas e representantes de uma elite nacional, pretensa forjadora de um paradigma de progresso para a nação –

³⁸ LabTempo – UEM; NARA – Department of State; incoming telegram from Moscow – M 1492 – Rolo 18; 04/10/1947: “October 4 issue LITERARY GAZETTE carries long and bitterly slanderous attack on President Dutra of Brazil entitled “Hitler Decorated Him”. [...] For Brazilian people this was day of national misfortune. From way back slave labor and serf society have been rule there. Seven-eighths of Brazilian nation has long stagnated in illiteracy. And now nation is being deprived of few democratic freedoms which it won during war.”

Deve-se considerar que tendo em vista que a URSS vivia em situação de censura, toda notícia publicada tinha a aprovação do Estado ou era produto do mesmo. No dia 14 de outubro de 1947 o Escritório de Assuntos Estrangeiros nos EUA envia uma resposta a Dubrow, o emissor do telegrama anterior dizendo que nos EUA houve o entendimento de que a reportagem fora articulada pelo governo soviético.

³⁹ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante*. Págs. 20 e 21.

tema este que abordaremos mais adiante – Dutra entendia que os comunistas representavam um atraso para o país. Em 20 de janeiro de 1948, a partir da embaixada brasileira em Washington, Raul Fernandes comenta o editorial de um periódico de orientação comunista dos EUA – Evening Star – no qual se afirma que o Brasil enfrentaria problemas por ter fechado o Partido Comunista e que sua principal liderança ainda estava livre para atuar politicamente, referindo-se, neste caso a Luís Carlos Prestes.⁴⁰ O embaixador Raul Fernandes conclui afirmando que o comunismo teria força no Brasil devido às baixas condições de vida, o que proporcionaria terreno fértil para as idéias radicais dos vermelhos.

Em maio de 1947 o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade e em janeiro de 1948 os candidatos eleitos por este partido foram cassados. Ainda segundo Pomar,

[...]o exacerbado caráter policial-terrorista do regime, que se mostrou capaz de até mesmo aprisionar por meses ou anos aqueles que eram flagrados cometendo os mais prosaicos atos singulares de protesto – como recolher assinaturas, distribuir panfletos ou exibir faixas -, indica uma democracia atrofiada e intolerante, quando não simplesmente “policial”.⁴¹

Tem sido nosso propósito, demonstrar que o caráter democrático do governo Dutra foi muito limitado. Mas ainda surge uma questão que para nós é de extrema relevância para compreender as ações do presidente Eurico Gaspar Dutra. Em nossa pesquisa pudemos perceber que o anticomunismo no Brasil não teve suas raízes nascentes no governo Dutra. As ações antidemocráticas adotadas por este governo não foram isoladas e estão muito longe de haverem sido as primeiras. Portanto, pretendemos apresentar a seguir, mesmo dentro dos próprios documentos da diplomacia estadunidense, uma perspectiva diferente deste anticomunismo brasileiro. Sabemos que este tema já foi abordado por vários historiadores, mas pretendemos dar ênfase ao pensamento estadunidense sobre o caráter do anticomunismo brasileiro.

O anticomunismo tupiniquim e seus desdobramentos no governo Dutra

⁴⁰ AHI – nº 119/500.1 – Embaixada do Brasil em Washington

⁴¹ POMAR, 2002; p. 22.

Não pretendemos aqui fazer um estudo exaustivo das origens remotas do anticomunismo no Brasil. Se o fizéssemos nos distanciáramos de nosso objeto. Muitos historiadores já provaram que o anticomunismo existia muito antes no Brasil do que a Guerra Fria poderia solicitá-lo em nosso país.⁴²

No entanto, para compreender algumas ações específicas do próprio governo Dutra em direção ao anticomunismo, é preciso retomar alguns aspectos anteriores ao seu mandato presidencial.

Dutra fora ministro da Guerra durante a última parte do governo Vargas e durante este período deu demonstrações de que tinha certa admiração pelos métodos alemães típicos do Estado nazista, que, conforme Sonny Davis era um dos entraves à política conciliatória entre Brasil e EUA. Para que fosse possível um acordo visando ao apoio recíproco entre brasileiros e estadunidenses, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi necessária uma reorientação nas visões de Dutra e inclusive Góes Monteiro, pois ambos admiravam os militares alemães e acreditavam numa vitória nazista na Europa. Esforços especiais por parte do corpo diplomático dos Estados Unidos haveriam sido feitos para contar com o apoio de Dutra na tentativa de construir uma base militar para uso de tropas estadunidenses no nordeste do Brasil.⁴³

Com tendências tão declaradas, até pouco antes das eleições para a presidência, em 1945, Dutra se declarava hostil aos interesses comunistas. Essa opinião teria mudado bruscamente em 13 de abril de 1945 quando Dutra afirmou ser favorável à organização do Partido Comunista. A razão da mudança brusca de opinião do general Dutra sobre os comunistas pode ter razões exógenas, tendo em vista que a URSS lutava ao lado dos aliados pela derrota do nazismo na Europa.

Aparentemente, novos ventos sopravam para o partido de Luís Carlos Prestes que acreditava segundo MUNHOZ⁴⁴, num processo de democratização irreversível após o governo Vargas. No entanto, a prática governista foi outra. Desde que assumiu o controle da nação, Dutra esforçou-se para, paulatinamente, diminuir os espaços e possibilidades de ação democrática, não apenas dos comunistas, mas de uma série de

⁴² Veja para essa discussão: Patto Sá Motta; Claudinéia Justino Franchetti; Roberto Baptista Junior dentre outros.

⁴³ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms*. P.7

⁴⁴ MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953) in.: *Diálogos/* Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História – vol. 6, 2002; Maringá: UEM/DHI 2002.

grupos reticentes a algumas medidas de seu governo. Desde 1946, houve várias manifestações populares trabalhistas contra a carestia, o aumento do custo de vida, problemas habitacionais, de transportes, dentre outros.

Dentre esses episódios, um certamente singular ocorreu no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Em maio de 1946 comunistas, membros sindicais, dentre outros, resolveram reunir-se em comício e manifestação no largo da carioca no Rio de Janeiro. Foi enviada uma força policial que dissipou a manifestação com dura repressão.

John Edgar Hoover, conhecido anticomunista e chefe do Federal Bureau of Investigation – FBI – enviou um documento à Divisão de atividades estrangeiras e atividades correlatas com o seguinte título: Violência em encontro de comunistas no Brasil. Hoover frisa o fato de os comunistas terem desobedecido a uma ordem direta do delegado de polícia de não se encontrarem no Largo da Carioca, de tal maneira que parece estar sendo sugerida a aprovação da ação em vista da desobediência dos comunistas.

[...]Em 23 de maio de 1946, no entanto, o Partido Comunista do Brasil agendou um encontro às 18:30 horas no Largo da Carioca, uma grande praça no centro da cidade do Rio de Janeiro. Na manhã daquela data, a polícia brasileira publicou uma nota de que o encontro não poderia ocorrer onde fora determinado mas seria permitido ocorrer na praça de Ipanema no subúrbio do Rio de Janeiro. Uma informação de uma fonte altamente confidencial e segura indicou os comunistas iriam avante com seu plano original e se consultariam com os advogados do Partido em um esforço de evitar a ordem da polícia.[...] (Tradução Livre do Autor)⁴⁵

A ordem haveria sido para que a manifestação ocorresse em Ipanema. Entretanto, Hoover também se assusta com a força da repressão. Órgãos da imprensa e mesmo líderes políticos de outros partidos políticos manifestaram-se sobre o ocorrido. O Serviço de Assuntos Estrangeiros dos EUA enviou, em 27 de maio de 1946, ao

⁴⁵ LabTempo – UEM – NARA – Federal Bureau of Investigation to Division of Foreign Activity Correlation (Department of State); M 1492 – Rolo 19 – fotograma 0749. “[...] On may 23, 1946, however, the communist Party of Brazil scheduled a mass meeting for 6:30 P.M. in Largo Carioca, a large downtown square of Rio de Janeiro. On the morning of that date, Brazilian police published a notice that the meeting could not be held where it had been scheduled but would be permitted in a square in the Ipanema suburb of Rio de Janeiro. Information from a highly confidential and reliable source indicated that Communist Party did not intend to comply with the police notice but were going forward with their original plans and consulting with Party Attorneys in an effort to avoid the police order.”

secretário do Departamento de Estado um documento tratando dos desdobramentos políticos e do debate entre líderes políticos sobre a ação de Dutra.⁴⁶ A princípio Vinton Chapin, o primeiro secretário da embaixada dos EUA no Brasil, alegou que houve uma manifestação unânime de todos os grupos políticos em favor da ação de Dutra. No entanto, logo em seguida Chapin ressalta que houve certa condenação da atitude do presidente brasileiro por alguns partidos, dentre eles a UDN, PTB e a Esquerda Democrática. Chapin desconstruiu seu próprio argumento, tendo em vista o fim da unanimidade. A maior crítica que Prestes recebeu veio de Nereu Ramos⁴⁷, que também teve seu comentário publicado no documento enviado ao Office of Foreign Affairs, no qual Ramos alega que uma tragédia dessa magnitude poderia ter sido evitada, pois Prestes sabia da ordem e conhecia a ameaça de reprimenda em caso de desobediência. O argumento teve eco entre os outros partidos, que, por sua vez, não se limitaram às críticas ao líder comunista, mas também pressionaram o presidente.⁴⁸

Octavio Mangabeira, porta-voz da UDN, partido reconhecido pela vinculação com as elites conservadoras, teve seu discurso anexado ao documento enviado por Chapin. Nele, está registrado o discurso de Mangabeira em favor do direito e liberdade de expressão de qualquer grupo político e isso incluiria os comunistas. Segundo Mangabeira, a UDN opunha-se à ação da polícia, mas por outro lado os comunistas deveriam estar mais atentos às ordens e às leis. Assim, observamos que a perspectiva da diplomacia estadunidense é incisiva em denotar o anticomunismo no Brasil, mas avalia mal as reações dos grupos – mesmo conservadores – que se opuseram a ação policial.

Hermes Lima, o representante da Esquerda Democrática, classificou a ação da polícia como a mais enérgica censura. Mais uma vez a ação policial fora criticada, mas, Chapin registra também uma crítica da Esquerda Democrática ao Partido Comunista no

⁴⁶ LabTempo – UEM – NARA The Foreign Service of the United States of America from the Embassy of US in Rio de Janeiro to Secretary of State; M 1492 – Rolo 14 – fotograma 0743.

⁴⁷ LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – Rolo 19 - fotograma 0744: On the Government side, Nereu Ramos, leader of the Government representation in the National Assembly, declared in parliamentary debate on the events that Prestes had as good admitted that the Police decision to permit the meeting in na outlying district was “absurd” and was therefore not to be respected. “Now”, Sr. Ramos continued, “if the Communist Party understood that the police resolution was not to be respected, then it must assume, before the nation, the responsibility of the bloodshed yesterday [...]”.

⁴⁸ LabTempo – UEM – NARA The Foreign Service of the United States of America from the Embassy of US in Rio de Janeiro to Secretary of State; M 1492 – Rolo 14 – fotograma 074 4: “The positions taken by the UDN and the Esquerda Democrática are perhaps best indicated by the declarations made by their respective leaders. Both condemn the Communist Party for provoking the incident and censure the police for the tactics resorted to by the police in dispersing the crowds.”

sentido de o PC corrigir suas táticas de ação para não acabar sendo um agente destruidor da democracia.

Notamos que mesmo sendo reprimidos, os comunistas tiveram permissão de realizar sua manifestação. Não no lugar desejado, mas em Ipanema como a polícia determinara. Talvez por uma questão de logística possamos pensar que a estratégia da polícia poderia ser oferecer um local mais inacessível e talvez diminuir a presença popular na manifestação. Esses e outros líderes políticos manifestaram-se em favor dos comunistas, não em sentido ideológico, mas em sentido democrático, ao afirmar o direito deles se organizarem e se manifestarem livremente.

Em janeiro de 1947, Victor Perowne, chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros da América Latina, haveria dado seu parecer ao Departamento de Estado sobre a situação política do Brasil.

Perowne, [...] expressou a nós o que ele indica ser uma situação generalizada de deterioração política no Brasil. Ele disse que os comunistas parecem estar fazendo avanços.[...] Perowne sentiu que o presidente Dutra e presumivelmente os outros membros do presente governo estão inaptos a fazer manobras adequadas nessa difícil situação política e econômica. Ele pensa que Dutra não tem a habilidade de Vargas para controlar estes assuntos. (Tradução Livre do Autor)⁴⁹

Esse documento, por um lado, pode nos provocar a pensar se o comunismo era combatido no Brasil, durante o governo Dutra, nos moldes do projeto e das intenções dos EUA. Por outro, são fortes as evidências de que o governo Dutra haveria sido um tanto repressivo com relação aos grupos extremistas, especialmente com o Partido Comunista. Assim, podemos começar a compreender que o anticomunismo no Brasil tinha um viés particular, anterior ao contexto da Guerra Fria e que não estava atrelado

⁴⁹ LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – Roll 18 – serial 1492 – nº 832.001/1-947: Department of State – Incoming Telegram; January 9, 1947: “Perowne, head of the South American Department of Foreign Office, expressed to us concern over what he indicated he felt to be generally deteriorating Brazilian political situation. He said Communists generally seemed to be making gains. He also referred to renewed activity of Vargas. Perowne felt that President Dutra and presumably the other leaders of present government were unable to handle adequately difficult political and economic situation. He thought that Dutra had not Vargas ability to control affairs.” O documento é emitido de Londres para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos.

aos métodos anticomunistas estadunidenses.⁵⁰ Compreendemos que o maior entrave para o proletariado brasileiro não era a pressão dos Estados Unidos, mas sim a burguesia brasileira. Em se tratando do governo Dutra, essa burguesia recebeu especial atenção para levar avante seu projeto de desenvolvimentismo nacional, o que atingia diretamente aos comunistas, que se apresentavam como um obstáculo a ser superado naquele processo. A aproximação brasileira ao capital estadunidense tinha como intenção atrair investimento com o intuito de levar adiante a meta de modernização brasileira. É neste ponto que analisar o Brasil de maneira peculiar nos serve para avaliar que o anticomunismo brasileiro tinha uma tendência particular. As razões para o combate ao comunismo estavam diretamente ligadas ao desejo de transformar o Brasil uma potência industrial, moderna e cosmopolita pelas mãos da burguesia brasileira e não por uma questão ideológica pura e simplesmente.

Em 16 de janeiro de 1946, Vinton Chapin, secretário da embaixada dos EUA no Brasil, em documento enviado ao Departamento de Estado, teria recebido de uma fonte considerada confiável, a informação de que Dutra pretendia deixar o PC desfrutar de seus direitos civis, desde que não provocassem agitações desnecessárias.

[...] a Embaixada foi informada através de uma fonte de uma agência confiável e segura que o Presidente-eleito Dutra disse ele pretendia deixar o PCB desfrutar de seus direitos civis no Brasil enquanto suas ações estivessem dentro da legalidade. Agitações desnecessárias provavelmente levariam ao fechamento do Partido. Não obstante como a agitação está na essência da política comunista, a inferência de Dutra sugere por si própria, que o General Dutra precise de muito pouco para agir. (Tradução Livre do Autor)⁵¹

⁵⁰ Ao que parece, não era só o anticomunismo brasileiro que tinha um viés particular. Em um encontro do Partido Comunista entre os dias 6 e 7 de janeiro de 1946, segundo o Foreign Service, após o discurso de Prestes, um orador teria declarado que as ideologias estrangeiras de Partidos Comunistas estrangeiros deveriam ser substituídas por princípios particulares a cada nação. Alguns comunistas pensavam ainda que querer impor a ideologia comunista sob princípios estrangeiros seria demonstração de fraqueza. (Tradução Livre do autor)

LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – Rolo 14 – serial 1492 – fotograma 0038 :

“[...] One speaker stressed the fact that the ideologies foreign to the Party should be eliminated from the working class, and new and more practical principles drawn up. He added that the incomprehension of this fact explains the weakness of many communist parties, particularly in Latin America.”

⁵¹ LabTempo – UEM – NARA From US Embassy to Department of State – M 1492 – Rolo 10 – serial 1492 – fotograma 0044-0045. “With reference to the above, the Embassy has been advised through the agency of a reliable and confidential source that President-Elect Dutra has signified that he intends to permit the Communist Party to enjoy civil rights in Brazil so long as it operates within legal bounds. Further advice is to the effect that any unnecessary agitation on the part of the Communist policy, the interference suggests itself that General Dutra may need but little excuse to act.”

A embaixada entendeu a declaração de Dutra como um sinal de que ele estava disposto a fechar o Partido Comunista dado o caráter do partido. Qualquer ação do PCB seria então uma desculpa para a ação governista. No encontro do Partido realizado poucos dias antes, a atitude do anticomunista Dutra foi bastante apreciada, no entanto, observa Chapin, Prestes pareceu perceber a cilada e avisou assim aos camaradas que deveriam estar de sobreaviso no caso de ser necessária a luta.⁵²

Isso nos ajuda a pensar que o Partido Comunista teve uma liberdade vigiada. Dadas as devidas evidências de intenção do presidente Dutra de vigiar os comunistas, Hoover, diretor do FBI, enviou a Divisão de Atividades Estrangeiras em 29 de março de 1946 uma mensagem confidencial e pessoal na qual afirmava que o governo brasileiro estaria preparando todas as condições necessárias para o fechamento do PC e ainda a prisão dos seus principais líderes.⁵³ Ao que tudo indica na nota de Hoover, o Partido Comunista sequer suspeitava, institucionalmente das intenções do governo. Institucionalmente, pois como já dissemos acima, Prestes tinha suas convicções particulares.

O comunismo não tinha como seu inimigo unicamente o presidente da República, pois além deste, havia também a resistência militar, a resistência católica, os Integralistas, muitos periódicos da imprensa e outras agremiações menores. O grupo é tão heterogêneo que se compararmos as ideologias desses grupos, percebemos que o anticomunismo é um dos poucos pontos de contato entre elas.

Assim, com a freqüente intervenção estatal, que, segundo Pomar, superou inclusive tudo o que se viu no Estado Novo, a tendência foi que grupos de esquerda fossem

⁵² LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – Rolo 14 – fotograma 0045: observar nota 49.

Como previamente informado pela Embaixada, o Partido Comunista pareceu apreciar a posição precavida anticomunista do novo Presidente. Um membro do Comitê Executivo do Partido informou que durante a reunião em plenário do partido, Prestes aconselhou a todos os membros a estarem preparados para a “luta que virá”. (Tradução livre do autor)

“As previously reported by the Embassy, the Communist Party appears to appreciate fully its precarious position in terms of the new President’s anti-communist attitude. A member of the Executive Committee of the Party is reported in this connection to have revealed that during the plenary meetings of the party which have just been concluded, Prestes had advised all members to hold themselves in preparation “for the coming fight”.”

⁵³ LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – – Rolo 19 – fotograma 0340:

Com a informação de que os russos estariam desocupando o Irã, têm sido crescentes nas duas últimas semanas as informações com respeito aos decretos que o Governo brasileiro está preparando com o propósito de fechar o Partido Comunista. (Tradução Livre do autor)

“It will be recalled that reports have been increasingly numerous during the past two weeks to the effect that the Brazilian Government is preparing decrees for the purpose of closing the Communist Party feels that its position is somewhat more secure in light of information that the Russians are leaving Iran.”

perdendo paulatinamente espaço na política nacional até o derradeiro golpe fatal. Em 07 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral cancelou o registro do Partido Comunista. A razão para tanto haveria sido uma suposta outra versão do estatuto do PC encontrada na sede do partido, no qual havia uma seção que subordinava o Partido Comunista brasileiro a uma potência estrangeira, o que feria a legislação brasileira.

Apesar da rejeição que boa parte da sociedade tinha pelos comunistas, como vimos acima, o cancelamento da legalidade do Partido não foi tão bem aceita quanto se imaginava pudesse ser. É importante notar que nas eleições de dezembro de 1945, Yedo Fiúza, representante do Partido Comunista recebera consideráveis 9,7 por cento dos votos válidos, quantia considerável para um partido que reconquistara, havia pouco tempo, sua legalidade ante o STE. Encontramos em meio a documentos do arquivo histórico do Itamaraty, declarações de Oswaldo Aranha, ex-ministro das Relações Exteriores, registradas pela agência Tass de Nova Iorque. Segundo a mencionada Agência,

O ex-Ministro das Relações Exteriores comunicou o seu ponto de vista ao Governo brasileiro, declarando que, na sua opinião, a vida política do Brasil deve representar a expressão de todos os pontos de vista [...] O Brasil – acrescentou Aranha – está cansado da ditadura e, se a sorte nos deparar de novo um governo arbitrário, então, podemos esperar dias ainda mais sombrios. Sobre o lar desgraçado da democracia brasileira aparece o fantasma da guerra civil.⁵⁴

Uma declaração desse porte, vinda de um embaixador e representante do Brasil na Organização das Nações Unidas tinha um peso especial. Aranha teria afirmado ainda que “os comunistas brasileiros teriam prestado uma ajuda útil à vida democrática do meu país.” Para Aranha, Dutra se rodeara de elementos que o haviam estimulado a tomar tal medida. Para Hermes Lima, que tem seu depoimento, em curtas palavras, indexado ao mesmo documento do Itamaraty, os responsáveis eram, sem dúvida os EUA.

⁵⁴ AHI – DPO/86/500.1/1947/Anexo: 1 – n°52: Fechamento do Partido Comunista no Brasil. Moscou, 12/05/1947.

Aranha, Lima e outros não ficaram sem resposta. De Moscou, em carta enviada ao embaixador e ministro interino das Relações Exteriores, Hildebrando Accioly, o embaixador brasileiro responde no seguinte tom:

Vossa Excelência, em resposta a esse meu telegrama, e dando-me permissão de falar sobre o assunto, recorda que a medida não foi de iniciativa do Presidente, e sim do Supremo Tribunal Eleitoral, e desmente que o primeiro magistrado brasileiro abrigue intenções contrárias à manutenção da Constituição vigente.⁵⁵

O embaixador brasileiro ainda afirma, expressando sua opinião, que o que ocorreu no Brasil foi totalmente dentro da legalidade. Com que propósito faria tal afirmação? É possível considerar que neste momento, as elites políticas brasileiras tivessem a intenção de ser hegemônicas sobre a sociedade, fazendo parecer que o cancelamento do registro do PCB fosse também resultado da própria vontade popular. Assim, por mais que essas elites estivessem agindo ilegalmente, suas justificativas objetivavam convencer a sociedade de que o governo estava tomando a decisão correta. Poderíamos citar um telegrama emitido da Secretaria de Estado das Relações Exteriores cujo objetivo é esclarecer que

A fim de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da cassação do registro do Partido Comunista, a Secretaria de estado informa que o respectivo pedido foi feito por deputados que fazem parte da oposição ao governo sendo o assunto levado ao Superior Tribunal Eleitoral, o qual, por maioria de votos, tomou aquela decisão da qual cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal. Não houve nesse julgamento nenhuma interferência do Poder Executivo cuja sinceridade em manter-se obediente à Constituição tem sido amplamente comprovada pelos fatos, permitindo até que a ação do comunismo criasse situações delicadas em vários Estados.⁵⁶

Do trecho acima gostaríamos de ressaltar dois pontos. Primeiro, o fato de os ditos deputados opositores do PCB não terem sido mencionados nominalmente no documento

⁵⁵ AHI – 500.1 – lata 1875 maço 36183. Embaixada brasileira em Moscou/55/1947/3. Do embaixador brasileiro em Moscou, Mário Pimentel Brandão, ao Ministro Hildebrando Accioly, Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, em 17 de maio de 1947.

⁵⁶ AHI – DPO/500.1 – circular CT 405: Telegrama emitido pela SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; Expedido para as Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira em 21/05/1947.

– o que é notável, uma vez que não haveria qualquer problema em serem citados se estivessem representando a vontade popular. Em segundo lugar, mais uma vez é interessante notar a preocupação em não assimilar a figura do presidente Dutra com o ato democraticamente duvidoso de cassação do Partido Comunista. Como já pudemos observar, Dutra vinha tramando e esperando um momento ideal para atacar diretamente aos comunistas. Havia inúmeros grupos interessados diretamente no fim do comunismo no Brasil. Poderíamos citar as agremiações burguesas e até mesmo a Igreja Católica, entretanto nos concentraremos, ao devido tempo, nas ações dos militares com relação a este tema.

Até o cancelamento do registro do partido, o PCB havia adotado uma política mais conciliatória. Procurando o diálogo, foram estimulados por Prestes a não se envolverem em manifestações que fossem declaradamente hostis ao governo, mas que respeitassem a ordem vigente no país.

Entretanto, o cancelamento do registro do PC em 1947 não eliminou a preocupação do governo com os comunistas, justamente porque eles não sucumbiram ou deixaram de existir com o fim das atividades legais do partido. Em janeiro de 1948, os mandatos dos candidatos que haviam sido eleitos pela legenda comunista foram cassados. Mas, segundo Pomar, a postura do partido também mudou.

Em apenas uma semana, entre 1º e 7 de janeiro de 1948, sucederam-se eventos que levaram o PCB, finalmente, a dar uma guinada à esquerda na sua tática e a fazer uma inédita autocrítica dos erros cometidos – referindo-se à política conciliatória com o governo de Dutra, tendo aberto mão do estilo revolucionário e de enfrentamento – inédita, pelo menos, ao levar-se em conta a sua amplitude. O partido declara-se em aberta oposição a Dutra; proclama como objetivo estratégico e fundamental “a instauração no país de um governo popular, democrático e progressista” e apresenta um programa “positivo” com o qual pretende mobilizar as massas na luta “pela derrubada do atual governo de traição nacional.”⁵⁷

Entretanto, segundo LÚCIO DE ALMEIDA (2003), “Mais expressivo foi o Manifesto de Agosto, elaborado sob o duplo impacto da guerra da Coréia e da tomada do poder, pelos comunistas, em 1949, na China, o país mais populoso do mundo.” Este Manifesto de agosto seria sinal de uma guinada maior à esquerda, pois

⁵⁷ POMAR, Pedro Estevão da Rocha. *A democracia intolerante*. P. 98.

O Manifesto conclamava à formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional a ser constituída pelos “democratas e patriotas”, sem distinção de credo religioso, filosófico ou mesmo de posição política, “homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas”. Ficavam de fora os círculos politicamente mais reacionários das classes dominantes, ou seja, “os grandes comerciantes e industriais, os banqueiros e latifundiários”. Tratava-se de “classes caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional, de tirar o país do atraso crônico”; traíam abertamente e se lançavam “com fúria e desespero contra os patriotas” que se engajavam na luta “pelo progresso e pela independência do Brasil”.⁵⁸

Em documento da Embaixada do Brasil nos EUA, foi transmitido ao ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, que as declarações de Prestes estavam levando preocupação inclusive aos EUA. O documento enviado ao Brasil contém os comentários de um editorial publicado em um periódico chamado “Evening Star”. O editorial tem como título “Brasil derruba os vermelhos”, e segundo a embaixada brasileira

[...] diz o editorial que o efeito dessa drástica ação – fechamento do Partido Comunista num efeito a longo prazo - será esperado com interesse e que, certamente, o comunismo fez notáveis progressos no Brasil, sendo um fator de perturbação, do ponto de vista político e econômico. O comunismo tem tido uma liderança agressiva e persuasiva, especialmente na pessoa do chefe do partido, Luis Carlos Prestes, que ocupava uma cadeira no Senado. O partido tinha também quinze deputados na Câmara [...] A expectativa, entre alguns observadores, é de que o partido comunista agirá agora na sombra e fomentará dificuldades todos os dias, desde as greves e as sabotagens até a disseminação da propaganda revolucionária.⁵⁹

No parecer do editorial, os comunistas eram uma força atuante no Brasil. Não desprezamos a história deste partido, mas em 1948 o governo levava uma vantagem considerável sobre o PCB. Até então o Partido Comunista do Brasil havia tomado uma posição mais conciliatória, o que não se confirma no editorial. Para a intelectualidade estadunidense era importante levar o Brasil a compreender que qualquer problema

⁵⁸ DE ALMEIDA, Lúcio Flávio R. *Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964*. In.: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. – São Paulo: Cortez, 2003.

⁵⁹ AHI – nº 119/500.1 – Washington, em 20/01/1948. Pasta Washington 49-2-5. Editorial do “!Evening Star” sobre o comunismo no Brasil. A Sr. Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores.

nacional teria origem no comunismo, objetivando criar maior discórdia entre o governo e os comunistas, objetivo este que consideramos infundado, considerando que o governo estava ligado a burguesia nacional e o anticomunismo era elemento comum a esta classe, bem como a Dutra.

Os anos que se seguiram não seriam profícuos para a classe trabalhadora, uma vez que toda manifestação seria vista como produto de origem comunista, independentemente de terem ou não ligações com grupos sindicais ou partidários. O Historiador Pedro Pomar cataloga o período que compreende 1948-1950 como “os anos difíceis”. Sobre este período, Pomar afirma:

[...] Num ambiente saturado de tensões, sindicatos ocupados por policiais e interventores e a inexistência de canais institucionais que dessem vazão a suas reivindicações e anseios, como reagia a classe trabalhadora urbana?

Parte dela recorria a protestos e greves para resistir ao arrocho salarial, à inflação e à desordem administrativa, mesmo sob as duríssimas condições de repressão, que, para além das armas usadas com prodigalidade pela Polícia e Exército, estendia-se aos rigores judiciais. Inúmeros trabalhadores grevistas foram processados, condenados e presos, com base na legislação antigreve de Dutra. [...]

A decomposição do poder de compra dos salários tornou-se vertiginosa e catastrófica nos anos 1948 a 1950. Sem, entre finais de 1945 e inícios de 1947, os setores mais combativos da classe trabalhadora haviam conseguido repor parte de suas perdas salariais por meio de greves, isso se tornara quase impossível no período subsequente.⁶⁰

A classe trabalhadora foi seriamente prejudicada com política econômica do governo Dutra que se demonstrava um fiasco. Como resultado, o povo se organizava em manifestações que o próprio governo alegava serem de origem comunista.

Em 1948, o governo brasileiro foi apresentado ao Fundo Monetário Internacional⁶¹ – FMI – que, de maneira direta passou a ser um elemento que ligaria o Brasil de maneira mais decisiva aos EUA e passaria a interferir nos aspectos econômicos do Brasil. Voltaremos a falar de política externa brasileira mais adiante,

⁶⁰ POMAR, Pedro. *A democracia Intolerante*. Pág. 37 e 38.

⁶¹ FMI e BIRD – Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento respectivamente, foram ambos criados na Conferência de Breton Woods em 1944, cujo objetivo seria sistematizar a política financeira internacional dos EUA.

mas é importante registrar a posição da embaixada brasileira em Washington sobre este tema

Os países que se recusem a colaborar nesse sistema e, assim, adotem uma política de isolamento financeiro, nada conseguirão obter dos Estados Unidos em matéria financeira. Não se deve ter ilusões a respeito; se nos desligarmos do banco Internacional, também encontraremos fechada a porta do Export-Import Bank.⁶²

O documento segue com uma lista de obrigações que o Brasil deveria cumprir para se mostrar confiável para qualquer empréstimo. Não pretendemos nos aprofundar na política-econômica do governo Dutra, outros já o fizeram antes com maior destaque, mas é válido mencionar tais aspectos tendo em vista que o Brasil foi tornando-se, paulatinamente, dependente do capital internacional, e isso acabou por afetar toda a política doméstica brasileira. Essa ligação econômica entre brasileiros e estadunidenses é um passo importante para a relação entre ambos. No entanto, independentemente das relações entre estes dois países e do anticomunismo típico estadunidense, o Brasil tinha um viés anticomunista próprio, o que tornava a pressão dos Estados Unidos desnecessária no sentido de provocar ou estimular o governo brasileiro a reagir ao comunismo. O anticomunismo brasileiro só tornou a relação entre Brasil e EUA mais contundente, isso porque a resistência a esquerda era algo elementar no Brasil, e a demonstração do mesmo só veio a corroborar com aquilo que os EUA já desejavam, o afastamento da ideologia comunista no continente.

Em 1950 os comunistas continuavam sendo motivo de ódio por parte das autoridades governamentais. Apesar do cancelamento do Partido o comunismo não era inexistente, tampouco inoperante. Em 17 de dezembro de 1950, Joaquim Nogueira envia da Secretaria de Estado ao ministro das Relações Exteriores uma avaliação do comunismo nessa data. Para Nogueira

... diante da GRAVÍSSIMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL E GRAVE NA NOSSA AMADA PÁTRIA ... O COMUNISMO satânico e maldito de

⁶² AHI – Embaixada dos Estados Unidos do Brasil; Washington, 9 de junho de 1948. Pasta Washington 49-2-9. Nº 914/651.5 (00) – O Brasil, o Fundo Monetário e o Banco Internacional. A Sr. Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores.

Moscou. Quero que V. Excia. Por meu intermédio, sem exagero de espécie alguma, veja e fique sabendo do que se passa pelo interior deste grande Estado de São Paulo ...Estou pronto a ajudar no que for mister... não tolero o comunismo. Tenho Horror.⁶³ (grifo nosso)

Nogueira ainda afirma que se morresse lutando contra o comunismo, isso seria glória para ele. Mas não antes de avaliar que algo precisaria ser feito urgentemente contra o desenvolvimento do comunismo no interior do governo, onde supostamente teriam sido desenvolvidos inclusive chefões que administravam as atividades comunistas. Os nomes dos tais chefões nós não encontramos na documentação, entretanto, é possível conceber que tais elementos de fato não existissem, tendo em vista que havia a predisposição entre as elites políticas de transferir culpa para os comunistas. Para Nogueira, “ainda poderemos fazer alguma coisa. Já está um pouco tarde, porém ainda é tempo”. Os brasileiros considerados comunistas eram vistos como infiéis ao Brasil.

Depoimentos como este nos provocam a perguntar se o Estado brasileiro precisava de alguma pressão dos EUA para ser anticomunista. Durante todo o governo Dutra os comunistas foram duramente perseguidos e, de maneira indireta, os próprios trabalhadores. Em nossa opinião, no entanto, apesar de o Brasil ser anticomunista e ter perseguido alas de esquerda durante o período em que o General Eurico Gaspar Dutra fora presidente, essa perseguição em alguns momentos pareceu insatisfatória, e às vezes até para algumas figuras da política nacional como o mencionado caso acima.

Para termos um quadro mais completo do pensamento brasileiro sobre o comunismo, torna-se importante lançar nosso olhar para o contexto externo do Brasil. Entender as relações exteriores brasileiras com os EUA e com a URSS.

2. O Contexto Externo Brasileiro

Para MUNHOZ, ao final da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças na política interna de grande parte dos países da América Latina. Os grupos de esquerda

⁶³AHI – Anexo 500.1 – 39143/c/27.12.50 – não está na lata. Secretaria de Estado das Relações Exteriores; Bálamo, Estado de São Paulo, em 17 de janeiro de 1950.

tiveram relativo crescimento e liberdade democrática durante algum tempo. A derrota dos regimes autoritários na Europa teria influenciado a “guinada para a democracia formal”.⁶⁴ Entretanto, entre 1945 e 1947 as chamadas “democracias formais” restringem de maneira crescente a participação e a formação de grupos de oposição popular, inclusive, em muitos casos, do Partido Comunista.

Ao final de 1945, o Brasil mantinha excelentes relações com os EUA. O país fora um importante parceiro na América Latina na luta contra o fascismo na Europa. Analisar o contexto de relações externas do Brasil no período que nos propusemos, requer que mantenhamos atenção voltada constantemente para as Forças Armadas, tendo em vista que este foi um setor amplamente envolvido neste contexto. Boa parte das relações entre Brasil e EUA envolvia os interesses e projetos político-militares da elite brasileira, tema que pretendemos explorar no terceiro capítulo.

No entanto, o aspecto que nos propomos a discutir neste tópico não aprofunda a questão das relações entre os dois países dentro das Forças Armadas ainda. Pretendemos dar uma ênfase nas questões políticas civis e nos aprofundaremos no tema das Forças Armadas mais adiante.

O nordeste brasileiro teria sido importante na logística estadunidense para o esforço de guerra no norte da África e na Europa e por isso as lideranças governistas brasileiras acreditavam que o Brasil pudesse ter certa posição de destaque e favorecimento na política externa dos EUA. Isso porque após a Segunda Guerra Mundial, através de um pacote econômico especial, o governo norte-americano teria se comprometido a ajudar os países prejudicados pela guerra – o chamado Plano Marshall. O governo brasileiro pretendia alçar mão deste apoio financeiro, mas frustrou-se com a negativa do governo estadunidense. O Brasil realmente tinha empregado um grande esforço de guerra para atender às necessidades de suprimentos aliados durante a guerra, mas não havia nenhum pacote econômico específico para o país.

Segundo Sonny Davis, o Brasil pretendia negociar com alemães e estadunidenses o seu apoio na guerra de tal maneira a extrair o máximo de vantagens que fosse possível. No entanto, a decisão de Oswaldo Aranha, à época, ministro das Relações Exteriores, de posicionar-se ao lado dos EUA antes do crivo dos militares, deixou este último grupo

⁶⁴ Op. Cit. p.42

muito irritado, pois pretendiam barganhar com fascistas e aliados por mais tempo de maneira a obterem mais vantagens. Essa esperança então, como se pode notar, ruiu aos poucos, desde que o Brasil posicionou-se como aliado incondicional dos EUA em 1943. Sendo assim, de acordo com McCANN, quanto mais cedia, mais respeito o governo brasileiro perdia e menos força tinha para fazer reivindicações⁶⁵.

A intenção do governo brasileiro era consolidar seu projeto de desenvolvimento idealizado pelas elites nacionais. Obter armamentos e treinamento militar era parte deste projeto. Quando surgiu a possibilidade de os norte-americanos utilizarem o nordeste brasileiro como base para o caminho rumo a Europa e África, o governo brasileiro entendeu que esta seria uma oportunidade interessante para extrair o máximo possível de benefícios dos EUA. Mas, como já foi dito, o rápido alinhamento incondicional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil aos aliados, frustrou, pelo menos temporariamente, este projeto das elites nacionais, o que, vale dizer, incluía as elites militares.

No imediato pós-guerra, o Brasil retomara as relações com a URSS.⁶⁶ A URSS estava devastada pela guerra, mas havia se tornado muito popular por haver vencido os nazistas. Ao longo dos meses que antecederam o final da guerra, representantes das potências vencedoras haviam se aliado no intuito decidir como proceder com a política europeia no momento da derrota de Hitler e restaurar a paz na Europa. Até então, EUA e URSS haviam retomado o diálogo e as relações entre ambos, de maneira que o Brasil caminhava dentro da normalidade diplomática com relação à URSS, acompanhando as tendências diplomáticas estadunidenses. No entanto, ainda em 1946 as relações entre estes dois países começariam a ruir.

Um episódio envolvendo o secretário da embaixada brasileira em Moscou teria fragilizado bastante as relações entre brasileiros e soviéticos. Não encontramos na documentação diplomática ou no Arquivo Histórico do Itamaraty, qualquer documentação estadunidense aconselhando, pressionando ou mesmo sugerindo que o

⁶⁵ McCANN, Frank D. *Brazil, the United States, and the World War II: a Commentary Diplomatic History*, v3, n1. (Winter 1979) p.59-76.

⁶⁶ Neste aspecto existe um debate historiográfico, entre os que pensam que o Brasil tenha reatado relações com a URSS livremente, por decisão do próprio governo brasileiro, e um segundo grupo que alega que o Brasil teria retomado as relações com a URSS a mando dos EUA.

Brasil rompesse relações com os soviéticos, no entanto, considerando o episódio com Soares de Pinna, a tendência era que o governo brasileiro se afastasse da URSS.

O incidente diplomático ocorrido com o secretário da embaixada brasileira em Moscou, João Baptista Telles Soares de Pinna tem duas versões, a soviética e a brasileira.⁶⁷ Segundo a versão soviética, cuja tradução consta no Arquivo Histórico do Itamaraty, o secretário teria chegado, tarde da noite, bêbado ao hotel no qual se hospedava e começou a bater em dois seguranças já na porta do hotel fazendo uma verdadeira balbúrdia no Hall do mesmo. De Pinna teria batido em um policial e dentro do hotel teria espancado a vários hóspedes e funcionários presentes. Descontrolado, o embaixador continuou atirando objetos em todos mesmo depois de ter sido dominado pelo diretor do recinto. O corpo diplomático brasileiro presente foi solicitado no saguão mas a chegada deles não teria produzido qualquer efeito, inclusive tendo de Pinna acertado um de seus próprios companheiros. O conselheiro da embaixada brasileira, de Macedo, teria levado de Pinna de volta ao quarto depois de novo estardalhaço e quebradeira.⁶⁸ O relatório policial soviético deu conta de solicitar o afastamento do embaixador do posto e a retratação da Embaixada e ainda o pagamento das despesas necessárias para cobrir os prejuízos no Hotel Nacional. O chefe de polícia soviético, Sr. Lutcheva, pareceu muito impressionado com a reação da Embaixada brasileira que teria se mostrado completamente contrária à pagar qualquer despesa no Hotel, algo que havia sido expressamente solicitado no final do relatório policial, e ainda teria solicitado que não fosse dada publicidade sobre o acidente.⁶⁹

A embaixada brasileira simplesmente se negou a dar crédito à versão soviética. O quarto item da nota enviada ao governo soviético expressa claramente a posição brasileira com relação ao fato quando diz

⁶⁷ Ver MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953) in.: Diálogos/ Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História – vol. 6, 2002; Maringá: UEM/DHI 2002.

⁶⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty – Embaixada brasileira em Moscou ; 8 de dezembro de 1946 / DEPOIMENTO.

⁶⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty – Embaixada brasileira em Moscou – SECRETO/ 58/ 1946/ Anexo n.12/ pg. 1 - RELATÓRIO

IV – a Embaixada (brasileira) não aduz provas em apoio da versão que homologa (referente à versão soviética) e lança a culpa do que aconteceu apenas sobre os cidadãos soviéticos.⁷⁰

Os motivos de a Embaixada brasileira rejeitar tão duramente as declarações soviéticas são explicadas no mesmo documento. Não houve uma investigação, o acusado não foi ouvido, o Ministério Soviético incorporou as reclamações dos queixosos tornando-se porta-voz dos mesmos e ainda, segundo a embaixada, a bebida enfraqueceria o indivíduo ao invés de lhe aumentar o vigor, como teria ocorrido com Soares de Pinna na versão soviética. Todo o processo demonstrou certa insatisfação com o modo de ação soviético. A declaração foi enviada em janeiro de 1947.

Acreditamos que a insatisfação brasileira com o governo soviético trazia conseqüências para os comunistas brasileiros. Principalmente dadas as declarações de Prestes, que segundo o argumento arquitetado para a cassação do registro do PCB, afirmava categoricamente que em caso de uma guerra entre Brasil e URSS, os comunistas lutariam ao lado de Stálin.

A partir do episódio com de Pinna, ocorrem nos arquivos do Itamaraty uma série de telegramas, cartas confidenciais, documentos de ordem secreta, falando da insustentabilidade da permanência dos brasileiros em Moscou e do péssimo tratamento que recebiam ali. Segundo o corpo diplomático brasileiro na URSS, as condições eram precárias sendo que estavam “*sofrendo freqüentemente das impertinências da direção, cuja principal função é espionar os hóspedes*” e para este grupo parecia não haver dúvida sobre o incidente com de Pinna, pois referem-se ao caso da seguinte maneira:

Ao incidente havido com o Secretário Soares de Pinna, claramente provocado pela referida administração, acrescentaram-se novos desgostos, que tornam nossa estada aqui um cálice de amargura e fazem duvidoso o sacrifício pelo interesse do Brasil dos que servem nesta Embaixada. Nestas condições, rogo a Vossa Excelência considerar com interesse preferencial as conveniências de nossa manutenção em Moscou.⁷¹

⁷⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty – Embaixada brasileira em Moscou – SECRETO/ 58/ 1946/ Anexo n. 15/ pag. 1 – Cópia da Nota que vai ser enviada ao Governo Soviético, no dia 4 de janeiro de 1947, em resposta à recebida pelo mesmo governo, em 20 de dezembro de 1946, sob n. 308/140/Pr.

⁷¹ Arquivo Histórico do Itamaraty – DPo/DP/ 920.(42)(74)312,4 – Embaixada brasileira em Moscou; Assunto: Situação da Representação do Brasil em Moscou; enviado por Mário de Pimentel Brandão.

As relações entre Brasil e URSS estavam desgastando-se paulatinamente. O ano de cancelamento das atividades do Partido Comunista brasileiro coincidiu com o rompimento das relações brasileiras com o país de Stálin. Até então, as relações entre brasileiros e soviéticos era direta e não constatamos nos documentos que tivemos contato, qualquer exercício de influência ou pressão dos estadunidenses para um rompimento das relações com os comunistas. Notamos que o processo de ruptura das relações entre os dois países seguiu uma rota particular de insatisfações que atingiram ambos os lados. As relações desgastaram-se e caminharam para o rompimento.

Nos anos que se seguiram, o governo soviético fez freqüentes referências à invasão do imperialismo estadunidense no Brasil. Dutra foi criticado e catalogado como ditador. Essas críticas não vinham necessariamente da URSS, mas também da imprensa de outros países, até mesmo dos EUA. O jornal de esquerda “Daily Worker” de Nova Iorque, em 17 de maio de 1950 publicou em tom de dura crítica ao governo brasileiro, uma reportagem sobre a repressão aos trabalhadores no dia 1º de maio. Segundo o jornal

O Rio de Janeiro tornou-se um campo de batalha no dia 1º de maio, quando na grande praça de São Cristóvão, onde as paradas são tradicionais, foi completamente reprimida pelo Batalhão Especial da Polícia Política do Presidente Dutra. Cerca de 30 trabalhadores foram presos. A maioria ainda está na prisão e têm sido brutalmente torturados por recusarem-se a informar os nomes de seus amigos.⁷²

A manifestação, liderada por comunistas, haveria sido um ato público pela união dos trabalhadores pela paz mundial e contra a ditadura de Dutra e o imperialismo sobre o mesmo. Como podemos observar, existe em meio aos comunistas uma impressão de que as ações brasileiras em torno da repulsa ao comunismo fossem eminentemente resultado de uma pressão dos EUA. No entanto, não era necessária a pressão estadunidense para isso tampouco, como já dissemos, encontramos documentação que apóie essa idéia.

⁷² Arquivo histórico do Itamaraty – Anexo; 500.1 – lata 1875; maço 36183 – Governo Dutra; Daily Worker, New York, Wednesday, may 17, 1950. Rio de Janeiro, Brazil (Inter-Press). – This city was turned into a battlefield on may 1, when the large plaza of Sao Cristovam, where parades are traditionally held, was completely surrounded by President Dutra’s Special Political Police battalions. About 30 workers were arrested. Most of them are still in prison and have been brutally tortured for refusing to reveal names of their friends.

Este é um elemento importante em nossa análise, pois apesar de o anticomunismo ser um ponto favorável de contato entre brasileiros e estadunidenses, houve momentos durante o governo Dutra em que as relações entre estes dois países tornaram-se sensíveis. Pretendemos explorar mais este ponto no capítulo sobre as Forças Armadas, mas a Conferência de Bogotá nos oferece um bom exemplo por hora. Realizada em abril de 1948, a Conferência de Bogotá seria uma continuação da Conferência realizada no Rio de Janeiro, pelo menos em tese, pois no Rio de Janeiro foram discutidas estratégias de defesa hemisférica, quando a intenção dos países latino-americanos era definir um pacote de apoio financeiro ao continente. Os diplomatas dos Estados Unidos protelaram a aprovação da suposta ajuda para os países latino-americanos e, na prática, contaram com uma forte resistência latino-americana. De acordo com Jack Werkley, um correspondente do “New York Herald Tribune”, em artigo intitulado “EUA enfrentam seu maior teste nas conversações em Bogotá”⁷³,

[...] os Estados Unidos estão dando tudo que podem para evitar o desenvolvimento do comunismo na Europa, mas [...] os latino-americanos, embora reconhecendo a necessidade dos americanos darem prioridade ao problema europeu, acham que estão sendo desprezados na distribuição do auxílio exterior americano. [...] Os novos visitantes de Bogotá [...] solicitarão aos Estados Unidos a segurança de auxílio financeiro, assistência técnica, maquinaria e materiais com que pretendem construir suas economias.⁷⁴

Na Conferência do Rio de Janeiro, Argentina, Cuba, entre outros, já teriam solicitado o tal auxílio, mas em vão. O corpo diplomático estadunidense sabia o que iria enfrentar. Sabiam que depois da Segunda Guerra Mundial, as nações americanas haviam tornado-se menos íntimas dos Estados Unidos. Tudo isso preocupava aos diplomatas estadunidenses que temiam fracassarem no apoio financeiro aos latinos e isso ser um motor propulsor de sua aproximação do comunismo, entretanto, é bom observar, essa era uma perspectiva estadunidense, não significa que se trata de um fato empírico no caso do Brasil.

⁷³ AHI – No. 446/962. IX; 10/03/1948 – Embaixada do Brasil em Washington: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, escrevendo de Washington para o “New York Herald Tribune”, seu correspondente, Jack Werkley, em artigo intitulado “US is facing major test in Bogota talks” diz que os Estados Unidos estão dando tudo que podem para evitar o desenvolvimento do comunismo na Europa, mas que os latino-americanos, embora reconhecendo a necessidade dos americanos darem prioridade ao problema europeu, acham que estão sendo desprezados na distribuição do auxílio exterior americano. [...]

⁷⁴ Idem nota 35.

Tudo o que o corpo diplomático de cada um dos países do continente americano desejava, especialmente o Brasil, era livrar-se de sua condição de atraso econômico, na qual sua matéria-prima era explorada pelo parque industrial das grandes potências, e ter capital suficiente para criar uma indústria de porte para explorar de maneira independente suas próprias riquezas naturais.

Foi solicitado na Conferência de Bogotá, um plano econômico, algo parecido com o Plano Marshall⁷⁵, para a América Latina. Mas, o que podemos notar através dos documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty, é que houve uma grande insatisfação com as medidas adotadas para os latino-americanos em Bogotá. As críticas vinham em duas correntes, a dos insatisfeitos com as empresas estrangeiras que mandavam o capital para fora do país, lucrando a expensas do operariado local, e a da falta de investimento para a constituição de empresas de origem nacional, gerando assim uma economia mais sólida com investimentos dentro do próprio país. Se observarmos as prioridades dos estadunidenses, entretanto, observaremos que a Conferência de Bogotá teria outra serventia aos propósitos dos Estados Unidos, o que explicaria sua desatenção com os desejos dos latino-americanos. A reunião ocorrida na capital colombiana previa a consolidação da estratégia de defesa hemisférica, colaborando para a ampliação da hegemonia dos EUA no continente. Conforme DAVIS (1996), na Conferência de Bogotá “os EUA estabeleceram uma comissão para desenvolver um plano estratégico completo para o Brasil”⁷⁶. Sobre este plano estratégico trataremos no terceiro capítulo, entretanto é importante observarmos que essa conferência não tinha um caráter unicamente de solicitação de suporte financeiro, mas também foi utilizada como uma estratégia de defesa hemisférica, na qual o Brasil inseria-se nos interesses estadunidenses.

⁷⁵ “O Programa de Recuperação da Europa, conhecido como Plano Marshall, constituiu-se em um plano dos EUA de auxílio à reconstrução da Europa após o término da Segunda Guerra Mundial. Graças a esse programa, foram injetados na Europa, entre abril de 1948 e dezembro de 1951, cerca de US\$ 13,3 bilhões. [...] Em 28 de abril de 1947, o secretário de Estado George Marshall retornou de Moscou, onde havia participado da reunião do Conselho dos Ministros das Relações Exteriores, afirmando ser a situação européia de extrema gravidade. Marshall estava convencido de que era necessário agir rapidamente para restaurar a ordem e evitar a ameaça comunista. Para ele, não era possível contar com a cooperação dos governantes soviéticos, que procuravam ganhar tempo esperando que a crise jogasse a Europa Ocidental em suas mãos”. Ver MUNHOZ, Sidnei. *Verbete Marshall (Plano)*; in. DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2004. Nota-se assim, que o Plano Marshall não visava exatamente a reconstrução da Europa, mas, através disso, a defesa da mesma da ideologia comunista.

⁷⁶ Op. Cit. p.55

Pensavam os estadunidenses, manter a América Latina e suas reservas naturais sob rígido controle. Levando-se em consideração que o foco da política externa dos Estados Unidos era a Europa, o general George C. Marshall teria afirmado que não havia recursos disponíveis para a América Latina. Antes ainda da Conferência do Rio de Janeiro, Truman alegara que o plano para o Hemisfério Ocidental era a Doutrina Monroe.

Chama a atenção, no entanto, a atitude do embaixador brasileiro em Washington, que solicita com maior veemência por investimentos para a América Latina. A Conferência de Bogotá caminhava apenas em direção dos interesses estadunidenses. Mesmo declarando reconhecer a extensão do poder dos Estados Unidos, o embaixador afirma ao Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, que estes países latino-americanos estariam dispostos a manter as discussões com os EUA até que pudessem receber algum benefício mais concreto.⁷⁷

Creemos que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos foi utilizada para fins particulares aos brasileiros cujo projeto era mais audacioso. Este projeto é importante para a compreensão das elites nacionais do Brasil, bem como até mesmo das Forças Armadas deste país. Ainda segundo DAVIS, o objetivo brasileiro era a grandeza nacional, mesmo que o Brasil tivesse que se chocar com os desejos e interesses dos Estados Unidos. Havia muitos interesses em jogo com essa aproximação com os EUA, não meramente, ou apenas uma questão econômica, como poderia nos fazer crer as solicitações da Conferência de Bogotá.

As elites brasileiras conheciam as intenções anticomunistas dos estadunidenses. Sabiam que essa era uma prioridade. Entretanto, havia interesses brasileiros, principalmente no que diz respeito às Forças Armadas que observam no anticomunismo um meio óbvio, mas não um fim em si mesmo para alcançar o desenvolvimentismo

⁷⁷AHI – Pasta Washington 49-2-7; nº543/650.(20); Relações econômicas Interamericanas. A Sr. Rasul Fernandes, ministro das Relações Exteriores: “Será fácil para os Estados Unidos renunciarem ao tratamento preferencial no hemisfério. A administração deste país sabe que, a qualquer momento, qualquer país da América Latina estará pronto a assinar qualquer acordo de compra de suas matérias-primas, a preço alto, pelos Estados Unidos. Mas não será fácil para os latino-americanos se convencerem de que, sem a pressão das emergências, os Estados Unidos não aceitarão plano de cooperação econômica inter-americana que os restrinja de obter matéria-prima fora do hemisfério. Também, a meu ver, não será fácil convencer os Estados Unidos a concederem assistência financeira se é intenção dos países da América Latina restringirem o investimento de capital privado estrangeiro em seus territórios”. Arquivo Histórico do Itamaraty – Governo Dutra; Embaixada do Brasil em Washington – Washington, em 23 de março de 1948. Relações econômicas interamericanas.

nacional. Favoravelmente, as convicções anticomunistas brasileiras eram idênticas às convicções estadunidenses, o que permitiu ao Brasil caminhar ao lado dos EUA, mas também seguir em muitos aspectos, um caminho próprio com relação a sua política interna e externa.

Capítulo 2

EUA e Brasil: Relação e Perspectivas

Analisaremos neste capítulo as relações entre Brasil e EUA durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), dando ênfase especial à perspectiva e ação do corpo diplomático estadunidense que estava no Brasil neste período. As relações entre brasileiros e estadunidenses durante este período estiveram ligadas, em grande medida, às Forças Armadas de ambas as nações. Por hora, pretendemos tratar das relações existentes entre estes dois países, pontuando seus interesses que, em certos momentos se chocavam, em outros se ligavam, e como ambos se relacionavam com as questões que as próprias relações entre eles se apresentavam.

Como já tratamos no capítulo anterior, no início da década de 1940, o Brasil desejava participar do conflito que ocorria na Europa para catalisar para si uma condição de maior poder e influência político-militar e assim figurar entre as potências mundiais. Para Vargas (1930-1945) essa era uma questão vital. Para os EUA essa questão não estava em seu horizonte. Para o corpo diplomático estadunidense era emergente a necessidade de um processo de reabertura do regime político brasileiro.

MUNHOZ (2002) afirma que as declarações de Berle, como as que este fez no sindicato dos jornalistas em 1945, possivelmente não eram um fato isolado produto apenas de suas idéias particulares, mas que refletiam o pensamento do Departamento de Estado norte-americano. Isso nos sinaliza que por mais que o governo brasileiro concordasse e até precisasse da ajuda estadunidense em uma série de quesitos, não havia um sentimento de completa parceria, concordância o que, de certa maneira, nos possibilita questionar o conceito de hegemonia dos EUA sobre o Brasil.

Para PORTELLI (2002), tão importante quanto o estudo da estrutura e da superestrutura é o estudo da organicidade entre estes dois grupos, o que os manteria unidos. Esse conceito será utilizado tendo em vista que

[...]Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.⁷⁸

Dado o conjunto de grupos com os quais lidamos nessa pesquisa, é necessário precisar cada um dentro de seu contexto para compreendermos a teoria aplicada à História. Para Gramsci, um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico e que tem nos intelectuais os gerenciadores do bloco histórico. Amalgamado a este conceito há a necessidade de compreender que o papel das elites intelectuais é criar na mente das classes subalternas o dito senso comum. Uma vez criado o senso comum, a possibilidade de haver resistência à ideologia imposta pela classe dominante é muito reduzida. Compreenda-se ideologia como uma concepção de mundo que se manifesta na vida individual e coletiva.

Ainda de acordo com PORTELLI, cada camada social tem seu próprio senso comum. No entanto, dentro do conceito de Bloco Histórico, cabe ao vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura criar o senso comum em meio às camadas subalternas em nome das camadas dirigentes.

Para a utilização deste conceito teórico em nossa pesquisa, é preciso observar cada uma das camadas sociais envolvidas. Em primeiro lugar, concebemos as elites governamentais estadunidenses como o grupo que pretende criar nas camadas subalternas o senso comum, que, neste caso, pode ser entendido em grande medida por anticomunismo, o que, no entendimento dos estadunidenses, também significaria ser pró-estadunidenses. A primeira camada subalterna sobre quem se deseja criar o senso comum seriam as próprias elites nacionais brasileiras e seus governantes. É preciso aqui observar com atenção este conceito, pois, as elites governamentais brasileiras também, dentro de sua especificidade e Bloco Histórico nacional, também são, com relação à sociedade civil brasileira, uma elite dominante que deseja criar na sociedade civil brasileira um senso comum que corresponda aos seus interesses. Assim, teríamos duas camadas sociais cumprindo a função de dirigentes e duas camadas sociais assumindo o

⁷⁸ PORTELLI, Hugues. 1977. P. 14.

papel de subalternas ou auxiliares. Importante observar aqui que, para que cada camada dirigente tenha sucesso no seu objetivo de criar o senso comum na camada auxiliar ou subalterna, é preciso que haja um vínculo orgânico eficaz entre elas. O estudo das relações entre estes grupos que pretendemos abordar não objetiva analisar cada grupo separadamente. Conforme PORTELLI

Efetivamente, essa divisão funcional – entre a sociedade civil (subalterna) e a sociedade política (dominante) – deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido do que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação.⁷⁹

O objetivo dos estadunidenses era criar um senso comum entre as elites brasileiras de que cumprindo os desígnios determinados pelo governo dos Estados Unidos, eles teriam condições de realizar com maior eficácia o intento de construir um país forte, mas talvez não como desejassem essas elites. Não era do interesse estadunidense que surgisse em meio à América Latina, um país que se levantasse como uma potência regional.

Observava-se que o corpo diplomático dos EUA estava um tanto longe de conhecer adequadamente o grupo sobre o qual pretendia exercer sua hegemonia, o que levou em várias oportunidades e com frequência crescente a erros em suas políticas direcionadas ao Brasil. Isso ocorreu, pois não fora criado um vínculo orgânico sólido, uma vez que correspondia às elites intelectuais estadunidenses a função de utilizar adequadamente a relação força/consenso. Paulatinamente a hegemonia dos EUA sobre a América Latina cresceu. No entanto, naquele imediato pós-Segunda Guerra Mundial, os interesses de ambos os países pareciam ser divergentes, impedindo, não só no caso do Brasil, mas de outros países latino-americanos, que a camada dirigente estadunidense cumprisse seu propósito para o continente a seu contento.

Para sermos mais precisos em nossa pesquisa, em primeiro lugar abordamos a perspectiva dos Estados Unidos para as relações internacionais, em especial o Brasil, e

⁷⁹ Op.cit. pág. 35.

em seguida abordaremos a perspectiva brasileira com ênfase em sua relação com o corpo diplomático estadunidense. Acreditamos que uma questão central para a compreensão das relações entre estes dois países está nos interesses que ambos tinham, tanto em aspectos externos quanto internos. As elites brasileiras estavam muito mais ocupadas com projetos nacionalistas, que pudessem elevar o Brasil a uma condição de potência, militar e mesmo política, e, por conseguinte, econômica. Segundo PECEQUILO, “uma das prioridades de sua política externa – dos EUA – e de sua estratégia era impedir o surgimento de hegemonias regionais.”⁸⁰

É preciso pensar que os países da América Latina atravessavam uma fase de nacionalismos. Países como a Argentina, por exemplo, eram pressionados pelos dirigentes estadunidenses a seguir uma rota indicada pelos EUA para a presidência da República nas eleições de fevereiro de 1946. Entretanto, a eleição de Juan Domingos Perón foi um duro golpe para os Estados Unidos, tendo em vista que Perón fizera um apelo nacionalista em sua campanha, chegando a espalhar cartazes com a Mensagem “Braden ou Perón?” pela Argentina. Mesmo os antiperonistas não eram exatamente pró-EUA. Esses nacionalismos preocupavam a Divisão de Assuntos Interamericanos da Secretaria de Estado, pois poderiam afetar diretamente os interesses estadunidenses na região. Para os Estados Unidos a política externa visava a dominação e extensão do seu poder pelo mundo, que, não deixava de ser também resultado de sua política interna.

Ao longo deste capítulo pretendemos combinar as perspectivas que cada um destes dois países, Brasil e Estados Unidos, tinha sobre o outro, de maneira a fazer uma leitura mais eficaz da relação de fato entre ambos.

Estados Unidos e Brasil, perspectivas

Segundo Jean-Baptiste Duroselle, “toda teoria de relações internacionais implica um estudo aprofundado da política interna”.⁸¹ Conforme Duroselle cremos que a visão que

⁸⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* – 1ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 168-169.

⁸¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá – Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

os Estados Unidos tinham do mundo era produto de uma política interna e seus interesses.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as Forças dos EUA e da URSS estiveram combinadas com o objetivo comum de derrotar aos nazistas. Entretanto acreditamos que o ataque estadunidense ao Japão com as bombas atômicas teria sido um sinal de alerta aos soviéticos, uma forma de procurar diminuir o espaço comunista que já havia crescido sobremaneira na Europa em virtude da vitória soviética sobre os alemães.

Com a morte de Franklin D. Roosevelt e a ascensão de Harry Truman ao governo dos Estados Unidos, o diálogo com a União Soviética arrefeceu. Segundo MUNHOZ,

De forma resumida é possível afirmar que desde a posse de Truman acelerou-se o enfrentamento dos Estados Unidos com a União Soviética. Existem claras evidências da mudança na direção da política externa norte-americana. Como exemplo elucidativo, podemos mencionar que seis dos dez secretários de Estado de Roosevelt foram substituídos entre o final de junho e meados de julho de 1945. Outros secretários foram exonerados posteriormente.⁸²

Pensar a política externa dos EUA no pós Segunda Guerra Mundial nos remete a pensar também os interesses e o desenvolvimento da política interna deste país.⁸³ A Doutrina Truman teria sido, segundo PECEQUILO (2003), o elemento fundamental para criar na mente do próprio povo estadunidense a necessidade de combater o comunismo. Para ela, a Guerra Fria teria começado justamente com o discurso do presidente dos Estados Unidos em 12 de março de 1947 ao afirmar que cada cidadão deveria escolher um modo de vida, ou a dita liberdade democrática ou a repressão, supostamente representada pelo governo soviético.⁸⁴ A URSS tinha pretensões expansionistas, porém não apresentava risco militar para a potência capitalista, tendo em vista que ao final do conflito estava exaurida até suas últimas forças. Para essa pesquisadora, os EUA cometeram um sério erro em sua política externa com relação a América Latina ao implementarem a Doutrina Truman, concentrando-se na Europa, pois

⁸² MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: Um debate interpretativo*. In.: DA SILVA, Francisco Carlos T. *Século Sombrio – Uma História Geral do Século XX*. P. 272.

⁸³ A Inglaterra, por sua vez, não ficara atrás. O discurso feito por Winston Churchill em 1946 mencionava a chamada cortina de ferro, como sendo uma política soviética de restrição à democracia em sua área de influência. Idem nota 2.

⁸⁴ PECEQUILO, 2003. p. 138.

Enquadradas na disputa bipolar, logo as Américas perderam a importância e a centralidade que haviam tido para os Estados Unidos e não foram um teatro estratégico crucial na Guerra Fria, com consequências diretas para o desenvolvimento do relacionamento interamericano.⁸⁵

O erro estava no fato de haver uma supervalorização da Europa em detrimento das relações estadunidenses com o continente americano, que, para PECEQUILO, tenderia a criar seu próprio caminho ou endurecer o diálogo com os Estados Unidos. Para BANDEIRA (2005) o foco dado à Europa Ocidental era mais emergente ainda para os EUA, pois segundo esse historiador a União Soviética oferecia sim certo risco militar para a Europa, se não pelo arsenal militar, pelo contingente das Forças Armadas deste país. Para Bandeira

[...] a política de containment do comunismo, que implicava hábil e vigilante aplicação de contraforça, constantemente, em uma série de movimentos pontos geográficos e políticos, correspondentes às mudanças da política soviética, requeria o emprego dos meios econômicos, dos quais os Estados Unidos vantajosamente dispunham, na condição de única potência com recursos financeiros para ajudar a reconstrução da Europa Ocidental e evitar que ela inflectisse, mais cedo ou mais tarde, para a órbita da União Soviética.⁸⁶

Podemos compreender que o fato de o governo estadunidense haver se concentrado na Europa devido à disputa com a URSS oferecia riscos para a política hemisférica estadunidense com relação ao continente americano. Se por um lado a ênfase na Europa era emergente, por outro, a ausência ou pouca atenção a América Latina poderia acarretar em maior resistência a política continental estadunidense.

Após a Segunda Guerra Mundial, a situação europeia era caótica. Pobreza, fome eram problemas muito presentes. Segundo os dirigentes estadunidenses, essa situação era campo fértil para as ideias comunistas, ainda mais se levarmos em consideração o sucesso soviético na guerra. O Plano Marshall era uma ajuda econômica, mas sua função primordial para os EUA era afastar a possibilidade de um avanço da ideologia

⁸⁵ Op. Cit. pág. 159.

⁸⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 151.

comunista na Europa. A América Latina parecia um tanto distante desse perigo. Portanto, sob a ótica dos governantes estadunidenses e inclusive do secretário de Estado e idealizador do plano, George Marshall, ainda não chegara a vez da América Latina de receber apoio financeiro. Era justificável então, que os Estados Unidos concentrassem suas energias no continente europeu. De acordo com Lars SCHOULTZ

Marshall disse – na Conferência de Bogotá (1948) – que o dinheiro para o desenvolvimento econômico da América Latina deveria vir de fontes privadas.

Os latino-americanos podem não ter gostado do que ouviram no Rio e em Bogotá, mas os funcionários dos EUA esperavam que eles compreendessem que a Europa necessitava do Plano Marshall, não porque tivesse sido destruída pela guerra, mas também porque havia se tornado o local de confronto entre o comunismo e o capitalismo, entre o totalitarismo e a democracia.⁸⁷

Os países latino-americanos não queriam ser o teatro principal da Guerra Fria, mas desejavam uma atenção e financiamento maiores para seu desenvolvimento. No caso do Brasil provavelmente o caso seria mais sério, considerando-se que os brasileiros participaram ativa e diretamente do conflito na Europa e como compensação pelo esforço de Guerra, imaginavam ter um apoio maior e mais efetivo dos EUA. De qualquer maneira, o pedido de um apoio econômico fora negado no Rio de Janeiro, em 1947, e novamente negado em Bogotá, em 1948.

Muito longe de uma disputa por soberania mundial, aos países latino-americanos cabia buscar no irmão rico do continente alguma forma de investimento para proporcionar o aquecimento de suas economias. Com o Brasil não era diferente. O foco do restante da América não estava concentrado na disputa bipolar que envolvia EUA e URSS. Durante os anos que compreenderam a Segunda Guerra Mundial, o Brasil realizara um esforço no sentido de oferecer matéria-prima para os aliados. Muitos brasileiros deslocaram-se para a região norte do país para colaborar na extração de látex das seringueiras para a fabricação de borracha. Muitos produtos foram racionados no Brasil com o propósito de colaborar com o esforço de guerra aliado. Entretanto, ao final

⁸⁷ SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história política norte-americana em Relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Pág. 370.

da guerra, apesar dos negócios bem sucedidos, a indústria brasileira permanecia muito frágil e dependente do mercado externo.

De acordo com o que pudemos perceber na documentação e na bibliografia, os métodos de combate ao comunismo adotados no Brasil não pareciam muito eficientes ao olhar estadunidense, tampouco pareciam denotar uma real preocupação com o comunismo. É preciso aqui observar que a metodologia dos EUA em combater o comunismo era distinta da brasileira, e que para os parâmetros brasileiros era possível considerar tais mecanismos como eficientes. Enquanto nos Estados Unidos houve uma política fortemente anticomunista, como o Macarthismo⁸⁸, por exemplo, no Brasil o comunismo era combatido com cartazes. Entretanto, mesmo que para os estadunidenses a resistência contra os comunistas não era o que eles desejavam, os próprios documentos do NARA relacionam várias instituições brasileiras particulares que denotavam seu interesse anticomunista.

Em documento enviado por Paul Daniels da Embaixada dos EUA no Brasil para o Departamento de Estado estadunidense, informa-se sobre a constituição de um grupo de extermínio de comunistas em Alagoas chamado de “Sindicato das Mortes” e que, ao longo de um único mês teria matado cerca de 40 pessoas. O grupo seria formado por um coronel da polícia local, um juiz, um conhecido advogado e muitos donos de indústrias, compondo um grupo de aproximadamente quarenta membros. O objetivo seria o de “eliminar entraves da sociedade que a polícia não consegue deter”. Sugere então o vice cônsul W. L. Donald que deveria se esperar o assassinato de comunistas por este grupo secreto, tendo em vista que os comunistas encaixam-se perfeitamente no quadro de indivíduos que eles se propõem a eliminar.⁸⁹ Seria uma forma de contratar grupos de

⁸⁸ Macarthismo: Doutrina elaborada por Joseph McCarthy (1908-1957) na qual baseava-se em acusar de comunistas quaisquer inimigos políticos criando um clima de tensão e “caça as bruxas” mesmo dentro do território dos Estados Unidos.

⁸⁹ LabTempo – UEM – NARA Charge D’Affairs ad interim, American Embassy – M 1492 – Rolo 19 – fotograma 0717 – 22/05/1946: Communistic Activities – from Paul Daniels, Brazilian Embassy – 22 de maio de 1946:

“... As of possible interest in connection with the Alagoas situation, there is fairly accurate information to the effect that the “Sindicato das Mortes” has become much more active since Ari Pitombo left the Government. This secret society, which has been in existence for many years, reportedly consists of about forty members, and is said to include, at the present time, a Colonel of the Police Force, a local judge, a well-known lawyer, and several industrialists. Its purpose is to remove persons known to be enemies of society whom the police have not succeeded in apprehending. According to one report, this organization, during the course of one month, killed off forty persons. It appears to be too powerful for the police to interfere with it to any extent. Although no reports have been received that this group has

extermínio para eliminar comunistas? Essa é uma possibilidade. Pelo que os documentos sugerem, respeita-se o anticomunismo brasileiro, mas faltaria uma ação maior. Este pensamento é corroborado por RODEGHERO, que também pesquisou os documentos diplomáticos estadunidenses, quando afirma que

As críticas ao fazer anticomunista brasileiro eram bastante abrangentes e davam conta de um espectro que ia desde pequenos problemas técnicos encontrados em materiais de propaganda até considerações bem mais substanciais sobre a forma dos brasileiros se posicionarem frente a questões políticas, econômicas, ideológicas, etc. Críticas à extrema tolerância, ao “jeitinho”, à busca do consenso, à falta de humildade em aprender com os exemplos dos outros e, especialmente, à falta de compreensão do perigo comunista acompanhavam os relatos diplomáticos enviados dos diversos postos instalados no Brasil para Washington. As avaliações positivas, por sua vez, valorizavam aquelas situações onde se percebia que estava havendo um despertar dos brasileiros frente ao problema do comunismo.⁹⁰

Para essa historiadora, as divergências nas interpretações do “perigo comunista” talvez fossem produto das diferentes visões das culturas e subculturas que reagem aos soviéticos. Em nosso entendimento, para dizer que os Estados Unidos exerceram influência sobre o Brasil seria necessário mais do que apenas um repúdio comum ao comunismo. Ainda de acordo com RODEGHERO e outros pensadores deste contexto histórico, o anticomunismo é uma característica comum ao Brasil ao longo da História, ou seja, nunca se deveu a qualquer pressão ou opinião externa. Entretanto, por várias vezes notamos que os estadunidenses se vêem como os responsáveis por incentivar um pensamento anticomunista no Brasil. A interpretação do anticomunismo no Brasil é assunto que exige especial atenção, não sendo objeto direto de nosso estudo, é, no

commanded removing communists, the nature of its membership is such that it may be expected to act along these lines, if the communist situation becomes too serious.”

[...] Como de possível interesse, em conexão com a situação de Alagoas, há uma informação fidedigna para efeito de que o “Sindicato das Morte” tenha se tornado muito mais ativo desde que Ari Pitombo deixou o governo. Esta sociedade secreta, que já existe há vários anos, é composta por cerca de quarenta membros, e disse incluir, até o presente, um Coronel da Polícia, um juiz local, um advogado bem conhecido e muitos donos de indústrias. Seu propósito é remover pessoas que são conhecidos inimigos da sociedade, mas que a polícia não teve sucesso em apreender. De acordo com uma informação, esta organização ao longo de um mês, matou quarenta pessoas. Parece ser muito poderosa e estar arraigada em grande extensão. Embora não hajam informações de que este grupo haja começado a exterminar comunistas, a natureza de seus membros indica que pode-se esperar pela ação deste grupo contra os comunistas se a ameaça apresentada por eles for séria. (Tradução livre do autor)

⁹⁰ RODEGHERO, 2007; pág. 50.

entanto, importante para que compreendamos a análise que o corpo diplomático estadunidense fazia do Brasil. Ainda utilizando uma citação da autora supracitada

Aquilo que os postos diplomáticos informaram ao Departamento de Estado sobre o anticomunismo no Brasil foi aquilo que as pessoas que trabalharam neles consideraram que valeria a pena informar, mas, ao mesmo tempo, pode ter sido aquilo que se esperava que eles informassem. E não se tratava simplesmente de “dados”. Muito mais do que uma leitura de dados, o que eles realizaram foi uma leitura interpretativa sobre esse fenômeno. E mais ainda do que uma leitura, pode-se dizer que eles fizeram uma tradução, uma tradução do português para o inglês e também de uma cultura para outra.⁹¹

Ou seja, a observação sobre o comunismo e o anticomunismo no Brasil, feita pelo corpo diplomático dos EUA no Brasil estava diretamente relacionada com os conceitos, necessidades e interpretações da cultura, conceito, necessidades e interpretações norte-americanas.

Não estamos a dizer que a América Latina esteve alheia ao que ocorreu durante a Guerra Fria, entretanto, esta não era a sua prioridade, tampouco eram idênticos, no caso do Brasil, os conceitos de urgência no combate ao comunismo como ocorria com os EUA.

Em um documento do FBI de março de 1946, John Edgar Hoover afirma que o governo brasileiro estaria preparando decretos com o objetivo de fechar o PCB e prender líderes proeminentes deste partido.⁹² Enquanto isso, segundo o próprio documento, os comunistas estariam acreditando em uma consolidação da democracia e de suas liberdades partidárias, sem suspeitar da lei tramada pelo governo. Ainda de acordo com o documento, Luis Carlos Prestes alegava que a pressão para o fechamento do Partido Comunista no Brasil era produto da pressão de Estados Unidos e Grã-Bretanha e que com a vitória dos “imperialistas” no Irã, a pressão sobre o Brasil diminuiria e os comunistas encontrariam maior liberdade.

⁹¹ Op. cit. pág. 53.

⁹² LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – – Rolo 19 – fotograma 0340:

Com a informação de que os russos estariam desocupando o Irã, têm sido crescentes nas duas últimas semanas as informações com respeito aos decretos que o Governo brasileiro está preparando com o propósito de fechar o Partido Comunista. (Tradução Livre do autor)

“It will be recalled that reports have been increasingly numerous during the past two weeks to the effect that the Brazilian Government is preparing decrees for the purpose of closing the Communist Party feels that its position is somewhat more secure in light of information that the Russians are leaving Iran.”

A observação do diretor do FBI é explicada por ele mesmo. John Edgar Hoover chama a atenção de Frederick Lyon, chefe da Divisão de Atividades Estrangeiras, para um discurso realizado por Luís Carlos Prestes em 15 de março de 1946, do qual teria sido informado por uma fonte confiável. No discurso, o líder comunista teria dito que

“os comunistas resistirão a uma guerra imperialista sabotando a produção e fazendo qualquer coisa que pudesse retardar o desenvolvimento das nações capitalistas. A marcha da democracia não pode ser detida. Embora não desejemos derramar uma gota de sangue proletário sequer, se alguém detiver esta marcha, unidos, nós caminharemos em direção a uma Revolução Socialista”.(Tradução Livre do autor)⁹³

Esse discurso justificaria a movimentação do governo contra o PCB. Hoover então segue seu relato tratando da reação de Eurico Gaspar Dutra ao pronunciamento de Prestes dizendo que o presidente brasileiro e os oficiais do Exército demonstraram-se ansiosos para fechar o Partido Comunista brevemente e esperavam fazer amplo uso do discurso do líder comunista. É importante notar aqui que Hoover, ao menos na documentação, mantém certa distância das tomadas de decisão do governo brasileiro.

Em muitos casos a política anticomunista entre Brasil e EUA parecia completamente idêntica. Entretanto, em janeiro do mesmo ano, Hoover havia se surpreendido com a liberdade do Partido Comunista que já inaugurava sua segunda assembleia, na qual inclusive Mao Tsé-Tung fora considerado presidente honorário e foram feitas críticas diretas ao governo Dutra, que, segundo os comunistas no documento emitido pelo diretor do FBI, já se sentiam tolhidos pelo presidente brasileiro. Comunistas viam-se tolhidos de um lado, estadunidenses viam excesso de liberdade aos esquerdistas por outro. No meio das insatisfações das ideologias extremas, o Brasil não estaria seguindo um viés político particular? Pensamos que as fontes nos possibilitem pensar na possibilidade de um anticomunismo peculiar no Brasil.

⁹³ LabTempo – UEM – NARA – Federal Bureau of Investigation – M 1492 – Rolo 10 - fotograma 0330 – 26/03/1946: Communistic Activities: Federal Bureau of Investigation; 26 de março de 1946. Subject: Communistic Activities in Brazil – As of possible further interest, a confidential source believed to be reliable states that Prestes made the following additional comments in his statement of March 15, 1946: “Communists would resist an imperialist war by sabotaging production and by doing everything else which might retard the development of capitalist nations. The march of democracy can not be deterred. Although we do not wish to spill one drop of proletarian blood, if anyone deters this march, united, we will go into a proletariat Socialist revolution.” [...] Brazilian president Eurico Gaspar Dutra and Army officials are reportedly anxious to close the Party soon and expect to make full use of Prestes statement of March 15, 1946.

Em sete de maio de 1947, notavelmente o dia em que o partido Comunista fora oficialmente declarado ilegal no Brasil, a Embaixada brasileira em Washington enviou um relatório sobre o planejamento da política exterior dos Estados Unidos. Neste relatório, a embaixada observa que a “Policy Planning Staff”⁹⁴ dava especial atenção ao processo de reconstrução da Europa Ocidental. Apesar de já terem alguma idéia de que o PCB tinha seus dias contados, não encontramos qualquer documento enviado pelos Estados Unidos ao Brasil que aprovasse diretamente a ação, ou que felicitasse o governo pela iniciativa.

Como já mencionamos, de acordo com Gramsci, para que um grupo dirigente seja hegemônico, é necessário que haja dentro do bloco histórico, entre estrutura e superestrutura, uma elite orgânica que constitua o senso comum da camada dirigente na camada subalterna, ou auxiliar. Assim, as elites nacionais, não necessariamente as camadas dirigentes, teriam sido mais importantes no combate ao comunismo no Brasil do que qualquer interferência, sugestão ou tendência dos Estados Unidos. No que diz respeito ao contexto da Guerra Fria, entendemos ser mais relevante analisar o exercício da hegemonia das elites brasileiras sobre as camadas subalternas deste mesmo país e isso pode incluir diretamente a presidência, sobre o povo.

Entendemos que o governo brasileiro seguia um rumo próprio, ou seja, os grupos anticomunistas não empregavam força o bastante para estimular um fechamento imediato do Partido Comunista. Conforme RODEGHERO

[...]vê-se da parte dos norte-americanos uma crítica ao fazer anticomunista desses grupos brasileiros [...] Se, para eles, essa atuação parecia descontínua e sem resultados práticos, para alguns brasileiros ela era vista como sendo mais dura do que o necessário.⁹⁵

⁹⁴ Planejamento de Política Externa – tinha como incumbência planificar a política externa dos EUA a partir de maio de 1947. Segundo as fontes da Embaixada brasileira, o primeiro chefe do departamento seria George F. Kennan, considerado no momento o melhor conhecedor da União Soviética pelo governo estadunidense. De acordo com o documento “O propósito fundamental daquele órgão será traçar normas e planos de política exterior, de forma a tornar as decisões cotidianas das várias divisões do Departamento de Estado mais de acordo com um corpo de princípios definidos do que vinha acontecendo no passado” ... “Observadores políticos, [...] acham que o departamento de Estado devia dar menor ênfase ao aspecto negativo da política de reconstrução da Europa Ocidental. Acham aqueles observadores que o Governo dos Estados Unidos não deu a atenção devida ao problema do auxílio americano para a reconstrução dos países industriais não-comunistas da Europa Ocidental. Esse será a espécie de trabalho de planejamento que caberá àqueles membros do “Policy Planning Staff” do Departamento de Estado”. O governo brasileiro era sabedor de que as prioridades do governo estadunidense não passavam por aqui.

⁹⁵ RODEGHERO, 2007. Pág. 67. – A autora apresenta também uma importante discussão sobre divergências entre EUA e Brasil nos métodos de controle e combate ao comunismo. Como exemplo

Não encontramos documentos que evidenciassem que o governo brasileiro desejava uma prioridade do tratamento dos EUA para consigo, mas sim documentos e bibliografia que nos permitem pensar que o Brasil andava insatisfeito com a desatenção que recebia do antigo parceiro. Isso remontava ao esforço brasileiro no processo de construção das alianças para a Guerra e o esforço civil e militar praticado pelo Brasil ao exportar matéria-prima, relevante para a vitória aliada no conflito. Chegamos a encontrar um documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos em que Truman rejeita uma visita de Dutra alegando ter “outros planos”.⁹⁶ Alguns dias antes, Perowne, chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros para a América do Sul, havia informado ao Departamento de Estado que, segundo sua opinião, os comunistas ainda tinham muita liberdade no Brasil. Talvez o argumento pudesse ser mais bem compreendido tendo em vista o completo desconhecimento que o presidente estadunidense tinha sobre o líder brasileiro. Notavelmente os documentos que se seguem denotam que o presidente estadunidense Harry Truman exigira por intermédio de Allan Dawson que fossem recolhidas informações sobre o presidente Dutra na embaixada brasileira em Nova Iorque para sua apreciação.⁹⁷

Conforme DAVIS (1996), o anticomunismo era uma prioridade para os Estados Unidos e estes desejavam, por sua vez, que assim o fosse também entre os países latino-americanos, uma vez que tivessem a intenção de receber qualquer assistência por parte dos EUA. Essa questão freqüentemente se apresentava como um problema para os brasileiros que precisavam do apoio financeiro norte-americano. Tratava-se de um dilema para o Brasil tendo em vista que neste momento ocorria a ascensão de um

poderíamos citar os melodramas brasileiros anticomunistas que aos estadunidenses pareciam demasiado infantis, porém, funcionavam perfeitamente à cultura brasileira.

⁹⁶ LabTempo – UEM – NARA – M1492 – Rolo 18 – 832.001 – Dutra, Gaspar/1-2847 – 30/01/1947: Amembassy, Rio de Janeiro; CONFIDENTIAL.

[...]Se o presidente Dutra quer visitar os EUA, ele deveria tomar uma iniciativa com relação ao convite que lhe foi feito. - *O convite estendido a Dutra tratava-se de um protocolo formal estendido sempre de um presidente para outro por ocasião da posse da presidência, de maneira que o convite não ocorreria por alguma simpatia ou necessidade, mas por pura formalidade em 1946* (Observação nossa) Entretanto, isso não teria qualquer importância. De qualquer maneira, para sua informação confidencial, não seria conveniente pois o presidente Truman tem outros planos[...]

“(...)If Pres Dutra should take any initiative concerning invitation extended to him last year to visit US invitation should of course be confirmed. – However we agree that you should not take matter up and in any case for your confidential info it would not be convenient because of other plans for Pres Truman to receive visit during next few months.(...)”

⁹⁷ LabTempo – UEM – NARA – M1492 – Rolo 18 – 832.001 – Dutra, Gaspar/9-1047; 10/09/1947: Council for Inter-American Cooperation Inc. September 10, 1947. Informações sobre carreira militar de Dutra.

nacionalismo amalgamado à crença de que os Estados Unidos não haviam ajudado aos brasileiros quando fora necessário. Essa ajuda de que o Brasil supostamente precisava estava direcionada a um apoio econômico pós-guerra, uma tentativa de Plano Marshall⁹⁸ para o país e ainda um apoio militar para a consolidação de uma escola militar moderna e eficiente, tema este que trataremos no próximo capítulo. Como consequência, o relacionamento adotado freqüentemente apresentava dificuldades no ambiente de mudanças do pós-guerra.

É importante compreender que a relação entre estes dois países estava diretamente ligada ao interesse que as elites brasileiras detinham sobre o desenvolvimento nacional. Quando os Estados Unidos demonstraram-se pouco favoráveis a uma ajuda mais concreta no pós-guerra, segundo Sonny Davis, as relações entre brasileiros e estadunidenses ficaram mais sensíveis.

Através dos documentos produzidos pela diplomacia dos EUA, pudemos observar que para o corpo diplomático estadunidense, ser anticomunista era, em sua concepção, ser também pró-EUA. Entretanto, esse silogismo é problemático entre as elites nacionais brasileiras que viam no seu mérito particular a razão pela qual deveriam ser ajudadas. Aqui formara-se um conflito central entre o corpo diplomático de ambos os países.

Concentrados na disputa bipolar cujo campo central era a Europa, os Estados Unidos acabaram por dar atenção menor aos reclamos da América Latina. É neste contexto que surge o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – firmado no Rio de Janeiro em 1947. Tendo em vista a necessidade de impedir o avanço das chamadas “sedutoras” idéias comunistas, a América Latina merecia a mínima atenção dentro dessa política, principalmente por se tratar de um território muito próximo aos EUA. De acordo com MUNHOZ⁹⁹, apesar de o continente americano estar em segundo plano no

⁹⁸ Conforme explica BANDEIRA (2005), “[...] em 12 de março de 1947, Truman anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a dar assistência política, econômica e, acima de tudo, militar aos “povos livres”, isto é, qualquer governo anticomunista (não importava se democrático ou ditatorial) ameaçado por uma insurreição, invasão estrangeira ou mesmo pressões diplomáticas (como no caso da Turquia). E lançou o *European Recovery Programme* que tomou o nome do secretário de Estado americano, George Marshall, com o objetivo de fornecer maciça ajuda econômica à Europa. [...] No entanto, embora o Plano Marshall não discriminasse, aberta ou formalmente, os [aíses do leste Europeu, ocupados pela União Soviética, Stalin percebeu-o como um ato de hostilidade, sobretudo porque os comunistas, em maio de 1947, foram excluídos dos governos da França e da Itália.

⁹⁹ MUNHOZ, Sidnei J. *Os EUA e a repressão política aos comunistas no Brasil durante a gênese da Guerra Fria*.

contexto da Guerra Fria para os estadunidenses, o TIAR tornara-se um imperativo. Este tratado, segundo os próprios dirigentes políticos dos Estados Unidos, seria uma forma de retomar a Doutrina Monroe. No próprio relatório final do Tratado Interamericano, deixa-se clara a intenção do governo estadunidense de manter o controle da região. No artigo 2º essas intenções evidenciam-se.

Como consequência do princípio formulado [...] as Altas partes contratantes comprometem-se a submeter toda controvérsia, que entre elas surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolvê-la entre si, mediante os processos vigentes no sistema Interamericano, antes de a referir à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹⁰⁰

Ao limitar a ação de outros países no continente e ao determinar que os problemas continentais fossem resolvidos de maneira “caseira”, os EUA intentavam manter o continente sob seu controle. Para alguns políticos estadunidenses, o TIAR¹⁰¹ poderia inclusive ser extensivo a todos os países ocidentais, inclusive tendo sido referência para a criação da OTAN em 1949. Assim, Truman estaria transformando a doutrina Monroe em uma política global, tendo sido o TIAR apenas uma forma de legitimar a imposição das decisões dos Estados Unidos aparentando aos países latino-americanos um objetivo comum.

Era conveniente, objetivando a intervenção em qualquer canto do globo, que os EUA construíssem um inimigo que estivesse baseado no comunismo. Durante o governo do presidente Harry Truman, era imperativo manter a segurança nacional e apresentar essa doutrina de segurança como uma necessidade imediata ao seu povo. Quanto mais longe o comunismo estivesse, mais seguro o povo estadunidense estaria. É importante observarmos também que países como Cuba, México e Argentina, contaram com fortes

¹⁰⁰ Arquivo histórico do Itamaraty – Pasta Governo Dutra; Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

¹⁰¹ TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; Segundo Moniz Bandeira, a política hegemônica estadunidense, imperialista, “assumiu a denominação de globalismo. E em 1947, os Estados Unidos celebraram com os países do hemisfério o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), aprovado por Truman e pelos líderes do Congresso, desde os fins de 1945. Através desse pacto, que demarcava a zona de segurança do hemisfério do Pólo Norte até o extremo Sul da Patagônia, as partes contratantes se comprometeram a não recorrer à ameaça nem ao uso de força, nas suas relações internacionais, a resolver suas disputas entre si antes de recorrer à ONU, e concordaram que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, a um Estado americano, seria considerado como um ataque a todos os demais, que reagiriam solidariamente, no exercício do direito imanente e de legítima defesa individual ou coletiva [...] Com o TIAR, que instituiu a coletivização da defesa, os Estados Unidos conseguiram o invólucro jurídico para arremeter os países do hemisfério, em caso de guerra contra a União Soviética, e empreenderam a recriação da União Pan-americana, sob o nome de Organização dos Estados Americanos (OEA)...”

movimentos nacionalistas, o que não significava de maneira alguma, proximidade com o comunismo. Entretanto, conforme SCHOULTZ (2000), os movimentos nacionalistas destes países eram observados com preocupação pelos diplomatas estadunidenses que costumavam encarar tais movimentos como sintomas de comunismo. A relação era tão freqüente que Josephus Daniels, embaixador dos Estados Unidos no México, e profundo conhecedor das relações com o Caribe, chegou a alertar Cordell Hull, secretário de Estado sobre o perigo da associação feita entre estes dois grupos. Segundo Daniels

Em nosso próprio país e em outros lugares, as pessoas atribuem aos comunistas todas as atividades malignas. Creio que é assim em Cuba, e se eu fosse você – referindo-se a Hull – eu veria com muitas restrições a tentativa de pôr nas costas dos comunistas tudo que dá errado.¹⁰²

Fulgêncio Batista, então general das tropas cubanas, rejeitara o candidato a sucessão indicado pelos EUA, Carlos Manuel de Céspedes e desobedecendo aos desígnios estadunidenses, empossaram Ramón Grau San Martín como chefe do executivo. Era uma medida nacionalista, mas os norte-americanos associaram a rebelião com o comunismo, o que na época, não parecia ser exatamente uma possibilidade para a região.

Em 1948 ocorrera a Conferência de Bogotá, na qual foram lançadas as bases da defesa hemisférica, notavelmente numa tentativa de proteger-se do comunismo, o continente americano serviria como um escudo. Protegendo a América, os EUA proteger-se-iam. Nessa Conferência, George Marshall manteve contato com os chefes de diversas delegações para discutir medidas de combate ao comunismo. Com a criação da Organização dos Estados Americanos – OEA – em Bogotá, foram consolidadas as estratégias de defesa do continente.

Entretanto, analistas estadunidenses, à época da Conferência na capital colombiana criticaram a estratégia de defesa dos EUA apresentada. A embaixada brasileira nos Estados Unidos apresenta transcrito um editorial do Washington Post, intitulado “American Colonies” no qual

¹⁰² SCHOULTZ, (2000); pág. 335.

[...] diz que seria um grande desvio dos objetivos da organização interamericana o seu uso como instrumento de intimidação a potências européias sobre suas colônias neste hemisfério.¹⁰³

A questão ficara complexa, pois no TIAR e na Conferência de Bogotá, ficara evidenciada a postura dos EUA que desejavam que qualquer “controvérsia, que entre elas – as nações da América – surja, [...] deve-se submeter aos métodos de solução pacífica entre si antes de apelar à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança da ONU”¹⁰⁴. Para as potências européias, entretanto, “os conflitos territoriais, se não podem ser resolvidos por discussão amigável, deveriam ser resolvidos junto à Corte Internacional de Justiça”.

A atitude centralizadora dos EUA gerava certo constrangimento e desacordo entre diversas lideranças internacionais. Pelo que observamos nos documentos diplomáticos brasileiros, não parecia tão fácil aos Estados Unidos impor seu ponto de vista. Existem documentos que comprovam certa resistência na América Latina à postura do corpo diplomático estadunidense na Conferência de Bogotá. Não era tão fácil submeter o continente como eles acreditavam.¹⁰⁵ Alguns dias depois os principais periódicos estadunidenses publicavam manchetes aludindo à possibilidade de uma conspiração no continente americano contra os EUA. Houve manifestações populares anti-estadunidenses em frente ao local onde era realizada a Conferência em Bogotá. É importante destacar que antiamericanismo não é o mesmo que ser comunista, apesar de parecer ser essa a interpretação da diplomacia da diplomacia dos Estados Unidos.

Jorge Eliézer Gaitán, líder liberal foi assassinado e os conflitos se espalharam por toda a capital colombiana. Autoridades colombianas e membros do corpo diplomático estadunidense alegaram que a rebelião era incitada por comunistas para desacreditar a Conferência de Bogotá. Na visão dos estadunidenses, o antiamericanismo denotava um

¹⁰³ AHI - Pasta 51-3-5; 962.IX; CT – 303 – Governo Dutra; Embaixada do Brasil em Washington, Washington, 10 de abril de 1948 – Conferência de Bogotá.

¹⁰⁴ TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) – artigo segundo.

¹⁰⁵ AHI – Pasta 51-3-5; DPO/COI – 962.IX; CT – 304: Governo Dutra; Embaixada do Brasil em Washington, Washington, 10 de abril de 1948 – Conferência de Bogotá; Assunto: 500 milhões para a América Latina. “A pedido do Secretário de Estado Marshall, o presidente Truman solicitou ao Congresso autorização para que o Banco de Importação e Exportação dispusesse de 500 milhões de dólares para empréstimos à América Latina. Essa mensagem foi lida em plenário, na Conferência de Bogotá. O “New York Times” acentua que a delegação americana traduziu o texto da mensagem presidencial, para tirar o máximo efeito de sua divulgação, mas que o “fiasco” foi completo, tendo o Secretário Marshall, Norman Armour e William Pawley permanecido em silêncio desconfortável até o final da sessão”.

sentimento pró-comunista. No “New York Times” ventilara-se inclusive a possibilidade de esquerda e direita estarem unidas na América do Sul com o objetivo de serem hostis aos Estados Unidos.¹⁰⁶ Não cremos que uma conspiração comunista estivesse às portas de todos os países da América Latina, todos esperando ansiosamente para destruir os estadunidenses. Mas é importante salientar que houve resistência à política dos EUA e não foi originada no Partido Comunista, pelo menos não diretamente. Grupos conservadores estadunidenses exigiam posturas mais rígidas no controle e combate ao comunismo no continente por parte do presidente Harry Truman. Como podemos notar, na interpretação dos estadunidenses, qualquer resistência à sua política era vista como uma iniciativa comunista.

Entretanto, no caso do Brasil, ao que nos consta, o comunismo estava sob controle em 1948. Na Argentina de Perón, o PC não tivera melhor sorte. Seria o comunismo um problema tão grande para tal resistência aos Estados Unidos na América Latina? Cremos que a questão que tornava tão difícil uma padronização da hegemonia estadunidense no continente era uma onda de nacionalismos que tomava conta de vários países, dentre eles o próprio Brasil. Para conquistar tais espaços seria necessário mais do que uma política continental, seria necessário um estudo de casos, uma aproximação particular da realidade de cada país. Infelizmente para Truman, os diplomatas escolhidos para o Brasil foram bastante infelizes neste projeto. Vários desconheciam a realidade brasileira, alguns sequer falavam o português e ainda queriam impor os desígnios estadunidenses de maneira atabalhoada.

¹⁰⁶ AHI – Pasta 51-3-5; 962.IX; CT – 304 - Governo Dutra; Embaixada do Brasil em Washington, Washington, 12 de abril de 1948 – Conferência de Bogotá. “[...] O New York Times (12 de abril de 1948), diz que pode haver pouca dúvida, especialmente em vista da tentativa de revoltas comunistas em outros países latino-americanos, de que eles forneceram os fanáticos que continuaram a desordem depois que a população foi dispersada. Isso torna, continua o “New York Times”, a ação contemplada pela Conferência, de combate ao comunismo, mais imperativa. O “New York Herald Tribune” salienta que o pacto de defesa continental não deve ser adiado, e que, se havia pouca probabilidade de uma forte expressão conjunta contra o comunismo, seria uma conclusão imperfeita se fosse permitido que todo o projeto desmoronasse por negligência. Acima de tudo, continua o editorial, a Conferência, continuando suas sessões o mais rapidamente possível, em Bogotá ou qualquer outro local, demonstrará que não está à mercê dos tumultos das ruas. O “Washington Post” (11 de abril de 1948) acentua que foi noticiado pela jornalista Virgínia Lee Warren, no “New York Times”, antes de sua prisão pela egrégia polícia argentina, que uma conspiração comunista estava sendo arquitetada em Buenos Aires para minar a Conferência de Bogotá. **A Direita e a Esquerda na América do Sul, prossegue o “Washington Post”, estão unidas num ponto – têm ambas um denominador comum, isto é, sua hostilidade aos Estados Unidos**”. – Grifo nosso.

As relações entre Brasil e Estados Unidos não eram ruins, mesmo com alguns problemas na comunicação entre ambos. Um mês antes da Conferência de Bogotá, Dutra convidara Truman para visitar o Brasil, e não era um convite de praxe pois aproximavam-se as eleições nos EUA e Dutra queria expressar seu apoio.

O corpo diplomático estadunidense sabia que o ambiente não lhe era cem por cento favorável. No entanto, o medo real dos Estados Unidos é que este fator pudesse aproximar os brasileiros do comunismo. Uma análise mais profunda esclarece que esse “perigo” não existia, mas Truman e sua equipe eram tendenciosamente vigilantes. Na documentação diplomática que analisamos, encontramos relatórios do chefe do FBI, John Edgar Hoover apresentando os itens que deveriam alertar aos brasileiros de uma ameaça comunista.

No que diz respeito aos militares, a resistência aos Estados Unidos era considerável, tendo em vista o processo que culminou com a ida dos soldados da FEB para a guerra na Europa. Era do interesse dos EUA constituir uma base aérea no nordeste brasileiro para facilitar o fornecimento de suprimentos para a guerra na Europa e no norte da África. Uma das divergências encontradas com os militares brasileiros surgiu em função de os norte-americanos terem sugerido que seus próprios militares fizessem a proteção do local. Vargas e militares brasileiros foram reticentes à idéia na época, pois seria contrário à grandeza nacional permitir que uma força estrangeira fizesse a segurança de um território brasileiro.

No processo de negociação do estabelecimento dessa base, os militares brasileiros desejavam usar a necessidade dos EUA para suprir-se de armas. Os brasileiros temiam a aproximação argentina com as potências beligerantes do Eixo, especialmente a Alemanha e, por conseguinte uma invasão ao Brasil. Entretanto, segundo DAVIS (1996), “a inabilidade dos Estados Unidos em suprir de equipamentos e armamentos bem como a exigência de que o Brasil pagasse suas dívidas, causaram ressentimento entre os militares brasileiros”.

Considerando a decepção entre a elite militar brasileira com o tratamento que receberam e a resposta negativa ao suprimento de armas, com o fato de haver entre membros da caserna, uma forte elite nacional, é possível observar certa resistência à política estadunidense para com o Brasil. Essa elite militar compunha em boa medida o

grupo dirigente brasileiro ocupado em pensar o desenvolvimento do país. Nota-se, entretanto, dentro das Forças Armadas, uma crescente fragmentação ideológica no sentido de pensar estratégias para o desenvolvimento nacional. De um lado, liderados por Oswaldo Cordeiro de Farias, estavam os militares que compreendiam que para o cumprimento do projeto de desenvolvimento nacional se realizar, era importante manter proximidade com os EUA de maneira a atrair capitais que pudessem ser revertidos para o progresso brasileiro. Por outro lado, liderados por Estillac Leal, era crescente o número de militares que entendiam a aproximação com os estadunidenses, como um gesto de submissão ao imperialismo dos Estados Unidos. O Clube Militar, local em que não pesaria o fator hierárquico¹⁰⁷, foi um dos principais cenários de discussão entre estes dois grupos que, apesar de objetivarem a *grandeza* do Brasil, compreendiam a realização desse projeto por vias consideravelmente distintas.

¹⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

Capítulo 3

Forças Armadas brasileiras – Perspectivas estadunidenses

Neste capítulo pretendemos analisar a perspectiva que o corpo diplomático estadunidense fez das Forças Armadas brasileiras, bem como do governo brasileiro no período que corresponde ao governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Vamos comparar a documentação diplomática estadunidense com o contexto histórico e a bibliografia levantada sobre as condições das Forças Armadas brasileiras no período proposto. Portanto, trata-se de fazer um estudo de opinião do corpo diplomático estadunidense e como suas análises, tendências, opiniões acabaram projetando sua ação e comportamento no Brasil entre 1946 e 1950.

Até o presente, abordamos a questão do comunismo, pois esta temática foi recorrente na documentação que trata dos aspectos civis do governo Dutra. Entretanto, ao observarmos as fontes que tratam os temas de cunho militar, nos deparamos com outras questões de maneira que, notavelmente, o comunismo passa a ser um assunto menos freqüente. Isso não significa que seja desimportante, mas, para fins de análise na nossa pesquisa observamos que na visão da diplomacia estadunidense, foram priorizados outros assuntos no que diz respeito às Forças Armadas. Observamos que entre os militares há interesses peculiares e lutaram para fazer dos mesmos a prioridade na nação brasileira, procurando levá-la a crer que os interesses de seu governante seriam também seus interesses.

Notamos entre as fontes diplomáticas estadunidenses¹⁰⁸, que o governo brasileiro negociou através da política do Lend-Lease, ao longo da Segunda Guerra Mundial, equipamentos que foram adquiridos após o conflito. Pudemos constatar também a presença de análises e avaliações sobre a política militar brasileira feita por estadunidenses em posições diplomáticas no Brasil.

Organizamos o capítulo discutindo o conceito de hegemonia dentro do contexto das Forças Armadas brasileiras. Procuramos analisar o exercício da hegemonia dos Estados

¹⁰⁸ Serial 1492; rolos 23, 24 e 25 para este capítulo.

Unidos sobre as Forças Armadas brasileiras a partir da perspectiva de militares e diplomatas brasileiros e estadunidenses com a finalidade de demonstrar que as elites político-militares brasileiras tinham interesses próprios na relação com os norte-americanos. Esse aspecto nos possibilita avaliar a perspectiva hegemônica estadunidense com respeito ao Brasil. Em seguida pretendemos tratar do corpo diplomático estadunidense, seus interesses e suas análises sobre o Brasil, seu governo e seus militares. Ao longo do capítulo pretendemos demonstrar como o projeto de desenvolvimento e modernização do país se tornou o foco dos desentendimentos entre Brasil e Estados Unidos.

As Forças Armadas do Brasil – Processo Histórico e Hegemonia

Ao longo do período que compreende 1930 a 1945, Vargas teve desafios a enfrentar no campo político. Havia agitações no país com tendências a esquerda e a direita, o que motivou a ação centralizadora de Vargas através de um golpe de Estado em 1937. Segundo Frank McCann, comunistas e integralistas ameaçavam tomar o poder por diversas vias, mas as Forças Armadas teriam impedido o processo de tomada do poder. Isso ocorreu porque, segundo o próprio historiador citado, as Forças Armadas, aliadas às elites nacionais concebiam que seu papel era vital para livrar o país de doutrinas estrangeiras, notavelmente fascismo e comunismo. Segundo McCANN

A desastrada tentativa de Moscou para gerar uma revolução no Brasil não conseguiu atrair as massas, mas deu aos oficiais e políticos que viam o regime constitucional de 1934 como um retrocesso, uma justificativa adicional para substituírem o fiasco por um governo centralizador que, na opinião deles, poderia livrar o Brasil de seus males.¹⁰⁹

E ainda

¹⁰⁹ McCANN, Frank. 2007, p. 489.

Góes era de opinião que o Exército tinha de estar intelectualmente unido para enfrentar as divisões ideológicas do país. As emendas constitucionais, afirmou, deveriam ser aprovadas rapidamente pelo Congresso, que, por sua vez deveria dissolver-se após formar a Assembléia Constituinte para redigir uma nova Constituição e entregar o poder ao presidente. Góes encerrou observando que todos os problemas que envolvessem “os direitos ou interesses das classes armadas devem ser resolvidos dentro delas mesmas, sem nenhuma interferência estranha”.¹¹⁰

É importante salientar que não faremos um resgate histórico profundo das Forças Armadas brasileiras nas décadas de 1930 e 1940, pois muito já o fizeram antes de nós e acabaríamos nos distanciando de nosso objetivo. O que desejamos é apenas esclarecer a conjuntura e o pensamento da elite política e militar brasileira neste contexto. Dos trechos ressaltados acima pretendemos ressaltar alguns pontos.

No primeiro excerto, McCANN afirma que o comunismo não ganhara as massas brasileiras. Este excerto nos possibilita refletir sobre dois aspectos. O primeiro é que o comunismo não apresentava uma ameaça para as elites políticas brasileiras. Isso não significa que essas elites fossem passivas com relação ao comunismo, mas demonstra que não se tratava de uma prioridade o combate ao comunismo. Em um segundo momento, é possível avaliar que as elites políticas brasileiras articulavam a realização de um projeto que, no entender delas, poderia libertar o Brasil do atraso político e econômico. Em seguida o historiador acima citado relaciona a tentativa de golpe no Brasil a uma organização entre a elite política civil e a elite militar brasileira que pretendia através de um certo projeto de governo, centralizar o poder nas mãos de uma figura que representasse os interesses desses grupos. O que pretendemos mostrar ao longo deste capítulo é que esta aliança entre líderes civis e militares tornou-se cada vez mais freqüente e tinha objetivos muito específicos. NEGRO e DA SILVA também apontam a extensão do poder dos empresários entre o final do governo Vargas e o início do governo Dutra quando pressionaram o governo a tomar medidas que favoreciam a produção em detrimento da mão-de-obra. Os operários não aceitaram tudo calados e muitas vezes uniram-se ao PCB por dividirem ideais trabalhistas, mas nem sempre por compartilharem da ideologia do partido.¹¹¹

¹¹⁰ Op. Cit, pág. 491.

¹¹¹ NEGRO, Antonio Luigi & DA SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In.: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *O Brasil Republicano*.

O segundo trecho que destacamos não se trata de uma opinião do historiador, mas do pensamento de um oficial de importância central para o entendimento do pensamento militar neste contexto. Góes Monteiro ressalta a necessidade de manter o Exército como uma instituição ideologicamente coesa para resistir a ideologias estrangeiras. A partir dessa matriz, pretendemos demonstrar que os militares brasileiros não tinham a pretensão de se subordinarem a qualquer doutrina externa. Se isso significava no momento libertarem-se do comunismo, agiriam de maneira a proteger-se dessa ideologia. Pudemos constatar que durante o governo Dutra, as elites político-militares brasileiras possuíam projetos bem definidos para a nação brasileira e pretendiam executá-los. Esse projeto de desenvolvimentismo, no entanto, era incompatível com as pretensões norte-americanas de domínio continental, sem a concessão de espaço para a emergência de uma potência regional ou subcontinental. Quando essas incompatibilidades se evidenciaram, o governo brasileiro mostrou sua força no sentido de manter e alcançar a realização do desenvolvimento, progresso e modernização nacionais. Citamos a princípio o episódio da compra de armas desejada pelo governo brasileiro, mas negada a princípio pelo governo dos Estados Unidos. A pressão brasileira levou os diplomatas estadunidenses a cederem. Analisaremos este e outros itens adiante.

Um ponto a ser rapidamente ressaltado é que o próprio Góes Monteiro estabeleceu um paradigma de enfrentamento do comunismo tanto dentro da “pátria quanto dentro do Exército”, o que era de certa maneira admitir a infiltração comunista nas Forças Armadas, mas ao mesmo tempo desenvolver estratégias para combatê-las. Posteriormente trataremos dessa questão da esquerda dentro da caserna, mas deve-se compreender que para essa elite militar que temos mencionado, da qual Monteiro fazia parte, seriam radicais e severos em relação a quem resistisse à implantação do projeto proposto por eles. Isso quer dizer que não seria necessário a um militar ser filiado ao PCB para ser enquadrado como comunista, bastava apenas se opor a linha de conduta adotada por essa elite que via no alinhamento incondicional aos EUA o caminho para se chegar ao progresso. Em decorrência, militares de matiz nacionalista que buscavam um caminho de desenvolvimento autônomo para o país eram regra geral qualificados de comunistas. Essa associação ficava ainda mais fácil, uma vez que os comunistas

também preconizavam um modelo de desenvolvimento para o país independente dos Estados Unidos.

Para compreendermos a trajetória e o contexto de formação ideológica dentro das Forças Armadas, vamos observar rapidamente as alianças militares brasileiras desde a Primeira Guerra Mundial feitas com potências estrangeiras sem descuidar de observar a finalidade que essas alianças tiveram.

Após a Primeira Guerra Mundial o Brasil, através de seu ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras, aproximou-se da França para a compra de armamentos e treinamento militar. A intenção era aproveitar a experiência francesa na guerra e modernizar as Armas do Brasil. Essa influência francesa nas Forças Armadas brasileiras é notória. Como afirma João Quartim de Moraes

Em fevereiro de 1920, o primeiro grupo de oficiais franceses desembarcou no Rio de Janeiro. Trabalhou com eficiência, porque em 7 e 8 de abril, respectivamente, inauguraram-se as escolas de Estado-Maior do Exército (ECEME) e de aperfeiçoamento dos Oficiais (ESAO).¹¹²

Havia militares entre as Forças Armadas brasileiras, desejosos de que o Brasil comprasse aviões italianos, o que pareceu avesso a presença da Missão Militar Francesa (MMF). Por estarem desdobrando-se em colaboração militar ao Brasil, os franceses esperavam poder realizar transações comerciais com os brasileiros, portanto, vender seus aviões dentre outros equipamentos. No entendimento de Moraes, “como o Brasil se comprometeu a não contratar nenhuma outra missão estrangeira com fins militares, ficaria num impasse se comprasse aviões italianos”. Pensamento este compartilhado pelo general francês Gamelin à época. Disputas à parte, a MMF cumpriu com suas obrigações e, apesar de tentar impor a compra de material bélico francês - o que nos parece normal tendo em vista os acordos estabelecidos entre brasileiros e franceses - não vemos como concluir que os franceses exerceram na ajuda que prestaram uma hegemonia sobre o Brasil. Dadas as devidas proporções de tempo, espaço e circunstâncias, seria possível observar que os militares brasileiros permitiriam uma influência estrangeira dentro da caserna de forma limitada,

¹¹² MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 188.

controlada e vigiada e isso apenas porque essa influência fora desejada pelos próprios militares brasileiros no processo de formação de estruturas militares.

Observamos então que ao longo de todo um processo histórico, as elites civis e militares estiveram muito próximas, coordenando seus interesses junto ao Estado e às Forças Armadas. Essa tendência continuou por todo o tempo em que Vargas se encontrou no poder no país e ganhou novos contornos com a Segunda Guerra Mundial. A França, rapidamente dominada pelas forças nazistas, estava longe de se manter como referência para os militares brasileiros, que atentos ao cenário internacional, mas, acima de tudo, conhecendo o posicionamento estratégico do Brasil, procuraram barganhar armamentos e equipamentos para as Forças Armadas brasileiras com a Alemanha e com os Estados Unidos. Quando Oswaldo Aranha, ministro das relações exteriores do Brasil, aliou-se incondicionalmente aos EUA, o alto escalão militar brasileiro ficou insatisfeito, pois viu na possibilidade da manutenção da dúvida na mente da diplomacia estadunidense, uma possibilidade de desenvolvimento bélico nacional. Desde então podemos notar uma grande dedicação das elites militares brasileiras em benefício do desenvolvimentismo nacional e de suas Forças Armadas prioritariamente. No momento era menos importante colaborar no esforço de guerra pró-aliados, mesmo que essa fosse a tendência mais plausível do que conquistar equipamento e infra-estrutura militar adequadas.

Por ocasião da crescente possibilidade de uma guerra na Europa contra a Alemanha nazista, a elite militar do Brasil objetivava uma moderna e bem equipada ajuda dos Estados Unidos. A preocupação dos militares brasileiros em se armar era justificável tendo em vista que a Argentina inclinava-se perigosamente em favor da Alemanha. Entretanto, a inabilidade dos estadunidenses em suprir de equipamentos e armamentos bem como a exigência de que o Brasil pagasse suas dívidas, causaram ressentimentos entre os militares brasileiros. Oswaldo Aranha chegou a dizer para diplomatas estadunidenses que enquanto os EUA tentavam conversar com os brasileiros, a Alemanha lhes oferecia armas. A situação só começou a mudar efetivamente quando o Brasil declarou solidariedade com a causa aliada em função do ataque a Pearl Harbor pelos japoneses. Segundo Sonny Davis, quando o Brasil anunciou sua solidariedade com a causa aliada, a proteção do seu litoral tornou-se de grande importância. Os Estados Unidos atenderam ao suprimento de armas, apesar de estar longe do que os militares brasileiros realmente desejavam, mas também buscaram concessões ao mesmo tempo. Negociações levaram a uma aliança formal e a criação em 1942, de uma junta que supervisionasse as relações militares. Essa junta, com extensão tanto no Brasil (JBUSMC) quanto nos EUA (JBUSDC), ambas já mencionadas anteriormente, tinham funções específicas. A Joint Brazil-United States Military Commission tinha sua sede estabelecida no Rio de Janeiro e ficou responsável por colaborar na formalização de uma aliança entre Brasil e Estados Unidos. Entretanto, como

veremos adiante, a JBUSMC também teria outras aptidões não tão abertamente reveladas. A Joint Brazil-United States Defense Commission, sediada em Washington, era a Junta responsável por fornecer assistência técnica, financeira e material e empreender estudos, fazendo recomendações em assuntos de defesa mútua. O governo estadunidense não pretendia ter na América Latina uma potência militar, autônoma na produção de armas, pois temiam que um país que fosse autônomo na produção de equipamento bélico poderia posteriormente criar problemas para a hegemonia dos EUA no continente.

A princípio, os brasileiros contentaram-se com a ajuda no fornecimento de toda sorte de equipamentos e treinamento necessários para a Guerra, mas teriam que, em troca, ceder um espaço no Nordeste que servisse de base aérea para os aviões norte-americanos que tivessem como destino o combate no cenário africano da guerra. Entretanto, os ajustes entre brasileiros e estadunidenses não foram tão simples. De acordo com DAVIS, os militares designados pelos norte-americanos para liderarem as Juntas, no começo só frustraram as relações entre os dois países. Alguns sequer se esforçaram para falar o português. Tudo isso dificultou os ajustes na JBUSMC.¹¹³ Os militares estadunidenses demonstraram falta de conhecimento da história e da política intramilitar brasileira. O chefe da JBUSDC era desafeto de Dutra, então ministro da Guerra, que, até o momento, ainda apresentava certas tendências germanófilas. Isso denota que se por um lado as relações entre Brasil e Estados Unidos eram boas, por outro, era necessário, por parte do corpo diplomático estadunidense e inclusive seus militares que estavam envolvidos no processo de constituição da base aérea em Natal, um cuidado especial com os políticos e militares brasileiros. Tais cuidados com essa elite político-militar brasileira eram necessários, pois possuíam interesses no benefício de suas próprias Forças Armadas. Ou seja, conquistar dos brasileiros aquilo que os norte-americanos esperavam não era tão simples quanto poderia parecer a princípio, mesmo que com o alinhamento incondicional ao lado dos aliados, o Brasil tivesse perdido poder de barganha e negociação.

Coube, portanto, a JBUSMC preparar e supervisionar a criação da FEB para o combate ao fascismo na Europa. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 22 de agosto de 1942, enquanto esforçava-se para criar uma comissão militar de defesa no Rio de Janeiro e implementar medidas de defesa. Enviar tropas brasileiras para lutar no cenário africano ou europeu era complicado, mas os líderes políticos brasileiros queriam ter uma cadeira no conselho de segurança mundial, de maneira que participar da guerra parecia oferecer um passe ideal para a realização desse intento. Muitos militares e diplomatas estadunidenses argumentaram que o Brasil teria que fazer muito mais do que apenas oferecer suprimentos para conseguir mandar soldados para a frente de batalha. Os líderes militares mais influentes do Brasil, generais Dutra e

¹¹³ DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of arms*. 1996, Pág. 34.

Góes Monteiro, acreditavam que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial solidificaria as relações entre o Brasil e os EUA e asseguraria a assistência militar continuada por parte da maior potência continental. É importante notar que Dutra na posição de ministro da Guerra estava preocupado unicamente com a posição e destaque do Brasil no cenário internacional e ainda com as provisões das Forças Armadas brasileiras. Essas preocupações são extensivas ao período em que Dutra foi presidente da República.

Não nos deteremos nas questões que estiveram ao redor do conflito na Europa por não se tratar de nosso foco e já termos abordado este assunto anteriormente. Portanto, gostaríamos de nos concentrar no fato de que com a volta dos militares da FEB em 1945, o governo Vargas já estava em seus momentos finais e iniciava-se, paulatinamente, um processo de reabertura política que contou com o reaparecimento no cenário nacional de partidos políticos, dentre eles, o próprio PCB. Uma vez que a guerra havia findado, cabia aos militares brasileiros estabelecer novas metas, projetos e retomar discussões no sentido de modernizar as Forças Armadas brasileiras. Dutra que até então fora ministro da Guerra, retirou-se do ministério para candidatar-se à presidência da república pelo PSD e, com apoio de Vargas, venceu as eleições tendo Eduardo Gomes (UDN) e Iedo Fiúza (PCB) ficado em segundo e terceiro lugares respectivamente.

Os interesses em comum entre militares e a burguesia brasileira possibilitaram que estes dois grupos se apoiassem. Se os militares desejavam um país desenvolvido, armado, referencial de poderio bélico para o continente, os burgueses por sua vez desejavam que todo esse desenvolvimento se refletisse em modernidade industrial, progresso, e a possibilidade de realizar, através do comércio, negócios vantajosos com os Estados Unidos. Portanto, os interesses de militares e da elite econômica nacional eram compatíveis. Assim, uma eventual oposição ao projeto de desenvolvimentismo nacional, como muitas vezes foi feito, seja por comunistas ou por nacionalistas, além de gerar cumplicidade entre as elites político-militares, também lhes instigava a enfrentar e combater a oposição. Como já abordamos anteriormente, durante o governo Dutra, a política deste presidente era completamente voltada em favor da burguesia brasileira, o que contribuiu ainda mais para a cumplicidade e aproximação ente a elite militar e a elite civil.

Um dos elementos aglutinadores das elites político-militares foi a criação da Doutrina de Segurança Nacional, pensada e desenvolvida dentro da Escola Superior de Guerra. O conceito de Segurança é mais amplo que o de Defesa Nacional, considerando-se que no conceito de Segurança Nacional, a população estaria envolvida com a segurança do país e não apenas os

militares. Essa foi uma das razões pelas quais a Escola Superior de Guerra aceitou civis em seus cursos. De acordo com FILHO

No Brasil, ela – a doutrina de Segurança Nacional – foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares.¹¹⁴

Além de as elites político-militares estarem unidas ao redor deste projeto de Segurança Nacional, notamos também que este projeto objetivava garantir a autonomia do Brasil na defesa da Nação. De acordo com REZNIK

[...] podemos dizer que o conceito de segurança nacional estava referido a referido à soberania, à independência e à garantia de “bem-estar”. Soberania e independência pela capacidade do Estado-nação para decidir seus próprios destinos e criar suas estratégias próprias de desenvolvimento. Bem-estar definido pela criação ou manutenção do que se considerasse o *status quo* requerido pela nação, de acordo com os “objetivos nacionais”.¹¹⁵

Considerando os excertos destacados acima, notamos que as elites político-militares brasileiras tinham a intenção de desenvolver um projeto particular de Segurança Nacional que correspondesse ao seu modelo de desenvolvimento para a nação. Nesse momento o questionamento que se levanta é sobre a perspectiva estadunidense com respeito à posição tomada por essas elites brasileiras. Vamos observar como o corpo diplomático dos Estados Unidos no Brasil analisou essa busca de um modelo de autonomia para o Brasil.

Quando tratamos de desenvolvimentismo, pensamos o termo de maneira a pensar uma sociedade que zele pelo progresso social, econômico, industrial dentre outros. Prioriza-se a soberania nacional e, por conseguinte, sua segurança. Segundo DAVIS, o objetivo brasileiro era a grandeza nacional, mesmo que o Brasil tivesse que se chocar com os interesses dos Estados Unidos.¹¹⁶ Essa linha de raciocínio é compatível com o pensamento do capitão Mário Travassos

¹¹⁴ FILHO, João Roberto Martins Filho. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. O Brasil Republicano v.3; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

¹¹⁵ REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.35.

¹¹⁶ DAVIS, 1996; pág. 63. Em 1948 a CIA avisou que os brasileiros tomariam sim uma postura de independência das decisões políticas dos EUA se o caso envolvesse a soberania do país. Os EUA

que procurou fazer um panorama da América do Sul, ressaltando os pontos fortes de cada país, mas mostrando as riquezas brasileiras e as possibilidades da constituição do Brasil como uma nação cosmopolita contendo portos modernos e estradas de ferro que agilizariam o comércio nacional e mesmo internacional. Em um momento particular, Travassos menciona a extensão do poder dos EUA na América do Sul. Sobre o tema, o capitão esclarece que

A influência mundial dos Estados Unidos é hoje realidade que não se discute. Cresce com a importância cada vez mais acentuada de suas relações financeiras e econômicas com os demais países. É servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam. (...) Bem ao contrário dessa influência, assim generalizada, porém, é a que o potencial ianque exerce sobre os países americanos.¹¹⁷

Travassos relacionava o expansionismo industrial estadunidense com a dependência que a produção das indústrias dos EUA tinha dos produtos primários da América do Sul. Para Travassos, o Brasil teria, por seu porte geográfico e posição estratégica, a condição de liderar a América do Sul diante do gigante capitalista do norte. Essa valorização dada ao papel do Brasil como país mediador das relações estadunidenses com os sul-americanos, dada sua importância estratégica e logística em tempos de guerra e mesmo longe dela e o desejo de levar o Brasil a um constante desenvolvimento, são, na nossa perspectiva, reflexos do pensamento desenvolvimentista que projetava a grandeza do país nos anos 1940.

Vamos analisar a documentação e a visão que a diplomacia dos EUA tinha a respeito das posturas tomadas pelas Forças Armadas e pelo Estado brasileiro. Quais eram as prioridades militares do Brasil durante o governo Dutra? Em seguida pretendemos abordar a constituição da Escola Superior de Guerra sob o prisma da diplomacia estadunidense comparando-a com a análise de alguns historiadores sobre o tema. A questão do desenvolvimentismo, do ideal de grandeza estará sempre presente em nossa discussão, pois entendemos ser este um tema central para compreender as ações militares e civis naquele contexto histórico. Por fim, nos concentramos em analisar a perspectiva que a diplomacia dos EUA tinha com respeito ao Brasil especialmente durante o governo do presidente Dutra.

entenderam que o Brasil não faria concessões que fossem incompatíveis com seus objetivos nacionais. Sonny Davis ressaltava que o aviso da CIA foi esquecido várias vezes nas décadas seguintes.

¹¹⁷ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947. P. 107.

Projeto Desenvolvimentista: Equipamentos e Suprimentos

Um das questões centrais ao longo de todo o governo Dutra foi a busca constante por equipamentos que suprissem as necessidades das Forças Armadas brasileiras de maneira a tornar o Brasil um país belicamente protegido e moderno. Havia entre as elites político-militares o interesse de tornar o Brasil uma potência continental – considere-se América do Sul. Por esse motivo, logo ao final da Segunda Guerra Mundial, aproveitando-se da política do Lend Lease, firmada antes que o Brasil participasse diretamente da Guerra, militares brasileiros começam a articular mecanismos para equiparem as Forças Armadas brasileiras. No final de janeiro de 1947, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil enviou à Secretaria de Assuntos Estrangeiros em Washington um relatório sobre o discurso do presidente Eurico Gaspar Dutra efetuado no transcorrer de manobras de treinamento militar. Chama a atenção no relatório o fato de o presidente brasileiro haver legado às Forças Armadas o papel de “(...) principal elemento de defesa contra invasões territoriais e ideológicas de *qualquer* espécie que sejam incompatíveis com a Constituição e a Segurança Nacional (...)”.¹¹⁸ Na opinião do embaixador, William Pawley, essa parte do discurso teria sido compreendida como uma referência a política anticomunista do governo Dutra. O discurso do Presidente brasileiro, que foi traduzido para o inglês, está cheio de referências elogiosas sobre a participação do exército brasileiro no teatro de operações europeu durante a Segunda Guerra Mundial. No mesmo discurso, Dutra haveria ainda explicado a razão da aproximação das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos. Em seu discurso, Dutra ilustra

Nós não podemos nos esquecer que antes do conflito mundial, nosso exército era organizado de acordo com os padrões europeus. Uma nova situação requereu uma transformação radical realizada em curto espaço de tempo graças à competência de chefes militares, adaptando nossas Forças Armadas

¹¹⁸ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Rolo 23; fotograma 0092:

Assunto: Discurso do Presidente Dutra durante manobras do Exército – 23/12/1947: [...] O comentário do editorial foi favorável, particularmente aplaudindo a tese do discurso do presidente, de que as Forças Armadas são a garantia da lei e da ordem na nação, e o principal fator de defesa contra invasões territoriais ou ideológicas que sejam incompatíveis com a Constituição e a Segurança Nacional. Este discurso foi compreendido como uma referência a Campanha anticomunista de Dutra por todos os observadores presentes.

Subject: Speech by President Dutra at Army Maneuvers – 23/12/1947:(...) Editorial comment was favorable, particularly applauding the thesis of the President’s speech, that the armed forces are the guarantors of law and order in the nation, and the principal factor in defense against both territorial invasion and ideological sorties which are incompatible with the Constitution and National Security. This was taken by all observers to refer to the present anti-communist campaign of the Government.

a organização do modelo americano, o qual servirá para a segurança coletiva do continente. (Tradução Livre do Autor)¹¹⁹

Ao observar o contexto no qual Dutra discursa, observamos que o presidente encarava a aproximação com as Forças Armadas dos Estados Unidos como o resultado de um novo contexto mundial. Essa aproximação sinaliza a perspectiva brasileira da necessidade de rever seus conceitos militares e, juntamente com a potência hemisférica, consolidar as Forças Armadas brasileiras. Dutra termina seu discurso com a frase de ordem “Pela Grandeza do Brasil”, o que parece ser o objetivo final de todas as medidas adotadas em direção da nação brasileira.

Mas, antes que possamos correr o risco de esquecer, William Pawley afirmou que Dutra fez um discurso amplamente anticomunista. Entretanto, ao longo de todo o discurso, completamente traduzido para o Departamento de Estado dos EUA, não existe qualquer referência a comunistas ou mesmo ao combate ao comunismo.

Com o firme propósito em mente de modernizar as Forças Armadas e equipá-las de acordo com seus auspiciosos desejos, Dutra deu sinal verde para que seus diplomatas negociassem material estratégico para as Armas brasileiras. Nos EUA, fora criada, em 1942, uma agência específica para negociar equipamento bélico, a United States Purchasing Commission (USPC) – algo como Comissão de Compras dos Estados Unidos. Essa agência teria duas finalidades básicas, dilatadas com a iniciativa de Dutra, sendo a primeira função a de intermediar a compra de materiais estratégicos para o Brasil e a segunda seria chefiar a Missão Diplomática dos EUA no Brasil juntamente com outras agências para dar informações a respeito da finalidade das armas compradas.¹²⁰

Líderes civis e militares brasileiros esperavam que a aliança com os EUA em tempos de guerra e a participação em combate pudesse trazer ao Brasil desenvolvimento, prosperidade e status internacional. Existia na mente dessa liderança militar brasileira a sensação de que a aproximação com os Estados Unidos seria muito importante para alcançar seu propósito de grandeza. Entretanto, a modernização bélica do Brasil não era projeto de primeira ordem nas

¹¹⁹ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Rolo 23; fotograma 0093: We should not forget that before the world conflict, our Army was organized according to the ruling standards of Europe. A new situation required a radical transformation, realized in a short time thanks to the competence of the military chiefs, adapting our Armed Forces to organization of the American pattern, which will serve the collective security of the continent.

¹²⁰ LabTempo – UEM; LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – M 1492 – Rolo 23; fotograma: 0155-0156. Enclosure no. 3 to despatch 8882. 26/10/1942; No 1319.

preocupações estadunidenses no início da Guerra Fria. Por esse motivo, a princípio o presidente Truman frustrou as expectativas brasileiras. Além disso, segundo Sonny Davis, Truman teria barrado qualquer investimento externo para o controle interno da inflação nos EUA. Mais incômoda ainda, segundo o historiador, principalmente para os militares brasileiros de tendência nacionalista, foi a sugestão do governo estadunidense para que o Brasil utilizasse as suas reservas de ouro para financiar o desenvolvimento nacional e ainda permitir que as companhias de petróleo dos Estados Unidos tivessem participação na exploração local do petróleo.¹²¹

Essa postura do governo estadunidense gerou ressentimentos nos militares brasileiros, mas a aproximação com os EUA ainda era vital para a realização do projeto de grandeza brasileiro. Por isso, Dutra procurava mostrar-se partícipe da política pregada por Truman, inclusive com relação a comunistas.¹²² Deve-se considerar ainda que no contexto da Guerra Fria, as armas passariam por uma rápida evolução, encarecendo o preço das mesmas, de maneira que os preços seriam crescentemente incompatíveis com as possibilidades financeiras brasileiras. Havia ainda o medo entre militares e diplomatas estadunidenses que as armas que fossem vendidas para a América Latina, inclusive o Brasil, alimentassem possíveis ditaduras locais. Os militares brasileiros além de ressentidos, começaram a desconfiar que as relações construídas antes da guerra com os Estados Unidos, poderiam estar ruindo. Tendo como pano de fundo a possibilidade cada vez maior de precisar combater a Guerra Fria no plano mundial, militares e diplomatas estadunidenses rivalizavam entre si sobre as estratégias que deveriam ser utilizadas no tratamento com a América Latina. Sonny Davis retrata esse embate entre o alto escalão político-militar dos EUA de maneira elucidativa. Para Davis, a possibilidade de o Brasil de aproximar de qualquer outro país e adquirir armas preocupava aos militares norte-americanos. Como o Brasil demonstrava interesse em modernizar suas Forças Armadas, a Grã-Bretanha aproximou-se dos militares brasileiros intencionando negociar navios. Essa possibilidade de negociação com outras potências foi suficiente para pressionar o governo dos Estados Unidos a pensar em um projeto de fornecimento de armas que se encontrassem dentro de um padrão de qualidade inferior ao dos estadunidenses. Nos EUA, os militares eram favoráveis a uma padronização dos equipamentos enviados aos países latino-americanos. Em caso de qualquer conflito, os EUA saberiam de quais armas os latinos disporiam e Washington estaria preservando sua dominação sobre o continente consolidada nos tempos de guerra. Essa padronização bélica intencionada por militares norte-americanos contou com o envio de um

¹²¹ DAVIS, Sonny. 1996, pág. 70.

¹²² Tratamos anteriormente do tema. O Brasil tinha uma política particular de combate ao comunismo que, na opinião pública brasileira poderia parecer dura demais enquanto que para muitos diplomatas estadunidenses era relapsa. Dutra demonstrava estar aliado aos interesses dos Estados Unidos de uma maneira caracteristicamente brasileira.

general a América Latina, George Brett. Muitos embaixadores resistiram à ação de Brett por temerem que os países latinos se aproveitassem dos Estados Unidos, dentre eles, Adolf Berle, que fora embaixador no Brasil até meados de 1946. De acordo com DAVIS

Os brasileiros não sabiam que a resistência de Berle era parte de uma disputa maior entre o Departamento de Estado e os militares a respeito da política de pós-guerra para com a América Latina. Os militares eram dominantes durante a guerra, mas com os tempos de paz o Departamento de Estado procurou reconquistar sua primazia no fazer político. A questão do programa de padronização bélica trouxe a oportunidade esperada para o Departamento de Estado testar sua força.¹²³

O subsecretário Dean Acheson, um dos ícones da resistência à padronização defendia, entre outras coisas que o fornecimento de armas para a América Latina poderia dar respaldo para transparecer uma política regional e assim dar brecha para que Grã-Bretanha e União Soviética fizessem o mesmo. A provisão de armas poderia ainda provocar uma corrida armamentista entre os latinos em um momento que, na opinião de Acheson, o desarmamento deveria ser enfatizado. Assim, podemos perceber um claro conflito de interesses entre militares e diplomatas de ambos os países, pois enquanto elites as político-militares brasileiras ansiavam pelo desenvolvimento nacional civil e militar, diplomatas e militares estadunidenses digladiavam-se no sentido de não permitir o surgimento de uma potência rival no continente.

No que diz respeito ao caso específico do Brasil, a documentação diplomática estadunidense nos oferece a possibilidade compreender mais profundamente o pensamento estadunidense. O Conselho de Defesa Interamericano entendia que a situação política no Brasil ainda não era muito clara em agosto de 1945. Acreditava ainda que se o governo brasileiro tivesse um interesse real na modernização das suas Forças Armadas, seria necessário ao Conselho estudar a legitimidade das necessidades brasileiras, pois os Estados Unidos não queriam que o Brasil estivesse em posição de abastecer militarmente os países vizinhos. O Conselho de Defesa Inter-Americana enviou ao Brasil o general Ord com a finalidade de aproximar-se do Brasil e analisar os pedidos de equipamentos feitos pelos militares brasileiros. Entretanto, a decisão final sobre o possível envio de equipamentos pertencia ao Departamento de Estado estadunidense. Segundo a

¹²³ DAVIS, 1996. Pág. 75 – The Brazilian did not know that Berle's resistance was part of a larger struggle between the Department of State and the military over post-war policy in Latin America. The military was dominant during the war, but with peace the Department of State and the military over post-war policy in Latin America. The military was dominant during the war, but with peace the Department of State wanted to regain its pre-eminence in policy making. The arms standardization program offered an issue with the Department of State could test its strength.

documentação, havia pelo menos três fatores que deveriam ser levados em consideração para que fosse permitido o envio de armas ao Brasil. O Primeiro elemento a ser observado era se o Brasil teria capacidade produtiva bem como se as necessidades brasileiras seriam legítimas. Nos chama a atenção nesse item o fato de os Estados Unidos estarem preocupados com o surgimento de uma potência regional no continente. Havia a preocupação de saber se o Brasil realmente precisava daquele equipamento, no caso aqui, munições para diferentes calibres de armas ou se de alguma maneira os brasileiros poderiam chegar a produzir o tal equipamento. Em segundo lugar, a preocupação do Departamento de Estado era a posição de preponderância do Brasil na América Latina mediante o tipo de armas e munição de que disporia. Por último, deveria ser avaliado se o Brasil poderia em certo momento estar apto a exportação de munições e armamentos, o que ofereceria um risco para o projeto hegemônico dos Estados Unidos no continente.¹²⁴ Se compararmos o projeto desenvolvimentista das elites político-militares brasileiras perceberemos que é incompatível com as expectativas estadunidenses para o Brasil. Seria razoável pensar que nesse momento da História brasileira, transição entre Vargas e Dutra, o ideal de grandeza dessas elites locais ofereceria maior risco à hegemonia dos EUA no subcontinente do que possivelmente qualquer movimento de esquerda. Essa situação fica mais clara ainda quando após a avaliação da Munitions Control Section (MCS – Seção de Controle de Munições na sigla em inglês) não foi vista qualquer objeção ao fornecimento dos armamentos solicitados pelo Brasil. Além disso, na visão do governo dos Estados Unidos, os equipamentos comprados pelos brasileiros não fariam do país uma potência militar no continente.¹²⁵ A

¹²⁴ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Rolo 24; fotografias:0368 e 0369 – 27/08/1945: (...) I told him that we preferred to study the matter with relation to Brazil's own legitimate needs, and particularly the possibility that it might place Brazil in a position to supply neighboring countries. General Ord pointed out that the dismantling of the equipment lines in question was proceeding at such a rapid pace that he was afraid he would not be able to get the necessary clearance in writing in time to take advantage of the present circumstances. I told General Ord that, while this was unfortunate, it did not materially change the picture and that we still felt that the matter was too important to be handled on a hasty basis. (...) General Ord then asked if I could give him any idea as to what our decision would probably be in the event that the proposal reached the stage of actual negotiation. I told him that the Department's decision would probably depend entirely on the factors that I had previously mentioned; that is, (a) was the productive capacity well within Brazil's legitimate needs; (b) would it give Brazil a preponderant position in Latin America in respect of this type of munitions; and (c) WOULD IT ENABLE Brazil to enter the field of export to other and perhaps neighboring countries. (...)

¹²⁵ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Rolo 24; fotografia:0370 – 23/08/1945:

A Seção de Controle de Munições não vê objeção ao acordo projetado que provê a capacidade de "equipamentos de linha" para a fabricação de cartuchos a qual o Brasil deseja adquirir e deve ser adquirida pelo Brasil apenas. Além do mais, a posse desse equipamento de produção não coloca o Brasil em grande vantagem bélica. (Tradução Livre do Autor)

"The Munitions Control Section would see no objection to the projected deal provided the capacity of the "equipment lines" for the manufacture of cartridges which Brazil wishes to acquire may be absorbed

avaliação do corpo diplomático estadunidense indica a atenção dada ao Brasil e a preocupação no sentido de não permitir que o país não se tornasse uma potência regional.

Uma vez que os brasileiros continuavam pressionando os Estados Unidos para o fornecimento de equipamento bélico, inclusive de máquinas para a produção de munições e armas, o Exército dos EUA respondeu à Acheson com um estudo por meio do qual se afirmava que seria menos dispendioso equipar e treinar os militares na América Latina naquele instante em que tudo era menos custoso do que posteriormente quando as perspectivas sinalizavam que emergências tornariam o projeto muito mais inacessível. Em reunião entre militares, havia certa preocupação com uma possível aproximação do Brasil com quaisquer outras potências como a Inglaterra, por exemplo, mas também uma reação negativa do Brasil era esperada em caso de negação da ajuda.¹²⁶

Por um lado havia a preocupação de que o Brasil pudesse sair da área de controle dos Estados Unidos comprando e produzindo armas, por outro, o governo estadunidense compreendia que seria um bom negócio para ganhar mercado e vender muitos equipamentos utilizados durante a Segunda Guerra Mundial. A Foreign Liquidation Commission tinha a incumbência de aproximar-se da JBUSMC e analisar as necessidades das Forças Armadas brasileiras e oferecer produtos que estivessem disponíveis no mercado dos EUA.

É importante observar também que à medida que nos Estados Unidos se concebia o envio de armas para o Brasil, os militares norte-americanos procuravam tirar o máximo de proveito nos negócios. O grande interesse se concentrava nos gêneros agrícolas e nas riquezas naturais. Em março de 1946, Valentin Bouças, que nessa época era uma espécie de conselheiro de negócios do governo, recebe um telegrama de Spruille Braden no qual o sub-secretário da Secretaria de Estado dos EUA, responsável pela América Latina, sugere que o Brasil deveria estar encarregado de fornecer gêneros agrícolas para todo o mundo. Entretanto, notamos que o Brasil enfrentava dificuldades para cumprir o estabelecido, pois atravessava problemas com a logística

by Brazil alone. Furthermore, the possession of these lines should not make Brazil's position in the armament field top heavy.(...)"

¹²⁶ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 - Roll 24; serial 1492 – fotograma:0541 – 04/09/1945 :

[...] O General Hertford afirmou que uma falha em aprovar este projeto arriscaria o programa de padronização (*de armas*) no Brasil e o General Kroner que nós não deveríamos nos demorar em aspectos políticos pois isso poderia provocar uma reação de rejeição entre os brasileiros. (Tradução Livre do Autor)

"(...) General Hertford stated that failure to approve this project would jeopardize the standardization program in Brazil and general Kroner added that we could not overlook the political aspects of the Brazilian reaction to a rejection."

de transportes e distribuição da produção, o que naquele momento frustrou as expectativas estadunidenses.¹²⁷

Entretanto, se observarmos com um pouco mais de atenção, é possível notar que havia um problema que se concentrava, especificamente neste momento, no fato de que o Brasil receberia alguns dias adiante o ministro da indústria e comércio da Argentina com o objetivo de trocar cereais por borracha e pneus para fins militares. Os diplomatas dos EUA que cuidavam dos assuntos latino-americanos não viram com bons olhos a atitude do governo brasileiro. O ponto focal está no fato de o Brasil estar comercializando com a Argentina algo que o governo estadunidense esperava que se negociasse com os Estados Unidos. Paul Daniels reagiu ferozmente às críticas de setores da imprensa (dentre estes o Tribuna Popular – periódico comunista) e algumas lideranças políticas – não especificadas no documento – dizendo que seria oportuno a embaixada estadunidense oferecer ao Brasil o cancelamento do acordo sobre fornecimento de borracha (firmado em 1942) se assim aproovesse ao governo brasileiro. Paul Daniels sabia que essa sugestão não seria acatada pelo governo brasileiro se os conselheiros mais experientes do presidente brasileiro – que conheciam os benefícios do acordo – estivessem presentes na reunião. Para o diplomata, esse seria um mecanismo eficaz para silenciar aqueles que estivessem censurando aos EUA por suas negociações de borracha em troca de trigo. Segundo Daniels, a Argentina nunca poderia pagar os mesmos valores pela borracha brasileira que os estadunidenses pagavam, entretanto se o Brasil quisesse cancelar o acordo, isso livraria os norte-americanos de precisarem pagar mais caro pela borracha brasileira do que determinava pagar ao redor do mundo, considerando ainda que a ausência da borracha brasileira não provocaria um impacto considerável no mercado internacional.¹²⁸ Paul Daniels pareceu estar

¹²⁷ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 - Rolo 24; serial 1492 – fotograma:0125 – 20/03/1946:

No ano passado estimei os estados centrais do Brasil a produzir feijão, milho e arroz para corresponder ao apelo do presidente dos Estados Unidos de suprir o mundo com alimentos. Esta manhã recebi um telefonema do Rio dizendo que há um problema no transporte e que nós perderíamos grande parte da produção de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

“Last year I promoted Center states of Brazil to produce beans, corn and Rice to correspond the appeal of president of United States regarding supply of food for the world. This morning I received a telephone call from Rio saying due lack transportation we may lose great part crop São Paulo, Paraná and Rio Grande do Sul. (...)”

¹²⁸ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Roll 25, fotogramas: 0152 – 0153, 02/04/1946: Communist TRIBUNA POPULAR March 31 contains vicious article characterizing “Washington agreements” as responsible for inability of Brazil to obtain wheat from Argentina. Article states that normalization of Argentina – Brazilian Commerce would end the economic encirclement of the country by monopolistic North American Colonizing capitalism and states that powerful interests of Wall Street would care little if the Brazilian populace was left without bread. Article insists that only by exporting rubber and its manufactures to Argentina can wheat problem be solved. Similar criticism of crude rubber agreement hampering procurement needed wheat supplies has come from other sources including Brazilian officials.

incomodado com integrantes da elite brasileira que, na sua compreensão, era incapaz de reconhecer os benefícios concedidos aos brasileiros no processo de negociação com os Estados Unidos. Essa espécie de argumentação é recorrente nos documentos diplomáticos estadunidenses. O corpo diplomático estadunidense compreende seu papel de relevância na economia brasileira, mas não era este o único aspecto que eles pretendiam controlar. Se as reclamações a respeito dos negócios traziam certo desconforto ao corpo diplomático estadunidense, no Brasil o fato de as Forças Armadas brasileiras estarem negociando a compra de equipamentos bélicos em grandes proporções era motivo de preocupação para os EUA.

Um episódio ainda nos chama a atenção no que diz respeito à tentativa estadunidense de controle dos interesses brasileiros. Trata-se do contato brasileiro feito diretamente com a fábrica Winchester nos EUA para o fornecimento de rifles. O Departamento de Guerra norte-americano foi alertado das intenções brasileiras e do processo de negociação das armas com a missão de demover o governo brasileiro da compra. A intromissão tinha dois motivos diretos, o primeiro seria controlar os equipamentos das Forças Armadas brasileiras, pois não era projeto do Departamento de Estado que o Brasil tivesse tantas armas (300 mil rifles) e o segundo seria escoar o excedente de rifles produzidos durante o período da Segunda Guerra Mundial. De acordo com John Dreier da Comissão Especial de Assuntos Inter-Americanos salientou que não haviam meios legais de demover o governo brasileiro de comprar as armas ou impedir a exportação dos armamentos, mas que cabia aos diplomatas estadunidenses demover, desencorajar a transação, pois, nas palavras de Dreier “... é necessário manter os armamentos da América Latina dentro de proporções moderadas”. A recomendação veio seguida de uma ameaça a própria Winchester. A Winchester Arms Company estabelecera uma filial no México com a intenção de expandir a produção de cartuchos de calibre 32 e 38. Entretanto, o governo dos Estados Unidos impôs tantas taxas para a importação do produto que acabou desestimulando a produção no México. O caso foi demonstrado como uma política exemplar e uma possibilidade a ser adotada no caso brasileiro para impedir a venda de munições ou máquinas que possibilitassem a produção das munições e outros equipamentos. No mesmo documento, William Pawley, embaixador dos EUA no Brasil anexa uma última advertência

In view of the harm which is being done by attacks on rubber agreements which are by no means confined to communist circles, Dept may wish to consider advisability of making gesture of offering to cancel the basic rubber agreement of 1942 if such action is desired by Brazil. It is not believed that Brazil would request cancelation since the wiser counsels of those in FONOFF who are fully aware of benefits to Brazil of rubber agreement would probably prevail. Thus we would silence at no cost to ourselves the critics who are blaming our exclusive rubber purchase for the wheat shortage. Argentina presumably would not pay 60 cents per pound for Brazilian rubber in any event. If Brazil requested cancellation, small amounts available for export could not have a seriously disruptive effect on prices, and we would be relieved of obligation of buying Brazilian rubber at price far above world level. (...). Repeat to Buenos Aires

sobre a política hemisférica dos Estados Unidos (presidente Truman) direcionada à América Latina. Segundo Pawley

Todo esforço feito por um país do hemisfério para fabricar armamentos deveria ser desencorajado pois sucederia que a tentação para que outros façam o mesmo venha a ser grande. Seria sábio seguir a recomendação do presidente Truman na defesa do hemisfério na qual os Estados Unidos são responsáveis por prover quantidades adequadas de suprimentos militares para treinamento e assim prevenir uma corrida armamentista no hemisfério. (Tradução Livre do Autor)¹²⁹

Como temos notado, se no Brasil o interesse pelo desenvolvimentismo e a autonomia na condução de sua política armamentista repercutia na compra de equipamentos bélicos e mesmo nas tentativas de transação com outros países, entre os diplomatas estadunidenses a preocupação era conter o ímpeto do governo brasileiro em armar o país, pois temiam incentivar a criação de uma potência militar na América Latina ou mesmo alimentar possíveis regimes militares. Essa tendência não tinha respaldo por parte dos militares nos Estados Unidos que acreditavam que a melhor estratégia seria acompanhar de perto o processo de compras de armas, bem como o treinamento de militares. Assim, os EUA teriam como controlar o saber brasileiro, suas armas e o que mais isso pudesse implicar.

¹²⁹ LabTempo – UEM; NARA Records of the Department of State Relating to internal Affairs of Brazil - M 1492 – Rolo 25; fotogramas 0385-0386: (...) the following recommendation is being submitted for your approval: (1) We should suggest to the War Department that we believe they will agree that it would not be in the interests of Brazil to purchase these rifles at the present time, in view of the possibility that they may be able to acquire such weapons in appropriate amounts from surplus supplies if the Truman Bill passes Congress. The amount is, in fact, excessive for Brazilian needs, and it would be to our interests not to approve so large a sale of rifles to that country. (2) Although we we have no legal method of preventing the export of manufacturing plant, we should also discourage such a transaction because it is not in our interests, from the point of view of keeping armaments within moderate proportions in Latin America, to encourage the development of an arms manufacturing industry in any of the American republics.

The second recommendation above may be implemented by reference to the experience the Winchester Arms Company reports in its letter in regard to the manufacture of .32 and .38 caliber cartridge in Mexico. As a result of helping the Mexicans establish a cartridge manufacturing industry, the Winchester people found themselves completely excluded from the Mexican market by an excessive tariff and finally a refusal to grant import permits for this caliber ammunition under any conditions.
John C. Dreier

Every effort made by one country in the hemisphere to manufacture armaments should be discouraged because should one succeed the temptation for the others to follow suit would be too great. It is a much wiser policy to follow President Truman's recommendation on hemisphere defense in which the United States would play an important part in providing adequate quantities of military supplies for training and thereby assist in preventing armament races in the hemisphere.

William D. Pawley

Como pudemos perceber até o presente, o comunismo não se apresenta como a preocupação central dos Estados Unidos com relação ao Brasil. De acordo com o que pesquisamos, o comunismo brasileiro era combatido por mecanismos particularmente brasileiros. Entretanto, nos chama a atenção o fato de que as elites político-militares brasileiras causavam maior preocupação com seu projeto desenvolvimentista e sua intenção de criar um braço armado forte aos diplomatas estadunidenses do que exatamente o comunismo em nosso país. Não queremos menosprezar a influência do chamado “gigante do norte”, entretanto, como nos propusemos a observar a análise da diplomacia norte-americana sobre o Brasil durante o governo Vargas, é interessante notar, como se evidencia nos documentos diplomáticos, uma preocupação muito maior com esse projeto de modernização nacional do que com a esquerda brasileira.

A seguir, vamos analisar um segundo ponto de contato entre lideranças brasileiras e estadunidenses durante o governo Dutra. A formação da Escola Superior de Guerra (de agora em diante ESG) colocou frente a frente distintos interesses e projetos. O Brasil precisava da ajuda dos Estados Unidos para a constituição e formulação da ESG e os militares norte-americanos queriam acompanhar o desenvolvimento da Instituição.

A Escola Superior de Guerra, expectativas brasileiras e estadunidenses

A ESG cumpre um papel fundamental no contexto que estamos estudando. Trata-se de uma instituição diferenciada, pois se propõe reunir justamente as elites intelectualidades civis e militares, formando uma intelectualidade orgânica, responsável por cultivar o projeto de desenvolvimentismo o qual temos abordado. Corresponde a ESG, na concepção militar, à função de criar estratégias, a princípio de Defesa Nacional e, uma vez que o perigo de um conflito militar externo tenha passado desenvolver um projeto de modernização, progresso e desenvolvimento nacional. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) aparece aqui como objetivo elementar da Escola Superior de Guerra. O conceito que essa doutrina comporta é mais amplo, pois visa a ampliação da tarefa de proteção da própria nação a população de maneira geral. De acordo com FERRAZ (1997), a mobilização nacional sugerida pela (DSN) passou a significar “desenvolver o potencial da nação”, ou desenvolvê-la.¹³⁰ Para efeito de estudo dessa instituição, recorreremos também a um aspecto levantado por DUROSELLE¹³¹ com relação a questão da política adotada por um Estado Nacional, em que o poder do qual o líder é investido obriga-o a considerar ou a pensar em considerar que seus objetivos coincidam com o interesse

¹³⁰ p. 93

¹³¹ DUROSELLE, 2000; pág. 133.

nacional. Assim, podemos enunciar que os interesses desenvolvidos pela ESG, foram dessa maneira desenvolvidos na crença de que seu projeto seria também do interesse nacional.

Neste tópico, vamos analisar primeiramente o contexto interno no campo das Forças Armadas durante o Governo Dutra, com a intenção de reconhecer os projetos político-militares de nosso país na perspectiva dessas elites brasileiras. Em seguida, em comparação com as perspectivas e projetos brasileiros, vamos apresentar a perspectiva estadunidense sobre a criação da ESG e sobre o projeto de desenvolvimentismo brasileiro. Ao longo deste capítulo, vamos apresentar o significado do desenvolvimentismo nacional, palco de tensões e cooperação entre Brasil e Estados Unidos.

A ESG: Perspectivas brasileiras

A fundação da Escola Superior de Guerra já era um projeto antigo das Forças Armadas brasileiras, remontando às décadas de 1920 e 1930. Após a Segunda Guerra Mundial, as necessidades militares se transformaram no Brasil. Era necessário redefinir o papel das Forças Armadas e preparar a nação para o novo contexto nacional e internacional. Sobre este ponto, REZNIK cita Cordeiro de Farias, futuramente um dos dirigentes da Escola Superior de Guerra, e conclui que

Do ponto de vista de Cordeiro de Farias, a guerra representou um momento de internalização do conceito de segurança. A guerra passou a ser “total”, já que o poderio bélico ampliara-se, particularmente as possibilidades da aviação militar (...) Atestava que toda a população de um país deveria se preparar “com noções de segurança nacional.”¹³²

Segundo REZNIK, na mentalidade de Cordeiro de Farias, a Escola Superior de Guerra seria o instrumento ideal no Brasil a corresponder às necessidades da nação no novo contexto de Guerra Fria e no contexto de guerra total, sendo, para ele, um dos pilares de (re)fundação da nação. Surgira aqui o conceito de Segurança Nacional, a busca pelo bem-estar na nação. Seria responsabilidade do Estado “a formulação de uma política de segurança nacional capaz de salvaguardar os objetivos nacionais”.¹³³ A guerra deveria ser pensada em termos totais e a questão da segurança nacional passou a ser vital quando os militares perceberam que a

¹³² REZNIK, 2004; pág. 33.

¹³³ Op. Cit. Pág. 34

população civil fora afetada pela guerra, ou seja, esta não era mais travada na fronteira, envolvendo apenas militares. Cordeiro de Farias, futuro comandante da ESG “ressaltava que a Segurança Nacional somente adviria de uma colaboração mútua entre civis e militares”.¹³⁴ É importante frisar que o interesse primordial seria aglutinar elites civis e militares que pudessem pensar como guiar e conduzir o povo brasileiro que, na concepção desses grupos, era imaturo e suscetível a ideologias como o comunismo soviético. Entre os militares, compreendia-se que a questão de Defesa Nacional era também uma questão de soberania nacional, ou seja, os militares seriam capazes de criar estratégias próprias de segurança e desenvolvimento nacionais, de maneira que o próprio surgimento da Escola Superior de Guerra pode ser visto como parte do processo de concepção da Doutrina de Segurança Nacional. Isso denota que, entre os militares brasileiros, mesmo aqueles de tendência internacionalista, não havia a intenção de aproximar-se dos EUA para a constituição da ESG com o objetivo de subjugar ideologicamente os militares tupiniquins e mesmo o país aos interesses estrangeiros. Os militares acreditavam que sua liderança poderia levar o país a uma autonomia decisória e que esta livraria o país do comunismo e ainda promoveria o desenvolvimentismo nacional. Até este ponto, encontramos dentro da instituição militar concordância. A Doutrina de Segurança Nacional vislumbrava o desenvolvimento do país. No entanto, na estratégia utilizada para este fim, estavam implícitos dois itens – a associação aos Estados Unidos seria vital tanto para o escoamento de matéria-prima e a compra de equipamentos de alta tecnologia. Nessa tendência desenvolvimentista, destaca-se o segundo item, a compra de equipamentos de alta tecnologia, implícito a toda a ideologia da DSN e mesmo intrínseco ao primeiro item, venda de matéria-prima, que seria o combate a qualquer ideologia ou grupo que se opusesse a realização do primeiro item.

Na mentalidade das elites civis e militares, as doutrinas socializantes poderiam ser a princípio, as teorias que trariam maior risco à realização de seu projeto. Ao aliar-se aos Estados Unidos, o Brasil posicionava-se em termos de política global ao lado deste país. Entretanto afirmar que os brasileiros atacaram seus comunistas por mando dos estadunidenses é muito perigoso. Isso porque cada país é constituído de uma mentalidade própria, ou seja, o anticomunismo brasileiro, como temos afirmado constantemente, é peculiar. FERRAZ utiliza uma citação de Cordeiro de Farias que nos ajuda a conhecer um pouco melhor como os oficiais brasileiros encaravam o comunismo. Para Cordeiro de Farias, os Estados Unidos queriam aliados que adotassem integralmente seus modelos, mas Farias salientou que o Brasil tinha outras prioridades como o desenvolvimento interno ao invés da política global focalizada pelos próprios estadunidenses. Segundo o relato de Farias, os oficiais estadunidenses só

¹³⁴ FERRAZ, 1997; pág. 27.

compreenderam a “sociologia” do discurso do brasileiro após uma turnê pelo Brasil.¹³⁵ Além disso, o comunismo não estava entre as primeiras prioridades para as elites que compunham a ESG, a menos quando se tratava de impedimento do desenvolvimento nacional. Entretanto, é preciso pensar que para a realização completa dessa meta, as elites brasileiras necessitariam da proximidade com os Estados Unidos. O governo estadunidense tinha uma série de outras prioridades a frente de colaborar com o desenvolvimento e modernização brasileiros. É preciso ainda considerar a sugestão do governo dos Estados Unidos de que o fortalecimento da economia brasileira deveria vir através de concessões de exploração das riquezas naturais do país – o que não agradava às elites brasileiras. Levando em conta os dois aspectos mencionados, é possível concluir que o desenvolvimentismo brasileiro era observado com ressalvas pela diplomacia dos EUA, o que poderia limitar a esfera de ação das elites político-militares brasileiras.

As estratégias utilizadas visando os fins supracitados começaram a levar a disputas entre os militares brasileiros. O Clube Militar passou a ser um dos palcos dessas discussões tendo em vista que ali qualquer assunto poderia ser discutido sem haver a preocupação de quebra de comando ou desrespeito a patentes militares.¹³⁶ Segundo DAVIS, uma vez convencidos do valor dos métodos norte-americanos, o politicamente importante corpo de oficiais formados seria um forte contrapeso aos militares nacionalistas e às tendências esquerdistas dentro dos círculos militares e políticos. Nessa linha de pensamento, o treinamento e educação eram ferramentas para a manutenção da influência, especialmente quando aplicada aos níveis de avanço da escola militar.¹³⁷

Notavelmente e para efeitos de estudo, categorizamos os militares politizados em basicamente dois grupos distintos que caracterizamos como nacionalistas e internacionalistas. Os nacionalistas, tratados como a “esquerda” militar, alertavam sempre para o perigo de uma associação com os Estados Unidos o que, na concepção desse grupo poderia levar as Forças Armadas brasileiras bem como o país a uma política entreguista. Esses militares entendiam que havia uma cobiça às riquezas nacionais brasileiras lhes cabendo o papel de garantir a proteção desses recursos naturais e o seu controle por brasileiros. Propunham, portanto, um processo de desenvolvimento nacional que valorizasse os recursos naturais do país e os explorasse com capital nacional. Os chamados internacionalistas por sua vez, tendiam a uma associação com os estadunidenses, pois pensavam que essa aliança projetaria o Brasil como uma potência internacional, promoveria o desenvolvimentismo do país atraindo capital e treinamento norte-

¹³⁵ FERRAZ, 1997; pág. 124.

¹³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. P. 304.

¹³⁷ DAVIS, 1996; pág. 87.

americano. Ponderações devem ser feitas aqui. Os nacionalistas não podem ser julgados ou catalogados como comunistas apenas por resistirem ao imperialismo dos Estados Unidos, assim como os internacionalistas não podem ser catalogados como pró-imperialistas. É compreensível que houvesse hostilidades entre os dois grupos e que se rotulassem mutuamente, mas é importante lembrar que ambos desejavam o desenvolvimentismo nacional, o que DAVIS (1996) chama de grandeza.¹³⁸

Os militares brasileiros que desejavam a maior aproximação com os norte-americanos para a execução de uma instituição aglutinadora do projeto de desenvolvimentismo nacional, provavelmente demoraram a se dar conta de que a ajuda estadunidense objetivava o controle do país a partir dessa instituição, a ESG. Compreendemos essa instituição militar de maneira elitista, vinculada ao governo e, portanto, representante dos interesses da sua elite dirigente. Essa instituição representa as elites orgânicas concebidas por Gramsci como o grupo responsável por doutrinar e dominar o povo. A Escola Superior de Guerra visava a tomar a dianteira em relação à sociedade civil, justificando protegê-la de si própria, utilizando para isso o que Hugues Portelli chama de “coerção inteligente”, eventualmente podendo enfrentar alguma coalizão hostil.¹³⁹ De acordo com FERRAZ, a partir dessa conceituação gramsciana

(...) investigar a atuação das Forças Armadas na política brasileira entre as décadas de 1940 e 1960 implica em abordar a formação de elites militares e civis, dentro e fora do Aparelho de Estado, no sentido de uma ação estratégica para a conquista do Estado e de uma hegemonia sobre a sociedade. (...) a Escola Superior de Guerra pode ser concebida como uma instituição solidamente ligada a fração hegemônica do partido militar, constituindo-se, assim, num ponto de encontro e formação de uma elite orgânica no Brasil, reunindo a alta hierarquia militar com setores ligados às classes dominantes brasileiras.¹⁴⁰

Por isso, nessa concepção, os interesses do Estado, presentes nos interesses da própria Escola Superior de Guerra, eram considerados como os legítimos interesses nacionais e quem os combatesse estaria se levantando contra a nação. Dentro do país, a elite orgânica político-militar enfrentou a resistência de comunistas que eram contrários a esse modelo de projeto desenvolvimentista. Esse grupo foi combatido, corroborando com a tendência hemisférica, entretanto, não pelas mesmas razões que os Estados Unidos pretendiam, ou seja, por uma

¹³⁸ Op. Cit. Pág. 63.

¹³⁹ PORTELLI, 2002. Pág. 91.

¹⁴⁰ FERRAZ, 1997; pág. 65.

questão ideológica capitalista, mas pelo fato de os comunistas analisarem a aproximação com os EUA como a aceitação do imperialismo estadunidense em território brasileiro.

A ESG: Perspectivas estadunidenses

Até aqui observamos o surgimento da Escola Superior de Guerra na perspectiva dos interesses dos militares brasileiros no contexto brasileiro. Entretanto, nosso objetivo central é observar como os militares e diplomatas estadunidenses analisaram o processo de criação dessa instituição. A documentação produzida pelo serviço diplomático dos EUA no Brasil dá conta de registrar os primeiros sinais de intenção brasileira de constituir uma Escola de Guerra por volta de meados de 1947.¹⁴¹ Sabemos através da bibliografia combinada com a documentação que oficiais e diplomatas estadunidenses estiveram em todo o processo de constituição da Escola Superior de Guerra. Além do National War College servir como paradigma, oficiais estadunidenses estabeleceram as matérias que seriam estudadas nessa instituição, eles instruíram os instrutores brasileiros. Tudo passou pela observação acurada da diplomacia e dos militares norte-americanos. A influência é inegável, mas não é a única e tampouco é forte o bastante, no que concerne ao período histórico abordado, para cooptar a identidade nacional e os interesses brasileiros de maneira que o Brasil adotasse como seus os princípios adotados nos Estados Unidos.

Em relação à grande potência continental, a intenção brasileira de constituir uma Escola de Guerra foi bem recebida. Havia disputas internas nos Estados Unidos entre militares e diplomatas sobre a natureza da colaboração na constituição da ESG e do desenvolvimento industrial e militar que deveria ser dada ao Brasil. Entretanto, a sugestão da criação de uma escola de guerra para os militares brasileiros foi reconhecida como um mecanismo interessante pelos militares e mesmo pelos diplomatas estadunidenses para divulgar e inculcar nos brasileiros a importância de seguir os paradigmas norte-americanos. Washington reconhecera que tanto a ESG quanto a ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército) seriam

¹⁴¹ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotografamas 0192 e 0193; 11/04/1947.

(...)O almirante Lovette demonstrou profundo interesse neste plano (criação da ESG) que foi apresentado pelo general Obino e outros militares de alto escalão das Forças Armadas brasileiras... e adicionou que a proposta tinha recebido a aprovação dos Departamentos da Guerra e da Marinha dos Estados Unidos. (Tradução Livre do autor)

[...] Admiral Lovette accented the deep interest in this plan that is shared by General Obino and other ranking Brazilian military and naval authorities and added that the proposal had received the approval of the War and Navy Departments of the United States.

duas instituições que poderiam servir para transmitir/expandir doutrinas estadunidenses e acabar servindo para os fins desejados pelos Estados Unidos. Entre os diplomatas estadunidenses desejava-se e acreditava-se que a ESG seria o mecanismo ideal para divulgar e inculcar nos brasileiros seu projeto particular e assim, através dessa instituição – sabidamente da parte do governo estadunidense uma instituição altamente influente e amalgamadora de elites hegemônicas nacionais – poder controlar o país.

Após concordar com a possibilidade da constituição de uma escola militar no Brasil, o governo dos Estados Unidos imediatamente deixou muito transparente o quanto seu corpo militar e diplomático se envolveria com o projeto. Em maio de 1947, Eisenhower enviou uma mensagem para a Secretaria de Estado na qual afirma que o General Obino tinha pressa na aprovação do projeto pelo governo dos EUA e que os militares dos EUA deveriam evitar ter responsabilidades.¹⁴² Na documentação relacionada ao assunto, fica evidente que o Brasil deveria se responsabilizar por todos os custos que incluíssem qualquer participação dos Estados Unidos na constituição da ESG.¹⁴³

A coordenação de todo o projeto de estabelecimento dessa escola militar brasileira deveria ser acompanhada de perto pela JBUSMC e dessa Junta seria a avaliação final do projeto. Entretanto, segundo o que pudemos observar, apesar de a equipe responsável pela análise do

¹⁴² LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotograma 0196 – 15/05/1947:

(...)Se o projeto for aprovado, creio que os brasileiros deverão apresentar um Comandante do Colégio, e que os três funcionários que enviaremos, chefe do Exército, Marinha e Força Aérea do Colégio, deverão ser já reformados ou devem se aposentar para a realização da tarefa. Assim, poderíamos contribuir ao máximo e ainda evitar uma responsabilidade direta em uma atividade deste tipo. Além disso, o funcionário aposentado estaria disponível para um período mais longo na atividade do que oficiais que estão na ativa. (Tradução Livre do autor)

[...]If the Project is approved, it is my own belief that the Brazilians should furnish a Commandant of the College and that the three officers we send, one each to head the Army, Navy and Air Forces of the College, should either be already retired or should retire for the purpose. Thus we could help to the maximum degree and still avoid a direct responsibility for an activity of this kind. Moreover, the retired officer would be available for a longer period than would normally be the case if we should use active duty officers.

¹⁴³ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotograma – 08/05/1947:

(...)4. e 5. O Departamento da Guerra apoiará a formação da Escola Nacional de Guerra ao máximo da sua capacidade, incluindo o fornecimento de materiais para instrução conforme houver disponibilidade. No entanto, devido à legislação que determina como o Departamento de Guerra dos EUA (e Marinha e Força Aérea) deve funcionar, a nossa capacidade de fornecer material gratuito é restrita. É possível que alguns custos serão repassados ao Brasil na aquisição do material necessário. (Tradução Livre do autor)

[...]4. And 5. The War Department Will support the Brazilian National War College to the utmost of its ability, including the furnishing of such instructional material as is available. However, due to the laws under which the U.S. War Department (and Navy and Air Forces) must operate, our ability to furnish material free charge is restricted. It is possible that certain costs to Brazil will accrue in acquiring the needed instructional material.

projeto de constituição da ESG ser toda de militares estadunidenses, quem escolhera os militares que avaliaram todo o projeto foi o próprio general Salvador Cesar Obino¹⁴⁴. A constituição da ESG foi iniciativa do alto oficialato brasileiro, portanto, ainda que contasse com a ajuda dos Estados Unidos na constituição da mesma, isso não significa que os brasileiros permitiram a implantação de um sistema puramente estadunidense na Escola Superior de Guerra. Assim, podemos afirmar que a elite militar brasileira não estava sendo subserviente aos militares estadunidenses ao solicitar que viesse a partir dos EUA um estudo para a constituição da ESG. Esse ponto está de acordo com o pensamento estadunidense.

A ordem para os militares estadunidenses que organizavam a estrutura da Escola era a de não alterar a estrutura militar e os procedimentos já adotados até então pelos próprios militares brasileiros.¹⁴⁵ A justificativa era a de que os métodos brasileiros eram considerados bons, na

¹⁴⁴ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotografamas 0212-0220 – 26/02/1947 (0220):

(...)Capitão CJ Wheeler - Representante – EUA Seção da Marinha - JBUSMC

Col. Edward M. Starr - Representante - Seção EUA Exército

Col. Fred M. Dean - Representante - Seção EUA Força Aérea

Tenente Coronel Walter J. Bryde - Representante - Seção EUA Exército

O abaixo-assinado, em conformidade com o desejo de Gen. Ex. Salvador Cesar Obino, tal como expresso em 25 de fevereiro de 1947 na reunião da JBUSMC, decide nomear os agentes acima citados como um conselho para preparar e apresentar um estudo pessoal para a Escola Superior de Guerra do Brasil para a consideração da Delegação da JBUSMC. Será considerada a missão da ESG e âmbito de aplicação, relativamente a JBUSMC, a sua organização básica e sua posição no sistema escolar global militar do Brasil. (Tradução Livre do autor)

[...]Capt. C. J. Wheeler – Representative – US Navy Section – JBUSMC

Col. Edward M. Starr – Representative – US Army Section Ground

Col. Fred M. Dean – Representative – US Army Section Air

Lt. Col. Walter J. Bryde – Representative – US Army Section Ground

The undersigned, pursuant to the desires of Gen. Ex. Salvador Cesar Obino, as expressed 25 February 1947 in meeting of JBUSMC, hereby appoints the above named officers as a Board to prepare and submit a staff study of the proposed National War College of Brazil for consideration of the US Delegation JBUSMC. Considerations will be given to the advisability of such a College, its mission and scope, relation to JBUSMC, its basic organization and its position in the overall military school system of Brazil.

¹⁴⁵ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotografamas 0227 – 0228 – 28/02/1947:

(...)Devido ao fato de a missão dessa escola ser paralela à missão da JBUSMC conforme recomendação contida na nota n. 16 e ter a maior influência sobre o alto escalão dos oficiais brasileiros, são considerados de importância vital para todo o projeto os seguintes itens:

a. Responsabilidades dos funcionários dos Estados Unidos em serviço na escola. Acredita-se que devam colaborar além da capacidade de conselheiros diretores; que a responsabilidade pela operação das escolas deve caber inteiramente ao Governo Brasileiro e o chefe da escola deve ser um funcionário devidamente qualificado como oficial(is) brasileiro(s).

b. Relações dos Diretores de plantão da JBUSMC dos Estados Unidos com a escola. Os oficiais devem agir sem responsabilidade de comando e devem estar subjugados ao comando dos oficiais estadunidenses da JBUSMC.

c. Relações com o Sistema da Escola do Exército. A criação desta escola não deve de forma alguma prejudicar o atual sistema escolar do Exército brasileiro considerado favoravelmente quando comparado com o dos Estados Unidos e é considerado um dos melhores. (Tradução Livre do autor)

verdade, para parafrasear o Brigadeiro, um dos melhores. Entretanto, poderíamos nos questionar para quem e em que medida seriam bons, pois os métodos brasileiros necessitavam de aprimoramento na avaliação dos próprios militares brasileiros que, no contexto de desenvolvimentismo que temos abordado, visava à constituição de uma Escola Militar que fosse compatível com o novo contexto interno brasileiro em primeiro lugar e depois compatível com o novo contexto internacional.

A aproximação das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos era motivo de desconforto para vários grupos no Brasil, não apenas aqueles vinculados a esquerda. Havia a preocupação de que a aproximação dos militares brasileiros com os EUA pudesse levar o país a uma perda de identidade e subjuguá-lo ao imperialismo estadunidense. Já explicamos anteriormente que as intenções militares brasileiras eram o aprimoramento e desenvolvimento de um braço armado autônomo e forte e que a aproximação com os estadunidenses visava levar o país a esse processo. Entretanto, na opinião da diplomacia militar estadunidense, esses objetivos pareciam não estar esclarecidos para a população brasileira de maneira geral, inclusive para a imprensa. Em uma reunião com o Coronel de Infantaria Edward M. Starr, Obino teria demonstrado incomodado com alegações de alguns jornais (O Globo e O Jornal) que teriam alegado que o Brasil estaria adotando métodos e doutrinas dos Estados Unidos no processo de aproximação militar com este país.¹⁴⁶

[...]Due to the fact that the Mission of this school will parallel the mission of JBUSMC as contained in Recommendation n. 16 and will have the greatest influence on high level Brazilian officers, considered of vital importance to the entire project are the following:

- a. Responsibilities of the United States officers on duty with the school. It is believed they should function more in the capacity of advisers than directors, that the responsibility for the schools operation should rest entirely with the Brazilian Government and the head of the school should be a properly qualified Brazilian officer or officers.
- b. Relationship of United States Officers on duty with the school with JBUSMC. Officers assigned should be on a mission status without command responsibility and be assigned to and under the control of the respective Members of US Delegation of JBUSMC.
- c. Relationship with existing Army School System. The establishment of this school must not in any way disrupt the existing school system of the Brazilian Army compares favorable with that of United States and is considered to be one of the best.

¹⁴⁶ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 23; fotografamas 0236-0239 – 02/04/1947:

(...) Durante a conversa, o General Obino afirmou que foi citado por dois jornais “O Globo” e “O Jornal” que afirmaram que ao treinamento e doutrina militares brasileiros estavam sendo incorporadas as doutrinas estadunidenses. Ele afirmou que foi citado de forma completamente equivocada e que os artigos publicados não eram factíveis.

[...]During the conversation General Obino stated that recently he had been quoted in two newspapers “O Globo” and “O Jornal” as advocating Military training and doctrine other than what advocated by United States. He stated that he had been completely misquoted and the articles published were not factual;

Podemos notar que os Estados Unidos estiveram profundamente envolvidos em todo o processo de formação e estruturação da ESG. No nosso entendimento, essa aproximação foi racionalizada pelas elites militares brasileiras. Entretanto, toda essa aproximação consciente visava à melhoria das condições, métodos, equipamentos e pessoal que compunham as Forças Armadas. Para os brasileiros, representava a possibilidade real de uma evolução sensível e um desenvolvimento nacional (considerando-se a perspectiva militar de salvação nacional). Entretanto, na perspectiva estadunidense, a formação da ESG nos moldes do National War College, seria uma oportunidade ímpar para infundir diretamente entre as elites político-militares brasileiras a dependência, valores e conceitos estadunidenses, cumprindo assim, um importante papel no exercício da sua hegemonia. Portanto, a fundação da Escola Superior de Guerra pode ser considerada um dos palcos para a disputa entre as perspectivas brasileiras e estadunidenses. Considerando a ESG como pólo aglutinador das elites político-militares brasileiras e sabendo que esta reuniria elites civis e militares para treinamento (concebendo o conceito de Segurança Nacional), consideramo-la a elite orgânica que corresponde ao papel de ligar superestrutura e estrutura como concebe Gramsci. Sabendo da importância dessa intelectualidade para a formação do padrão de mentalidade nacional, os Estados Unidos pretendiam influenciar justamente esta instituição. Entretanto, no cerne de formação da ESG, a intencionalidade de sua criação remete justamente à perspectiva que outro grupo - elites político-militares brasileiras - tem de dominação nacional. Como é possível notar, até aqui não fizemos qualquer menção a comunistas. No que diz respeito a documentação militar do respectivo período, há pouca ênfase¹⁴⁷ neste aspecto, o que nos leva a pensar que talvez a

¹⁴⁷ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 25; fotografias 1258-1265 – 16/04/1948 a 27/07/1948.

Encontramos apenas uma referência aos comunistas em toda a documentação propriamente militar. Em abril de 1948 ocorreu um acidente na base militar de Deodoro. Uma explosão na Bse provocou um incêndio. Segundo a imprensa, a explosão ocorrida em um depósito de armas e munições teria matado dezenas de pessoas. Na documentação emitida pela embaixada dos EUA para a Secretaria de Estado a informação seria de que o oficial responsável pelo depósito teria afirmado que o incêndio começara graças a um toco de cigarro que um empregado descuidado teria deixado cair e não acreditava em sabotagem. Em 16/04/1948 o Ministério da Guerra do Brasil emitira um comunicado de que teria sido aberto um inquérito dentro do próprio Exército e que policiais também estariam investigando o caso paralela e independentemente. O embaixador estadunidense fez questão de alegar que havia uma suspeita de que o ocorrido fosse resultado de sabotagem. Durante os dias que se seguiram, a embaixada emitiu diversos documentos atualizando a Secretaria de Estado americana indicando que a suspeita da imprensa brasileira era que o “incidente” tivesse ocorrido por sabotagem comunista. O próprio oficial responsável pelo depósito mudara seu discurso no dia seguinte alegando uma possível sabotagem da esquerda nacional. Interessantemente, sem qualquer laudo técnico, a imprensa teria noticiado a prisão de comunistas (entre 200 e 300) que foram catalogados como “suspeitos”. A imprensa brasileira teria comparado o “vandalismo” (mesmo sem qualquer prova) com as ações comunistas em Bogotá. Acusados nos jornais, os comunistas brasileiros já eram culpados, pois nas reportagens dos periódicos brasileiros havia uma onda de sabotagem sistemática em toda a América Latina. Entretanto, em 22 de abril o secretário da embaixada estadunidense relata que o governo brasileiro já sabia que o ocorrido na Base de Deodoro fora um acidente e que a prisão dos comunistas

preocupação do governo dos EUA com o desenvolvimentismo brasileiro fosse um problema maior do que a ideologia de esquerda no Brasil.

Ao observarmos as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no campo das Forças Armadas, na perspectiva estadunidense, aparenta que em muitos momentos o Brasil foi, para os EUA, apenas um “parceiro” econômico com quem muitas vezes teve certa limitação ao negociar. Apesar da posição estratégica do Brasil na América do Sul, o país nunca recebeu qualquer tratamento preferencial. Tendo em vista o projeto de equipar melhor suas Forças Armadas, o Brasil acabou servindo de receptáculo para o excedente da produção bélica estadunidense, principalmente aquela considerada obsoleta. Absolutamente cada passo do projeto de desenvolvimentismo nacional brasileiro foi cuidadosamente observado pela diplomacia e militares norte-americanos. Seu interesse em manipular as elites intelectuais brasileiras tinha objetivos claros. Impedir o surgimento de uma potência militar regional (que futuramente pudesse entrar em conflito com os interesses dos EUA) e chegar a ter um caminho facilitado para a negociação de matéria-prima com o Brasil.

Gostaríamos de ilustrar o pensamento da diplomacia estadunidense a partir de um caso que chama a atenção na documentação diplomática dos EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas brasileiras conduziram ao Brasil oito destróieres utilizados por brasileiros na guerra. Em 1947 o Brasil ainda não havia se manifestado sobre o assunto, o que trazia certo desconforto para alguns diplomatas na Embaixada norte-americana no Brasil e mesmo para alguns diplomatas nos Estados Unidos. Entretanto, o governo dos Estados Unidos entendeu que seria um ônus maior do que qualquer benefício solicitar que o Brasil devolvesse o equipamento tendo em vista que os navios haviam se tornado a coluna cervical da marinha brasileira. Além disso, na opinião dos diplomatas estadunidenses, quase todos os brasileiros sentiam que sua cooperação no esforço de guerra lhes dava o direito de reter os navios que estavam sob seu comando.¹⁴⁸ É possível pensar que na perspectiva estadunidense, o Brasil audaciosamente

teria sido uma ação preventiva contra grupos de esquerda que quisessem se manifestar por ocasião do 1º de maio. Assim, a única menção em documentos militares do NARA sobre os comunistas, não se tratava exatamente da ação de comunistas mas da ação do governo brasileiro contra o comunismo. (Tradução Livre do Autor)

¹⁴⁸ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 25; fotografamas 0632-0634 – 22/09/1947. To: The Ambassador; From: David Mck Key (do Foreign Service).

Assunto: Comentários sobre a venda de navios excedentes da Marinha dos Estados Unidos, com exceção de oito destróieres de escolta, para o governo brasileiro. (Tradução Livre do Autor)
Subject: Comments on Proposal to sell surplus United States Naval Vessels, except Eight Destroyer Escorts, to Brazilian Government.

LabTempo – UEM – NARA – M 1492 – Rolo 25; fotograma 0698 – 30/12/1947: O Brasil se ofereceu para pagar os destróieres. O governo dos EUA vendeu cada um por \$ 10.000,00. David Key do Foreign Service

superestimava sua participação na guerra, mas que a tentativa de reaver os destróieres de escolta poderia provocar um incidente diplomático indesejado.

Outra perspectiva da diplomacia estadunidense sobre as Forças Armadas brasileiras indicava que o Brasil representava um excelente mercado consumidor sobre o qual se deveria ter constante controle sobre o comércio de equipamentos bélicos. Havia nos EUA diplomatas que recomendavam cuidado para que as relações com o Brasil fossem bem dirigidas, pois havia um grande interesse na matéria-prima do país. Em documento enviado por Dwayne Clark da embaixada brasileira a Mr. Daniels do Office of American Republic Affairs, Clark afirma que não seria sábio emitir qualquer juízo de valor sobre as ações do governo brasileiro em qualquer circunstância, pois acreditava que havia razões para que os EUA sempre estivessem próximos do Brasil e fornecessem a este país o que fosse solicitado por eles, pois o Brasil dispunha de recursos naturais dos quais os Estados Unidos sempre precisariam.¹⁴⁹

Assim, ao longo do governo Dutra, notamos nas relações militares entre Brasil e Estados Unidos, uma distinção nos interesses e perspectivas que ambos nutriam um com relação ao outro. Os brasileiros esperavam utilizar seu prestígio e proximidade com os EUA no pós-guerra para alavancar um profundo processo de desenvolvimento nacional que incluía uma reforma nas Forças Armadas. Esse projeto de desenvolvimento nacional por sua vez, era visto pela diplomacia estadunidense como uma ameaça à sua hegemonia no continente. Entretanto, as elites intelectuais norte-americanas muitas vezes falharam em demover o Brasil de seu propósito. No caso da ESG, por exemplo, tanto Brasil quanto EUA concordavam em estruturar e fundar uma escola que reunisse civis e militares que elaborassem um amplo projeto de Segurança/Defesa Nacional. Entretanto, se para os militares norte-americanos a ESG seria um local de propagação ideológica, para os militares brasileiros seria um local para a projeção do Brasil a um novo patamar no contexto internacional. Para todos os efeitos, se Gramsci concebia hegemonia como o exercício da força amalgamada ao consenso, é preciso compreender que os Estados Unidos precisaram compreender e respeitar as particularidades das elites político-militares brasileiras que nem sempre foram compatíveis com o que objetivava a perspectiva estadunidense.

em carta a Allan Dawson, então chefe da Divisão de Assuntos Brasileiros ironicamente afirmou que o Brasil pagou \$ 9.999,00 a mais do que pretendia pagar pelo equipamento. (Tradução Livre do Autor)

¹⁴⁹ LabTempo – UEM – NARA Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil – M 1492 – Rolo 25; fotograma 0940 – 10/01/1949.

Considerações Finais

Quando iniciamos esta pesquisa, a nossa intenção era analisar a perspectiva estadunidense a respeito do comunismo nas Forças Armadas brasileiras a partir de um acervo documental da diplomacia estadunidense, hoje reunida no National Archives Record Administration (NARA). Entretanto, no decorrer da pesquisa, a documentação nos chamou a atenção para outra direção. Notamos que na perspectiva diplomática estadunidense o governo brasileiro coibia de forma adequada a ação comunista no país. Não encontramos evidências por meio da documentação que pesquisamos de que a diplomacia estadunidense tenha exercido pressão sobre o governo brasileiro no sentido de perseguir comunistas. Mais que isso, foi possível constatar que o governo brasileiro tinha razões próprias para impedir o avanço do comunismo no Brasil.

Pudemos perceber que reunidos no propósito de tornar o Brasil uma potência industrial, moderna e progressista, as elites político-militares brasileiras buscaram uma aproximação ao governo dos Estados Unidos a fim de atrair capitais para a realização do seu projeto. Esse capital teria duas finalidades básicas, o investimento em indústrias de base e a compra de equipamentos bélicos. A diplomacia dos Estados Unidos observou esse processo com atenção, pois não desejava o surgimento de uma potência regional que posteriormente pudesse criar algum tipo de rivalidade continental com os próprios EUA.

De forma essencial, este é um trabalho de perspectivas. Após a Segunda Guerra Mundial, as elites político-militares brasileiras pensavam que colheriam privilégios dos Estados Unidos por terem colaborado diretamente no esforço de guerra. O governo brasileiro contava com o apoio estadunidense através de investimento de capitais que, segundo o governo brasileiro, seriam revertidos de tal maneira a levar o Brasil a um considerável desenvolvimento. Entretanto, essa não era a perspectiva estadunidense que esperava o combate ao comunismo, o novo inimigo, por parte dos países da América Latina. Essa era a prioridade do governo dos EUA. A doutrina Truman transformou a doutrina Monroe em uma doutrina global. Dessa maneira, investir no Brasil não parecia ser uma prioridade para o governo dos Estados Unidos.

É importante salientar que a hegemonia estadunidense não foi ameaçada no Brasil. Mas não podemos afirmar que o anticomunismo brasileiro era produto direto do exercício da influência estadunidense. Os comunistas apresentavam um obstáculo ao projeto desenvolvimentista elaborado pelas elites político-militares brasileiras, o que tornava o comunismo um inimigo direto do próprio governo do Brasil, partícipe deste projeto de *grandeza* nacional almejado pelas elites brasileiras.

Salientamos aqui, sucintamente, que dentro das Forças Armadas brasileiras apesar de haver o interesse no desenvolvimentismo nacional, as estratégias para a realização desse projeto se polarizaram em torno de dois grupos basicamente. Os nacionalistas que avaliavam a aproximação com os EUA como uma inclinação ao imperialismo estadunidense o que, nessa perspectiva, levaria o país e, por conseguinte as Forças Armadas brasileiras, a uma perda de identidade e assim, a uma subordinação aos interesses estrangeiros, o que impediria essas próprias elites de serem autônomas. Os internacionalistas, por sua vez, julgavam que a aproximação com os Estados Unidos seria a oportunidade ideal para permitir a entrada de capitais no país e gerir esses capitais de maneira a levar o Brasil a condição de uma grande potência regional. No que diz respeito ao governo Dutra, os nacionalistas dirigiram a inclinação das discussões dentro do Clube Militar. Entretanto, tendo em vista uma série de impasses e eleições com apuração duvidosa de votos em 1952, os internacionalistas passaram a conduzir as discussões e decisões dentro do Clube Militar.

Compreendemos que as Forças Armadas brasileiras, ao se organizarem na Escola Superior de Guerra, estariam constituindo uma classe orgânica que possibilitaria às elites político-militares brasileiras a constituição de uma intelectualidade capaz de conduzir o país ao almejado progresso. A diplomacia estadunidense sabia que as estratégias das elites brasileiras eram incompatíveis com o projeto do governo dos EUA para a região. Coube aos diplomatas estadunidenses representar a intelectualidade orgânica de seu país e manter a hegemonia sobre o Brasil escolhendo garantir sua força com o auxílio do consenso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano: da guerra Contra a Espanha à guerra no Iraque*. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. – 1ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

DO VALE, Osvaldo Trigueiro. *O General Dutra e a redemocratização de 1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2005.

_____. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955)*, Londrina: Ed. UEL, 1997.

FILHO, João Roberto Martins. *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In.: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. O Brasil Republicano v.3; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GAIO, André Moysés. *Modernismo e Ensaio Histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Uma teoria da Independência: História e Revolução na Obra de Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado), São Paulo: PUC, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HILTON, Stanley. *O Ditador e o Embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: Um Debate Interpretativo in.: O Século Sombrio – Uma História Geral do Século XX*; Francisco Carlos Teixeira da Silva (coordenador) [ET. AL]. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, vol. 6 – Maringá: UEM/DHI, 2002.

NEGRO, Antonio Luigi. & SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In.: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. O Brasil Republicano v.3; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* – 1ª Ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Democracia Intolerante, A: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)* – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª Ed., 2002.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*; René Rémond (direção), 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo Brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. – 1ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história política norte-americana em relação à América Latina*. - 2ª Ed. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. – 13ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Brasiliiana, 1947.